

ppgmat

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE MATEMÁTICA**

JULIANA DE MELO

**“ERA UMA ESCOLA MUITO ENGRAÇADA, NÃO
TINHA TETO, NÃO TINHA NADA...”: UMA NARRATIVA
SOBRE A ESCOLA RURAL ÁGUA DO MANDÍ**

LONDRINA

2021

JULIANA DE MELO

**“ERA UMA ESCOLA MUITO ENGRAÇADA, NÃO
TINHA TETO, NÃO TINHA NADA...”: UMA NARRATIVA
SOBRE A ESCOLA RURAL ÁGUA DO MANDÍ**

**“IT WAS A VERY FUNNY SCHOOL, IT HAD NO ROOF, NOTHING...”:
A NARRATIVE ABOUT THE AGUA DO MANDÍ RURAL SCHOOL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *multicampi* Cornélio Procópio e Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de Matemática.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mirian Maria Andrade
Gonçalves

LONDRINA

2021



4.0 Internacional

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



**Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Londrina**



JULIANA DE MELO

**ERA UMA ESCOLA MUITO ENGRAÇADA, NÃO TINHA TETO, NÃO TINHA NADA... : UMA NARRATIVA
SOBRE A ESCOLA RURAL ÁGUA DO MANDI**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Ensino De Matemática da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Ensino De Matemática.

Data de aprovação: 08 de Dezembro de 2021

Prof.a Mirian Maria Andrade Goncalez, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Analete Regina Schelbauer, Doutorado - Universidade Estadual de Maringá (Uem)

Prof.a Linlya Natassia Sachs Camerlengo De Barbosa, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 08/12/2021.

MELO, Juliana. “**ERA UMA ESCOLA MUITO ENGRAÇADA, NÃO TINHA TETO, NÃO TINHA NADA...**”: uma narrativa sobre a Escola Rural Água do Mandí. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Matemática) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2021.

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi criar fontes históricas por meio de relatos de pessoas que vivenciaram, de algum modo, a Escola Rural Água do Mandí, localizada no município de Andirá-PR, durante o período de 1947 a 1985, e disparar uma narrativa que registre uma história dessa escola. Para tanto, mobilizamos a História Oral como referencial metodológico, para a realização das entrevistas. Para elaboração da análise, utilizamos a análise narrativa de narrativas e buscamos, por meio das entrevistas, livros de registros da época e um histórico escolar, compreender acontecimentos históricos pertinentes à época e, por meio deste, foi elaborado um registro histórico dessa escola, extinta fisicamente no contexto contemporâneo. Esse registro histórico foi feito com base em uma adaptação do poema “A casa” de Vinicius de Moraes, em que, para cada trecho, se faz presente um acontecimento histórico dessa escola articulado com as narrativas dos colaboradores. Por meio deste estudo, foi elaborado um produto educacional na modalidade de acervo histórico, “Registro histórico de uma escola muito engraçada: Escola Rural Água do Mandí”, que será disponibilizado ao museu municipal.

Palavras-chave: História Oral. História da Educação Matemática. Escolas Rurais. Narrativas.

MELO, Juliana. **“IT WAS A VERY FUNNY SCHOOL, IT HAD NO ROOF, NOTHING...”**: a narrative about the água do mandí rural school. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Matemática) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2021.

ABSTRACT

The objective of this work is to create historical sources through accounts of people who experienced, in some way, the Água do Mandí Rural School, from 1947 to 1985, and to trigger a narrative that records a history of this school. Therefore, we mobilized Oral History as a methodological framework for conducting the interviews. The analysis was based on the narrative analysis of narratives and we sought, through reports and historical sources, to register historical events relevant to the time and, through this, a historical record of this school, physically extinct in the contemporary context was elaborated. This historical record was based on an adaptation of the poem “A casa” by Vinicius de Moraes, in which, for each passage, a historical event of this school is present, articulated with the narratives of the collaborators. Through this study, an educational product was created in the form of a historical collection, “Historical record of a very funny school: Escola Rural Água do Mandí”, which will be made available to the municipal museum.

Keywords: Oral History. History of Mathematics Education. Rural Schools. Narratives.

Sumário

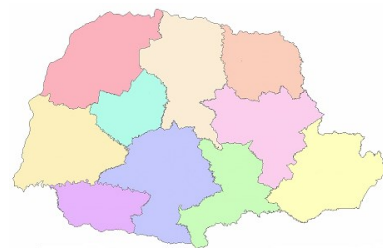
INTRODUÇÃO	7
UMA BREVE HISTÓRIA DAS ESCOLAS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ	7
CAPÍTULO 1	15
1. HISTÓRIA ORAL, EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E AS ESCOLAS RURAIS (PARANAENSES)	15
1.1 História Oral	15
1.2 Procedimentos da História Oral	17
1.3 História Oral, Educação Matemática e Escolas Rurais	21
CAPÍTULO 2	28
2. RELATOS, (DES)ENCONTROS, (DES)ESPERANÇAS... E O FIO QUE CONDUZIU A REDE DOS COLABORADORES	28
2.1 Produto educacional	32
CAPÍTULO 3	34
3. UM ESTUDO SOBRE AS FONTES HISTÓRICAS DA ESCOLA	34
3.1 Livro Registro	35
3.2 Histórico escolar	61
CAPÍTULO 4	64
4. OS CONTADORES DESSA HISTÓRIA: OS COLABORADORES	64
4.1 As Narrativas	67
4.2 Textualização 1 – Documentador Paulo Bueno Godoy	67

4.3	Textualização 2 – Inspetora Creuza Perugini Galdino	72
4.4	Textualização 3 – Professora Anna Maria Zanoni	77
4.5	Textualização 4 – Aluna Ana Maria Vasconcelos	79
4.6	Textualização 5 – Aluna Maria Aparecida	82
4.7	Textualização 6 – Aluna Marilena	85
4.8	Textualização 7 – Professora Theresa	87
	CAPÍTULO 5	92
	5. SOBRE A ELABORAÇÃO DE UMA ANÁLISE	92
5.1	Era uma escola muito engraçada... : uma narrativa	93
	6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	105
	ANEXO	109
	Ficha de Avaliação de Produto/Processo Educacional	110
	APÊNDICE	114
	Roteiro de Entrevista – Inspetora	115
	Roteiro de Entrevista – Secretário	117
	Roteiro de Entrevista – Professora	118
	Roteiro de Entrevista – Aluna	120
	Cartas de Cessão de Direitos	121

INTRODUÇÃO

A introdução deste relatório de pesquisa poderia seguir os padrões mais comuns para abertura do que se apresentará da pesquisa desenvolvida. E seguirá! Mas antes, para que o leitor compreenda melhor nosso cenário de trânsito em pesquisa, optamos por trazer...

UMA BREVE HISTÓRIA DAS ESCOLAS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ



No Paraná as Escolas Rurais foram sendo implantadas à medida que as frentes pioneiras de colonização avançavam na região Norte, Oeste e Sudoeste do Estado. O surgimento de novas Escolas Rurais teve relação direta com o avanço dessas frentes, assim, à medida que as famílias se fixavam nas comunidades rurais eram implantadas as escolas (BAREIRO, 2007). O território do Paraná foi ocupado das mais diversas formas e por diferentes grupos étnicos, segundo Schelbauer (2014), por imigrantes europeus e asiáticos, bem como por processos migratórios, de diferentes regiões do país. O Paraná manteve uma forte relação com o mundo rural durante a fase de ocupação de seu território, contribuindo para a predominância da população rural sobre a urbana no estado.

As primeiras Escolas Rurais foram criadas em meados de 1920 diante da necessidade de se oferecer à população do meio rural instrução primária. Schelbauer (2014, p.81) relata que os “[...] documentos atribuem a denominação rural àquelas escolas subvencionadas, ora mediante acordo com o governo federal, ora mediante acordo entre o Estado e os municípios, ora financiadas pelo próprio Estado”.

Em conformidade com as literaturas, especificamente à que se refere aos trabalhos que se dedicaram a estudar as Escolas Rurais, observamos que existiram alguns modelos de escolas primárias no meio rural, sendo eles: Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pescadores; Grupo Escolar e Escola Primária Rural, modelo de Escola Isolada conhecido também como Casas Escolares (SCHELBAUER, 2014). Sobre cada um desses modelos escolares trataremos, com mais cuidado, mais à frente neste texto.

A escolarização primária rural acontecia nas Escolas Isoladas, que eram localizadas, sobretudo, nas zonas de colonização e regidas por um único professor, em salas multisseriadas¹.

Essa escolarização primária, segundo Schelbauer (2014, p. 09):

[...] foi estruturada como uma política estadual por dois fatores: o primeiro relacionado à formação das novas gerações que pudessem garantir a riqueza do Estado e o segundo civilizar a população que habitava no meio rural, ensinar não só a ler, escrever e contar, mas hábitos de higiene e valorização da vida no campo.

O processo de alfabetização foi muito importante na instrução primária que contemplava o 1º ciclo e 2º ciclo que, segundo Souza (2019), correspondia ao que depois foi chamado de 1ª a 4ª séries, ou seja, o ensino primário era ministrado em quatro anos. Segundo Schelbauer (2014), na década de 1930, havia 1288 Escolas Rurais Isoladas no Paraná.

As Escolas Isoladas não tinham locais definidos para seu funcionamento, o professor lecionava, muitas vezes, em lugares com estruturas precárias pouco adequados ou até mesmo em sua própria residência. Bareiro (2007, p. 43) complementa “[...] estavam instaladas nas propriedades rurais e eram de responsabilidade dos proprietários. Poucas ficavam nas confluências das estradas ou nos bairros e vilas rurais”. Apesar da existência dessas, de modo geral, no Brasil a maioria das Escolas Rurais funcionava em infraestruturas insuficientes e com escassez de material, pois:

[...] a falta de espaços próprios para as escolas era vista, também, como um problema administrativo na medida em que as instituições escolares, isoladas e distantes umas das outras, acabavam não sendo fiscalizadas, não oferecendo indicadores confiáveis do desenvolvimento do ensino [...] (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 24).

De acordo com esses mesmos autores, os horários das aulas eram organizados de acordo com a conveniência dos professores e dos alunos e levando em conta os costumes locais. Souza e Andrade (2020, p. 92) explicam que, nessas escolas, “as aulas eram transcritas no quadro de giz, geralmente dividido em três ou quatro partes, conforme o seu tamanho e de acordo com o número de séries constantes na mesma sala [...]”.

As Escolas Rurais existentes no Paraná, segundo Bareiro (2007), eram dirigidas por professores leigos que, em alguns casos, residiam na zona rural ou até mesmo na área urbana e se locomoviam para as áreas rurais para lecionar.

No início de 1930 o Governo do Paraná passou a oferecer cursos para a formação de professores para o meio rural que teve continuidade até o início da década de 1970. Segundo Miguel (2011, p. 22):

O governo paranaense, atendendo às diretrizes das Leis Orgânicas de Educação Primária e Normal (1946) propôs cursos de formação de professores em nível de

¹ Salas multisseriadas consiste em uma sala com alunos de diferentes idades e níveis educacionais tendo apenas um(a) professor(a) para lecionar para todos.

Normal Regional, cujo currículo e atividades objetivavam formar o professor como aquele que iria educar o habitante das zonas rurais para a melhor produção e adequação às normas de desenvolvimento dentro da ordem capitalista.

Em específico, no dia 2 de janeiro de 1946 foi promulgado o Decreto-Lei nº 8.530, com a finalidade de formar docentes para as escolas primária. De acordo com o Art. 2º dessa legislação, o Ensino Normal passou a ser dividido em dois ciclos, o primeiro é denominado Curso Normal Regional (CNR), que buscava formar regentes de Ensino Primário com duração de quatro anos. Já o segundo, Curso de Formação de Professores Primários, continha duração de três anos e estava articulado ao curso ginasial, compreendendo o que mais tarde veio ser chamado de 5ª a 8ª séries. Para a prática de ensino desses cursos, segundo Faria (2017), deveriam manter-se, respectivamente, as Escolas Isoladas e os Grupos Escolares.

O conhecimento ensinado e aprendido pela população que vivia e trabalhava na área rural, envolvia práticas de cultivos agrícolas, noções de Geografia, como por exemplo, a topologia, aspectos referentes à produção, à criação de animais; além de questões relativas ao mercado econômico e às políticas agrícolas (BAREIRO, 2007). E mesmo que esses conteúdos, às vezes, não estivessem voltados para o campo, eles eram fundamentais para a elaboração de uma visão ampla do mundo local.

Além das Escolas Isoladas, Schelbauer e Corrêa (2017) destacam outra modalidade de Escolas Rurais, as Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pescadores, instaladas e criadas pelo Governo do Estado do Paraná, também com a oferta de ensino primário. A primeira escola de Trabalhadores Rurais do Paraná, “Dr. Carlos Cavalcanti”, foi inaugurada em março de 1935, na zona rural do município de Curitiba. Essa modalidade de escola era, na verdade, uma espécie de internato de Ensino Público, destinado ao preparo intelectual e profissional dos alunos de ambos os sexos, por meio de instrução primária e noções de teoria e prática da lavoura e pecuária para aprenderem a lidar com indústrias caseiras e rurais.

Em meados de 1940 foram criados os Grupos Escolares que buscavam ofertar uma melhor qualidade de ensino, entretanto, durante essa transição de Escola Isolada para Grupo Escolar, aconteceram movimentos que buscaram valorizar essas Escolas Isoladas. Um desses movimentos educacionais foi o “Ruralismo Pedagógico” ocorrido no final da década de 1920 e início de 1930, com o objetivo, segundo Bareiro (2007), de conter o êxodo rural. O ensino fornecido era apoiado em materiais e recursos humanos próprios para o homem do campo, em outras palavras, esse movimento buscava a fixação do homem à terra através da escola (BAREIRO, 2007).

O Governo do Estado do Paraná em busca de uma melhor qualidade no ensino e um local com melhores condições de aprendizagem, criou os Grupos Escolas Rurais ou popularmente conhecidos apenas como Grupos Escolares, outra modalidade de Escola Rural. Considerando a região do Norte Pioneiro do estado, há trabalhos que buscam investigar aspectos históricos de Grupos Escolares, um deles é o de Souza (2019), intitulado “Da fuligem à edificação do Grupo Escolar Rural Usina Bandeirantes: narrativas que contam história(s)”, pesquisa que é detalhada mais adiante neste relatório.

As construções dos Grupos Escolares receberam apoio do Governo Federal, das quais obedeciam a um padrão de edificação, sendo construída em alvenaria, entre duas a oito salas de aula, com ou sem residência para professor.

O ensino nos Grupos Escolares passou a ser ministrado na modalidade seriada, ou seja, os alunos eram divididos em séries que levavam em consideração seu nível de conhecimento. Segundo Souza (2019), o modelo educacional projetado para essa modalidade de Escola Rural teria muito a contribuir com a melhor oferta de ensino, visto que estabelecia uma organização administrativo-pedagógica e propunha profundas e precisas modificações na didática e no currículo.

Os Grupos Escolares, inicialmente, eram considerados superiores às Escolas Isoladas devido a proposta de melhor qualidade de ensino, no entanto, Garnica (2010) retrata que a expansão desse modelo educacional para a zona rural ocorreu lentamente, prevalecendo as Escolas Isoladas por mais alguns anos.

Apesar de acesso a material didático, qualificação do corpo docente e infraestrutura adequada, os Grupos Escolares foram extintos em meados de 1970 devido à falta de recurso financeiro, como explica, Souza e Andrade (2020, p. 93):

Apesar de nascerem sob auspício de uma instituição moderna, os Grupos Escolares Rurais foram marcados por vários problemas decorrentes da insuficiência de recursos financeiros do Estado para manter a qualificação do ensino. Alguns dos problemas eram relacionados às más condições dos edifícios por conta da dificuldade de manutenção dos mesmos, precariedade nos materiais didáticos, entre outros.

Segundo Bareiro (2007), a partir de 1930, a escola passou a não ser suficiente para manter o homem no campo, por um lado, a falta de acesso às novas tecnologias de equipamentos agrícolas e a desvalorização de seus produtos, por outro, a necessidade de mão de obra barata nas novas indústrias do meio urbano, como consequência, algumas famílias migraram para a cidade.

Com o avanço da tecnologia quanto aos maquinários agrícolas, a agricultura tradicional foi sendo, aos poucos, deixada de lado, conseqüentemente, a produção agrícola

passou a ser de larga escala, exigindo grandes propriedades para obtenção de lucro. Perante a esses cenários, os donos de pequenas propriedades, sem capital para acompanhar as exigências do mercado, deixaram as áreas rurais, liberando mais terras para a produção agrícola, diminuindo os espaços para as Escolas Rurais que ainda funcionavam isoladas ou em comunidades rurais, sendo essas fechadas gradativamente, grande parte, em meados de 1970 (BAREIRO, 2007).

Com a extinção dos Grupos Escolares, foi implementado o ensino de 1º grau determinado pela Lei n. 5.692/71 e para a população que permaneceu no campo, as pequenas Escolas Rurais de uma determinada região agruparam-se em uma única escola, conhecida como Escola-Núcleo, com características próprias de organização e funcionamento, esse processo denominou-se Nuclearização das Escolas Rurais. Como forma de locomoção passou a ser ofertado o transporte escolar. A ideia era proporcionar um ensino de qualidade com instalações e materiais didáticos concentrados em uma única sede escolar (BAREIRO, 2007).

No município de Andirá-PR², de acordo com Ramos *et al* (2017), no ano de 1977, teve início o Projeto de Nuclearização das Escolas Rurais Multisseriadas. Para atender a esse projeto foram construídas quatro escolas que serviam como polos e que recebiam alunos das regiões vizinhas. Nessas escolas, os alunos eram separados por séries, sendo um professor para cada turma, proporcionando um ensino de melhor qualidade e em prédios com instalações adequadas e o conforto que a zona rural necessitava.

As quatro escolas construídas foram: Escola Mário Zacarelli, Escola Rural Água de Pimenteira (construídas e inauguradas pelo então prefeito Hermas Eurides Brandão, em meados de 1980); Escola Francisco Canhoto, Escola Ângelo Dalossi (construídas e inauguradas pelo então prefeito Alarico Abib, também em meados de 1980), não há informação que retratem em que ano especificamente essas escolas foram construídas. No ano de 2002, neste município, continuava em funcionamento apenas uma dessas escolas: a Escola Rural Mário Zacarelli, no Distrito Nossa Senhora Aparecida. As demais escolas da zona rural foram extintas ou desativadas (RAMOS *et al*, 2017), no entanto, não foi encontrado nenhum registro que justifique porquê essa foi a única escola a continuar em funcionamento.

E a nossa investigação, como ela se insere nesse contexto?

²Andirá é uma cidade do Estado do Paraná que dista aproximadamente 431 km capital, Curitiba. No censo de 2010 possuía 20.610 habitantes.

A ideia central desta investigação visa contribuir para a compreensão das Escolas Rurais do Estado do Paraná, especificamente na Região do Norte Pioneiro³. Outras escolas já foram ou estão sendo estudadas em outras pesquisas⁴. Na pesquisa que aqui propomos, temos a intenção de estudar a Escola Rural Água do Mandí, localizada na zona rural do Município de Andirá-PR. Essa escola esteve em funcionamento no município, de acordo com os registros disponíveis, no período de 1947 a 1985.

A zona rural do município de Andirá era povoada por famílias numerosas, que fixavam suas raízes na terra e viam seus filhos nascerem e se formarem adultos, juntos lavravam o solo e dele retiravam seu sustento (RAMOS *et al*, 2017). Era o tempo das fazendas de café, de milho e de feijão. Nesta formação, além da contribuição da família, surge a figura do professor nas Escolas Rurais que, em alguns casos, exerciam essa profissão por indicação do prefeito. Homens e mulheres como fonte de inspiração daquelas pessoas simples, de valor! E no meio desse povo, o professor era autoridade, era pessoa respeitada e querida. Eram pessoas de coragem, geralmente tornavam-se líderes nas comunidades que atuavam.

Alguns professores residiam na zona rural e outros se deslocavam da cidade, um trajeto um tanto quanto cansativo, enfrentavam poeira, barro, chuva, tudo isso para ensinar. Mesmo não tendo boas condições estruturais de trabalho, além de sua profissão não ser valorizada pelos órgãos competentes, “[...] eram ao mesmo tempo, professores, merendeiros e serventes, mas sempre o Senhor Professor” (RAMOS *et al*, 2017, p. 380).

No município de Andirá, encontramos registros de que houve um total de 20 (vinte) Escolas Rurais em funcionamento, porém as informações encontradas não nos revelam se elas funcionavam todas na mesma época. Nessa pesquisa nosso interesse se debruça sobre uma dessas escolas: a Escola Rural Água do Mandí.

A Escola Rural Água do Mandí situava-se na Fazenda São Sebastião. Seu período de funcionamento, segundo consta nos livros de registros dos alunos, datam de 1947 a 1985. O estudo da Escola Rural Água do Mandí foi realizado com base no referencial metodológico da

³ A região conhecida por Norte Pioneiro do Paraná reúne 46 municípios que são agrupados em cinco microrregiões: Assaí, Cornélio Procópio, Ibaiti, Jacarezinho, Wenceslau Braz. O município de Andirá pertence à microrregião de Cornélio Procópio, (PARANÁ, 2012b).

⁴ Duas escolas do Norte Pioneiro foram estudadas por Souza, ambas mobilizando a História Oral. A primeira foi como Trabalho de Conclusão de Curso, no ano de 2017, em que fez o uso da História Oral para disparar uma narrativa sobre a primeira década de funcionamento da Casa Escolar Lourenço Ormenezze, intitulado por “Memórias da primeira década de funcionamento da Casa Escolar Lourenço Ormenezze: uma narrativa”, e a segunda pesquisa, como mestranda, intitulada “Da fuligem à edificação do Grupo Escolar Rural Usina Bandeirantes: narrativas que contam história(s)”. Em sua dissertação, Souza (2019), buscou investigar aspectos históricos do Grupo Escolar Usina Bandeirantes que funcionou de 1947 a 1977. Ambas as escolas se localizavam no município de Bandeirantes, cidade que dista aproximadamente 15 km de Andirá.

História Oral. A partir das narrativas de pessoas que, de alguma forma tiveram contato com essa escola e das fontes históricas disponibilizadas, escrevemos uma história dessa escola, contribuindo, sobretudo, para a elaboração de um registro histórico sobre as Escolas Rurais e da educação rural nessa região.

A História Oral se caracteriza como uma metodologia que busca ouvir e registrar vozes de pessoas que têm relação com o objeto de estudo, por meio dessas narrativas e de documentos históricos, pode ser construída uma nova narrativa histórica. Essa metodologia não busca confrontar versões, pelo contrário, busca pela verdade de cada pessoa.

Nosso objetivo geral é criar fontes históricas por meio de relatos de pessoas que vivenciaram, de algum modo, a Escola Rural Água do Mandí e disparar uma narrativa que registre uma história dessa escola.

Os objetivos específicos consistem em:

- compreender acontecimentos históricos ligados ao funcionamento da escola, por meio das pessoas que os vivenciaram;
- buscar indícios da trajetória histórica do ensino de matemática na Escola Rural Água do Mandí;
- contribuir com o estudo das Escolas Rurais do Norte Pioneiro do Estado do Paraná.

Escolhemos investigar a Escola Rural Água do Mandí, por alguns motivos que nos pareceram relevantes quando nos propusemos a estudar Escolas Rurais. Inicialmente o nome dessa escola já era conhecido pela orientadora desse trabalho, que enquanto professora da disciplina de História da Matemática do curso de Licenciatura em Matemática, no ano de 2017, teve a oportunidade de trabalhar com seus alunos um pouco sobre a História da Educação Matemática. Uma de suas alunas, Mariana Vasconcelos, teve a oportunidade de entrevistar sua tia, Licínia Vasconcelos⁵, que foi professora da Escola Rural Água do Mandí. Como a orientadora/professora já mobilizava trabalhos sobre as Escolas Rurais do Norte Pioneiro, surgiu o interesse em conhecer a história dessa escola.

Por conseguinte, ao realizar a busca por fontes históricas, essa escola era a que tinha menos registros arquivados disponíveis em relação as demais Escolas Rurais do município. Além disso, após a nuclearização das Escolas Rurais o prédio que a abrigava foi demolido. Então, permaneceu e ampliou o interesse em escrever uma história dessa escola, valorizando

⁵ Licínia Vasconcelos faleceu alguns anos após ceder à entrevista, no entanto, foi por meio dela que tivemos o conhecimento da existência dessa escola.

todos os poucos arquivos disponíveis e principalmente, as memórias. Nosso trabalho, portanto, se voltou para uma história de uma escola sem destaque, sem uma referência de relevância na região, que na sala da documentadora se rendia à ausência de registros. Teria importância, então, se dedicar a este estudo? Para nós, sim. Todas as escolas e sujeitos envolvidos em suas histórias nos importam. Por que não há registros? Seria esta uma escola rural sem importância para a História da Educação Rural daquele município? Não! Na fragilidade da possibilidade de se apagar e de se perder as poucas memórias que ainda restam, nossa pesquisa suscita por trazer à tona a história de uma escola que, mesmo marginalizada, mesmo coadjuvante, nos importa para compreender o movimento da Educação Rural no Norte do Estado do Paraná.

Deste modo, este relatório registra essa investigação e inicialmente, apresentamos uma breve história sobre Escolas Rurais no Norte Pioneiro. Para a compreensão de acontecimentos históricos e a coleta de narrativas de pessoas que tiveram contato com essa escola, nos fundamentamos da metodologia de História Oral, que tem como principal instrumento de pesquisa, as entrevistas, produção e análise de narrativas. A fundamentação dessa metodologia e aspectos ligados a ela são descritos no primeiro capítulo deste relatório, no texto intitulado: História Oral, Educação Matemática e as Escolas Rurais (paranaenses).

No capítulo 2, “Relatos, (des)encontros, (des)esperanças... E o fio que conduziu a rede dos colaboradores”, nos dedicamos a escrever sobre o movimento de busca e coleta dos dados, desde os primeiros passos para o desenvolvimento dessa pesquisa até o acesso aos colaboradores. Nesse capítulo há uma seção destinada ao detalhamento do produto educacional, fruto dessa dissertação.

O primeiro contato com essa escola foi por meio das fontes históricas, por isso dedicamos o capítulo 3 a apresentar recortes e comentários sobre essas fontes, visto também que são escassas as informações sobre, principalmente, os livros de registros.

O capítulo 4 relata como aconteceram as entrevistas e em seguida são apresentadas as respectivas textualizações. E uma história da Escola Rural Água do Mandí, a narrativa que nos foi permitida elaborar sobre essa escola e a análise narrativa, estão disponíveis no capítulo 5. No capítulo 6 são apresentadas considerações acerca de toda a trajetória da pesquisa. O relatório está finalizado, com a listagem final das referências e apêndices, contendo os roteiros que guiaram as entrevistas e as cartas de cessão de direitos.

CAPÍTULO 1

1. HISTÓRIA ORAL, EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E AS ESCOLAS RURAIS (PARANAENSES)

1.1 HISTÓRIA ORAL

A História Oral não é uma novidade quando falamos sobre metodologia de pesquisa, seu uso se estende por várias décadas durante as quais se transformou e avançou em procedimentos e discussões teóricas e metodológicas.

No Brasil, a metodologia foi oficialmente introduzida na década de 1970, quando foi criado o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)⁶. A partir dos anos 1990, o movimento em torno da História Oral cresceu muito. Em 1994, foi criada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO)⁷, que congrega as diferentes tendências e possibilidades de aplicação da História Oral desenvolvidas por pesquisadores de todo o país. Assim, como método de pesquisa qualitativa, a História Oral é recente⁸. No início dos anos 2000, de acordo com Rios e Baraldi (2019, p. 293), essa metodologia surgiu como uma alternativa para organizar a “busca de traços dos cenários históricos relacionados à formação e às práticas dos docentes, bem como para a compreensão de fatores e de significados das tramas constitutivas das práticas atuais”. A concretização do vínculo da História Oral com a Educação Matemática se deu e se dá por meio do desenvolvimento de pesquisas que retratam sua potencialidade para as análises dessas pesquisas, sobretudo em História da Educação Matemática.

Alguns pesquisadores em História da Educação Matemática têm utilizado a História Oral como respaldo teórico e metodológico de pesquisa. Essa metodologia, por sua vez, não consiste apenas em coletar depoimentos orais, mas, sobretudo, consiste em utilizar a oralidade seguindo alguns procedimentos e princípios específicos. Para Garnica (2011, p. 4) o diferencial da História Oral “é essa ‘criação intencional’ de fontes a partir da oralidade e a fundamentação que se estrutura para essa ação”.

⁶Consulta disponível em <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral/base>

⁷Consulta disponível em <https://www.abho.org.br/>

⁸O termo “recente” significa procedimentos e princípios específicos que denomina a História Oral como metodologia, pois, no passado havia métodos que ressaltavam a importância da memória, da oralidade e dos depoimentos, mas não eram denominados História Oral.

Com o passar do tempo começaram a surgir mais pesquisas mobilizando a História Oral no âmbito da Educação Matemática Brasileira, em específico, em História da Educação Matemática. Um dos propósitos da História da Educação Matemática é auxiliar nas práticas pedagógicas atuais por meio dos métodos e práticas do passado, com base em uma investigação historiográfica (ZANDOMENIGHI; MENEZES, 2016).

O primeiro grupo de pesquisa em Educação Matemática, voltado para o estudo e mobilização da História Oral, foi criado em 2002, denominado Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem). Inicialmente, a intenção era reunir pesquisadores em Educação Matemática interessados na possibilidade de usar a História Oral como recurso metodológico, mas conforme foram ampliando e incorporando discussões sobre outros temas e abordagens teórico-metodológicas, surgiu a necessidade de mudar o interesse central do grupo, que atualmente, é o estudo da cultura escolar e o papel da Educação Matemática nessa cultura⁹.

Para Garnica (2010, p.30), a "História Oral pode ser vista como um método extremamente produtivo para levantar perspectivas que nos ajudem a escrever a História – e esse é, na verdade, o viés mais explorado nos trabalhos do GHOEM”.

Garnica (2007) evidencia três fatores que distinguem e validam a abordagem da História a partir de evidências orais. São elas:

[...] a oralidade permite ressaltar, tornando mais dinâmicos e vivos, elementos que, de outro modo, por outro instrumento de coleta, seriam inacessíveis; a evidência oral permite compreender, corrigir ou complementar outras formas de registro – quando existem – e, finalmente, a evidência oral traz consigo a possibilidade de transformar “objetos” de estudos em “sujeitos”, ao evitar que, como na “historiografia clássica”, os atores da História sejam compreendidos a distância e (re)elaborados em uma “forma erudita de ficção” (GARNICA, 2007, p. 11).

Isto nos permite compreender que ao utilizar a metodologia de História Oral o pesquisador apresenta as fontes orais que estão relacionadas ao objeto de estudo, de forma mais acessível, viva e compreensiva. Antigamente havia uma dificuldade maior de acesso às informações tornando, muitas vezes, os documentos escritos incompletos. Nesse intuito, as fontes orais complementam e, até mesmo, esclarecem tais elementos. Por fim, os relatos orais não são apenas a história do passado, é a história do passado de pessoas que têm algo a dizer sobre suas experiências de vida no presente. A História Oral mostra além do passado intrínseco, experiências vividas que podem não estar descritas em algum documento. Para Souza, a História Oral apresenta três possibilidades:

[...] preencher lacunas oriundas da inexistência de documentos escritos sobre determinado assunto, dialogar com as versões expressas em documentos já existentes

⁹Informações consultadas no site do Grupo, disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/ghoem/>, último acesso em 26 de agosto de 2020.

ou constituir outra história a partir das versões apresentadas nas entrevistas, tendo acesso a perspectivas veladas pela pretensa “objetividade” dos documentos escritos (SOUZA, 2006, p.43).

Nakamura (2019, p. 321), acredita que a História Oral é uma metodologia de pesquisa em que “não há procedimentos técnicos prontos, fechados e definitivos: a metodologia se define e ganha contornos durante o caminhar” e, Garnica (2010), a define como método-em-trajetória. Desta maneira, a História Oral se caracteriza por uma trajetória peculiar de cada pesquisador e as narrativas dos depoentes são histórias únicas, vinculadas a interesses, lapsos de memórias, saudades, entre outros fatores. Cada colaborador constrói sua história a partir do vivido.

A entrevista se configura como principal instrumento dessa metodologia, mas há outras fontes relevantes, como os documentos escritos, imagens, folhetos, jornais, atas etc. Elas se entrelaçam com as versões dos documentos históricos construindo uma versão histórica. Assim, as narrativas produzidas nas e a partir das entrevistas permitem uma ampliação dos dados disponíveis nos documentos legais existentes, permitindo uma utilização em paralelo das fontes escritas e orais. Assim, as fontes orais e escritas complementam-se, tornando o objeto em estudo mais acessível. Entretanto, os documentos escritos, assim como os relatos orais, podem ser submetidos a críticas, quanto à veracidade das informações, uma vez que ambos se constituem como versões e estão impregnados de subjetividade e intenções.

Os relatos orais não têm o objetivo de substituir os documentos escritos e sim de complementá-los, extinguindo-se a ideia de que apenas esses documentos seriam suficientes para entender o passado ou que neles expressa-se a única versão possível, uma verdade. Entretanto, trabalhos em História Oral não são voltados apenas para olhar o passado, mas também para o presente, visto que é do presente que surgem os questionamentos e considerações acerca do passado. A nossa pesquisa tem a intenção de olhar para uma escola, destacando relatos de vivências nesse espaço, considerando memórias de pessoas que estiveram nessa escola. É importante ressaltar, também, que alguns trabalhos mobilizam História Oral como metodologia para investigar temas não historiográficos.

1.2 PROCEDIMENTOS DA HISTÓRIA ORAL

A metodologia aqui utilizada está em consonância com Martins-Salandim (2012, p.51) quando afirma que uma metodologia de pesquisa é “sempre um exercício, um fazer em trajetória e não uma mera e simples aplicação linearizada que nos permite passar por etapas em procedimentos mecanicamente implementados”. Ou seja, uma metodologia é constituída por

um conjunto de procedimentos, não meramente prontos e acabados, que busquem compreender determinado objeto de estudo. Ainda que essa metodologia não se reduza a simplesmente um conjunto de ações, existem alguns procedimentos próprios da HO que são, geralmente, seguidos nas pesquisas que mobilizam a História Oral. A começar pela temática e escolha dos depoentes, depois a elaboração do roteiro, realização das entrevistas, transcrição dos áudios, textualização e, por fim, análise e assinatura da carta de cessão de direitos.

Para a realização das entrevistas é importante que o pesquisador tenha claro o grupo de depoentes, no entanto, não há uma quantidade pré-estabelecida de pessoas para entrevistar, muito menos uma quantidade de sessões a serem feitas com cada entrevistado. O critério de rede ocorre frequentemente quando se busca por depoentes. Esse critério consiste em: quando um depoente é escolhido e cita outro indivíduo que tenha alguma relação com o tema de interesse da pesquisa, então sugere ao pesquisador que entre em contato com essa pessoa, pois acredita que ela também pode contribuir. O tema da pesquisa será mais conhecido em determinada comunidade, sendo comum que um depoente lembre nomes de outros possíveis colaboradores. É de responsabilidade do pesquisador anotar as sugestões e, se julgar necessário, entrar em contato com o possível futuro colaborador.

A entrevista conta com o auxílio de um roteiro composto por, normalmente, perguntas ou informações relacionadas ao tema da pesquisa. Esse roteiro deve ser elaborado antecipadamente e estar em consonância com os objetivos da pesquisa e deve estar à disposição dos depoentes, caso eles os solicitem previamente para organizar suas exposições. Sua função é conduzir o pesquisador durante a entrevista. Pode ser apresentado em forma de perguntas ou por palavras-chave, usando fichas no momento da entrevista para sugerir que o colaborador discorra sobre o tema a partir das palavras-chave que representem o que o pesquisador tem interesse de ouvir. Entretanto, a entrevista em História Oral não é conduzida só pelo entrevistador e seu roteiro, o entrevistado, suas experiências e a maneira como narra interferem diretamente na narrativa.

O roteiro não é algo pronto e acabado, que necessariamente será o mesmo para todas as entrevistas, pelo contrário, é preciso que seja flexível. No trabalho de Matucheski (2016), a autora relata que percebeu que após ter feito sua primeira entrevista, foram necessárias algumas adaptações no roteiro e, para ela, só foi possível fazer esses ajustes porque as entrevistas não eram seguidas uma da outra. Isso nos coloca a pensar na importância de as entrevistas acontecerem com certo intervalo de tempo, porém este não é um critério obrigatório.

Os relatos orais obtidos nos momentos das entrevistas encorajam a escrita de uma História que pode não ser uma representação idêntica do acontecimento/existência, mas que

auxilia na compreensão de como o passado chegou até o presente, por meio da memória remota (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015).

Segundo Thompson (1998, p. 254) para que o pesquisador se torne um entrevistador bem sucedido ele deve possuir: “interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar”.

O local da entrevista deve ser adequado, se possível, protegido de eventuais interferências externas, por exemplo, barulho de construções ou interferência de outras pessoas. É esperado que a entrevista flua, sem interrupções por busca de informações, evitando que o entrevistado se altere ou fique nervoso. No momento da entrevista é essencial o uso de anotações, qualquer aparelho que grave áudio e, se julgar necessário, a utilização de câmeras que capturem a imagem dos participantes. Deve-se antecipadamente, fazer a verificação da qualidade dos aparelhos que serão utilizados na entrevista, evitando imprevistos.

Vale ressaltar que o pesquisador deve deixar claro ao colaborador qual a finalidade da entrevista, que pode ser realizadas quantas vezes o pesquisador e colaborador julgarem necessário (GARNICA, 2011). As entrevistas gravadas e/ou filmadas posteriormente serão transformadas em textos escritos numa sequência de procedimentos aos quais são denominadas transcrição e textualização. As tecnologias evoluem diariamente, mas é considerável que a escrita permanece sendo mais confiável que os gravadores, num sentido mais apreciado, duradouro, segundo Garnica (2003).

A transcrição – da gravação bruta – consiste em transcrever exatamente as falas do colaborador, é a versão original da entrevista, preservando a linguagem e particularidades do dialeto utilizado pelo entrevistado a sequência que foi coletado o depoimento (GARNICA, 2003). Esse momento exige do pesquisador respeito com o sujeito que fala, tentando ser o mais fiel possível em transcrever um texto oral para um texto escrito. Segundo Martins-Salandim (2012, p. 59):

[...] este texto transcrito conserva, sim, marcas características da oralidade. Mantêm-se algumas repetições, interjeições particulares, próprias dos depoentes, contrações de palavras, modos individuais de elaborar um discurso, de ressaltar informações, mandar recados, chamar a atenção do entrevistador, organizar e reorganizar uma lembrança, um raciocínio. Manter esses elementos visa ao autorreconhecimento do entrevistado ao ler-se, mesmo que a narrativa textualizada não seja propriamente a narrativa oral.

As transcrições revelam o resultado da entrevista do pesquisador com os depoentes. São discursos permeados de subjetividade, lembranças, conflitos, tristezas, alegrias e até mesmo de saudade, de voltar no tempo, de poder mudar algo ou fazer tudo de novo.

Depois de finalizada a transcrição, o pesquisador dá início à textualização. Esse processo permite uma maior fluência na apresentação das ideias colocadas pelo depoente, além de possibilitar aos leitores uma melhor compreensão da entrevista. A tarefa da textualização pode ser comparada, segundo Aranha (2005, apud GARNICA, 2014) à restauração de obras de artes, um leve retocar pode comprometer um quadro, assim como uma simples alteração pode escamotear as cicatrizes do discurso. Em outras palavras, a expressão “leve” se refere ao cuidado que se deve ter ao trabalhar com as fontes orais, um descuido pode levar a outra compreensão do fato. Ainda assim, nesse processo, nem sempre é possível preservar integralmente o momento da interlocução, por maiores que sejam os esforços dispensados.

Na textualização são excluídas as particularidades de dialetos do entrevistado, preservando características do modo de falar. Nesse momento, o pesquisador reordena cronologicamente as informações, constituindo um texto harmônico, sem os momentos de perguntas e respostas, se assim preferir. Garnica (2011) retrata que essa etapa pode ser feita quantas vezes o pesquisador e colaborador julgarem necessárias. Essa operação depende da sensibilidade e do estilo de redação do pesquisador.

Uma das disposições exigidas para esse momento de textualização, sugerido por Garnica (2011, p. 7), é “tentar manter, tanto quanto possível, o ‘tom vital’ do depoente, isto é, a construção de frases nas quais se reconheça (e o próprio depoente se reconheça em) seus modos de falar”.

Finalizada a textualização, o pesquisador deve entregá-la aos depoentes para correções e complementações, se desejarem. Essa fase é conhecida pelos pesquisadores como legitimação e conferência, na qual serão feitos os ajustes conforme exigência do depoente ou o aceite dele do texto como está. Avaliar o que deve ou não se tornar público é um aspecto fundamental da História, o depoente pode querer ocultar informações já ditas no momento da gravação ou acrescentá-las.

O tratamento de todos os dados obtidos é uma etapa que merece destaque, pois exige a atenção do pesquisador em relação à totalidade do processo. Garnica (2003, p. 18) define esse momento como “decompor um todo em suas partes (essa concepção que advém diretamente de uma abordagem cartesiana); observar, examinar com minúcia, esquadrihar; submeter à crítica”. Essa etapa já vem acontecendo antes mesmo de começar as entrevistas, com a busca pelos colaboradores.

Este momento depende, crucialmente, das questões que o pesquisador procurava responder, da qualidade dessas respostas e inclusive, do comportamento do depoente ao responder determinadas questões. Exige do pesquisador uma interpretação e reflexão do que

está acontecendo, de qual o possível significado dos dados. Ele desenvolverá argumentos que permitam unir tematicamente os elementos, dando uma resposta compreensível ao porquê algo aconteceu.

Assim que aprovam a narrativa, apresentada a eles por meio da textualização de sua entrevista, os colaboradores autorizam formalmente, por meio de uma carta de cessão de direitos, o uso para fins acadêmicos dos registros orais coletados e de suas textualizações. O processo de conferência e cessão de direitos nem sempre acontece de forma homogênea, sendo essa uma característica da pesquisa que se vale da metodologia de História Oral, o que a distingue de outras abordagens qualitativas de investigação. Um exemplo é a dissertação de Cury (2007), em que houve colaboradores que aceitaram assinar a carta de cessão antes mesmo da leitura das transcrições e textualizações, outros já foram bastante detalhistas em suas considerações, sendo comum esse tipo de acontecimento.

1.3 HISTÓRIA ORAL, EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E ESCOLAS RURAIS

Nesta seção apresentamos algumas pesquisas em Educação Matemática, que mobilizaram a História Oral para estudar determinadas escolas, dando uma atenção especial às Escolas Rurais.

O primeiro trabalho que fazemos referência é a pesquisa de Souza (2017), elaborado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que mobiliza a História Oral para disparar uma narrativa sobre a primeira década de funcionamento da Casa Escolar¹⁰ Lourenço Ormenezze, intitulado como “Memórias da primeira década de funcionamento da Casa Escolar Lourenço Ormenezze: uma narrativa”. A Casa Escolar Lourenço Ormenezze foi uma escola Estadual localizada no município de Bandeirantes¹¹. Essa escola foi fundada no ano de 1961 e ofertava apenas os quatro primeiros anos de escolaridade. Em 1975, essa Casa Escolar ganhou um novo espaço para a construção de um novo prédio, sendo uma estrutura maior e em alvenaria. Com melhores condições de ensino a Casa Escolar Lourenço Ormenezze foi inaugurada com novo nome passando a ser “Escola Rural Estadual Lourenço Ormenezze”. No ano de 1979, essa Escola Rural ampliou o ensino para a 5ª série, aumentando a oferta de ensino de forma gradativa nos anos posteriores. Por fim, no ano de 2011, por meio do parecer CEE/CEB nº 1011/2010 de

¹⁰As Escolas Isoladas também eram denominadas, nos documentos, como Casa Escolar Rural. (SCHELBAUER, 2014).

¹¹Bandeirantes é um município localizado na Região do Norte Pioneiro do Estado do Paraná e pertence ao Núcleo Regional de Educação da cidade de Cornélio Procópio.

06/10/2010, a escola passou a ser chamada de Escola Estadual do Campo Lourenço Ormenezze, e em 2012 passou a ofertar todos os anos do Ensino Fundamental II¹².

A partir de 2012, com a implantação simultânea do Ensino Fundamental de 9 anos, a escola passa a ofertar do 6º ao 9º ano, também no período vespertino. Apesar de todo esse tempo de funcionamento, essa pesquisa buscou escrever uma narrativa da Casa Escolar, num período pré-definido, de 1961-1971.

A busca por registros históricos¹³ aconteceu por meio de uma campanha chamada de Minhas Memórias, em que a autora produziu panfletos e os distribuiu em escolas e em pequenos pontos de vendas do município. Com essa campanha, a pesquisadora encontrou, além de registros históricos, pessoas que se dispuseram a contar sua vivência na Casa Escolar. No entanto, foi necessário selecionar as pessoas que tiveram vivências durante o período pré-estabelecido por ela para serem investigadas nesta pesquisa. Então, seu grupo de colaboradores foi composto por duas professoras e três ex-alunas desta escola. Souza (2017) elaborou os roteiros considerando seus objetivos e seu grupo de colaboradores, em formato de perguntas. No decorrer das entrevistas, conforme a pesquisadora foi obtendo informações, relata que sentiu necessidade de reentrevistar uma de suas colaboradoras, inserindo em seu TCC as duas versões das entrevistas com esta colaboradora. Após a realização das entrevistas, a pesquisadora transcreveu e textualizou as entrevistas e depois disponibilizou aos colaboradores. Acordadas ambas as partes com o texto produzido, os colaboradores assinaram a carta de cessão de direitos.

Para a pesquisadora, desenvolver esse trabalho utilizando oralidade e memória permitiu a criação de uma narrativa sobre a Casa Escolar, narrativa que se transformaram em um documento histórico sobre e, ao mesmo tempo, que pode servir à comunidade interessada. Além disso, todo esse processo permitiu entender a importância de seu trabalho para a comunidade escolar e valorizar os registros de uma escola que poderia se perder ao longo do tempo ou ficar apenas nas lembranças de alguns.

Essa mesma autora deu continuidade nos estudos ingressando no curso de mestrado profissional do Programa de Pós Graduação em Ensino de Matemática (PPGMAT) e permaneceu com a metodologia da História Oral para sua pesquisa de mestrado, mas com projeto de estudar outra escola rural.

¹²A Lei Federal nº 11.114, aprovada em maio de 2005, altera quatro artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e estabelece que o ensino fundamental de 1ª a 8ª séries deve ser estendido para um total de nove anos. Desta forma, a alfabetização foi incorporada ao currículo e vira 1º ano; conseqüentemente, a 1ª série vira 2º ano, a 2ª série vira 3º ano e assim por diante.

¹³ Nessa pesquisa entende-se por registros históricos, fotos, cadernos, livros ou qualquer outro registro que trouxesse alguma informação sobre a Casa Escolar.

A dissertação de Souza (2019), intitulada “Da fuligem à edificação do Grupo Escolar Rural Usina Bandeirantes: narrativas que contam história(s)” buscou, por meio da metodologia da História Oral, investigar aspectos históricos do Grupo Escolar Usina Bandeirantes que funcionou de 1947 a 1977, no município de Bandeirantes. O objetivo de sua pesquisa foi mostrar uma escola campesina¹⁴, nas suas três décadas de funcionamento como Grupo Escolar, por meio das experiências de alguns de seus colaboradores, que foram 5 professores e 4 ex-alunos, totalizando 8 colaboradores, visto que teve uma colaboradora que antes de se tornar professora, foi também aluna dessa escola.

A busca por esses colaboradores aconteceu em dois momentos, inicialmente foi divulgado, por meio da rede social *Facebook* e aplicativo de mensagem *Whatsapp*, um panfleto contendo uma descrição sucinta da pesquisa e seu objetivo e num segundo momento, os colaboradores foram encontrados a partir do critério de rede. Com diferentes colaboradores para a entrevista, fez-se necessário dois tipos de roteiro, mas ambos seguiam o mesmo modelo em formato de perguntas.

As entrevistas aconteceram na casa dos colaboradores em dia e horário previamente combinados. Cada pesquisa que mobiliza a História Oral acontece de forma peculiar, nas entrevistas realizadas por Souza, por exemplo, em duas delas a entrevista aconteceu com dois colaboradores simultaneamente. Uma dessas já havia sido combinada com antecedência, com duas irmãs que foram professoras do Grupo Escolar, e outra, ao chegar na casa do colaborador a pesquisadora relata que ele comunicou que havia convidado um amigo, também ex-aluno, para participar da entrevista com ele.

Além das entrevistas, a pesquisadora também consultou o Projeto Político Pedagógico (PPP)¹⁵ do Grupo Escolar Usina Bandeirantes. A produção histórica do Grupo Escolar Bandeirantes não se baseou apenas em entrevistas, foi um trajeto que começou desde o interesse da pesquisa, a formulação de questões históricas legítimas, trabalho com os documentos oficiais e, por fim, a constituição de versões históricas. Para Souza (2019, p. 40) a “História Oral é uma metodologia que permite construir fontes históricas com o intuito de encontrar ‘respostas’ para as indagações do pesquisador”, e ela utilizou essa metodologia para compreender aspectos de uma educação rural. Após realizar a entrevista gravada com cada depoente, Souza as

¹⁴ No trabalho de Souza (2019) o termo campesina significa que é do campo ou meio rural, ou seja, escola campesina remete a Escola Rural.

¹⁵ O Projeto Político Pedagógico é um documento que deve ser elaborado por todas as escolas com o objetivo de orientar as práticas educacionais. É fundamental para o acompanhamento das atividades da instituição de ensino.

transcreveu e as textualizou, “criando uma narrativa em parceria com o depoente” (SOUZA, 2019, p. 59).

Ao concluir sua dissertação, Souza (2019) destaca a potencialidade das narrativas, sinalizando que por meio dessas, foi possível desvendar mundos sobre o Grupo Escolar Rural Usina Bandeirantes, ela acredita que as narrativas “[...] têm potência de fazer vibrar, de criar um ambiente cheio das sensações, de produção de vida, de construção e reconstrução de histórias” (SOUZA, 2019, p. 139). Como fruto dessa dissertação e um requisito obrigatório do PPGMAT, o produto educacional de Souza gerou uma coleção de livretos que contam uma(s) história(s) da educação rural local da região do Norte do Estado do Paraná. Essa coleção é composta por três livretos que retratam as histórias e memórias de alunos que tiveram contato com o Grupo Escolar Rural Usina Bandeirantes. Por meio de sua pesquisa, em especial, as entrevistas, a autora conheceu os traços de uma cultura escolar da década de 1940 a 1970, apresentando esses traços nessa coleção de livretos.

A professora Maria Ednéia Martins-Salandim também vem trazendo contribuições com o uso da História Oral para estudar Escolas Rurais. Em sua pesquisa de Iniciação Científica, como aluna da Graduação em Licenciatura em Matemática, intitulada como “Resgate histórico da formação e atuação de professores da escola rural: um estudo no oeste paulista”, ela buscou investigar como ocorria a formação dos professores e alunos de núcleos de ensino rural na região oeste do estado de São Paulo. Martins-Salandim (2003) mobilizou a História Oral para constituir parte do cenário da escola rural a partir do relato de alunos, professores e inspetores de ensino que efetivamente vivenciaram esta realidade, nesta região, no período de 1950 a 1970. Dando continuidade nos estudos, Martins-Salandim ingressou no mestrado em Educação Matemática no ano de 2005 e concluiu em 2007, com a pesquisa “Escolas técnicas agrícolas e educação matemática: história, práticas e marginalidade”, em que a autora mobiliza a metodologia da História Oral para estudar uma modalidade de escola pouco estudada na literatura, o Técnico Agrícola. Além das narrativas constituídas por professores de Matemática que atuaram nesses núcleos de ensino nas décadas de 1950 a 1970, nas regiões de Piracicaba, Espírito Santo do Pinhal, São Manuel, Presidente Prudente, Jacareí e Jaboticabal, a pesquisadora fez visitas a essas escolas agrícolas, consultando documentos disponíveis como antigos livros ponto e livros de ata. O conceito de marginalização foi o principal eixo de análise, no qual, buscou-se constituir uma história da formação dos professores de Matemática, suas formas de atuação, especificidades dessas escolas e inserção do discurso desses professores na história da Educação Matemática Brasileira.

Martins-Salandim orientou uma pesquisa de doutorado, de Reinaldo Donizete de Oliveira, cujo objetivo foi escrever uma história da Escola Estadual Orlando Quagliato, localizada na cidade de Ourinhos-SP, além de tecer compreensões sobre a educação rural neste estado ao longo dos últimos 50 anos, ele enfatizou o modo como professores de matemática praticaram o ensino nas escolas nesse período. Oliveira (2018) justifica sua pesquisa no campo da História da Educação Matemática por ser um espaço no qual professores de Matemática também atuam. A Escola Estadual Orlando Quagliato, foi fundada em 1965 como Grupo Escolar, dentro de uma usina de cana de açúcar, em uma fazenda no município de Ourinhos e, segundo Oliveira (2018), é uma das poucas Escolas Rurais ainda existentes no estado. Essa pesquisa mobiliza a metodologia da História Oral para a constituição de narrativas, a partir de entrevistas com professores, alunos, funcionários, gestores e pessoas da comunidade envolvidas com essa escola. Além disso, como parte da metodologia, Oliveira faz estudos de documentos relativos a essa escola e que estão arquivados e disponíveis tanto na Diretoria de Ensino de Ourinhos, como também na própria escola.

A dissertação de mestrado da Claudinéa Soto da Silva, concluída em 2018, também em História da Educação Matemática, orientada pela professora Maria Ednéia Martins-Salandim, fez o uso da História Oral como recurso metodológico para tecer compreensões sobre Escolas Rurais como espaços formativos, especificamente na região de Borebi- SP dos anos 1980. Sua dissertação é intitulada como “Escolas Rurais como Espaços Formativos: vozes de professores que atuaram na região de Borebi/SP”. Essa é uma região de lutas pela reforma agrária. Foram realizadas seis entrevistas com professores que atuaram em Escolas Rurais nessa região. Complementando as narrativas, foram realizados estudos de literatura e legislações referentes à educação rural. A análise dessas narrativas partiu de um ponto de vista historiográfico, problematizando esses espaços formativos a partir da formação e atuação de professores dessas escolas. Segundo Silva (2018) esta pesquisa está vinculada a um projeto maior, o “Mapeamento da Formação e Atuação de Professores de Matemática no Brasil” do Grupo História Oral e Educação Matemática - GH OEM. Os resultados desse trabalho apontaram elementos importantes que foram tematizados como a formação de professores nestes espaços, a utilização de livros didáticos, a multisseriação, a municipalização do ensino e a urbanização da educação na região de Borebi.

Outros dois trabalhos que fizeram o uso da História Oral como recurso metodológico foram as dissertações de mestrado de Bailão (2019) e Paião (2019), ambas egressas do PPGMAT e ambos os trabalhos foram orientados pela professora Línlya Natássia Sachs Camerlengo de Barbosa. Essas duas pesquisas estão vinculadas ao projeto “Educação

matemática do campo: currículo e formação de professores”¹⁶ e diante disso, a partir de 2016, surgiu o interesse por conhecer as escolas do campo¹⁷ do município de Londrina. Com base nesse projeto maior, foi feito um mapeamento das escolas estaduais do município que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio completo, tendo como resultado o Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi e Colégio Estadual do Patrimônio Regina.

A dissertação de Bailão (2019) intitulada como “Narrativas sobre o Colégio Estadual do Patrimônio Regina: uma história ainda não contada” buscou conhecer e apresentar narrativas referentes à história do Colégio Estadual do Patrimônio Regina, localizado em um distrito no município de Londrina, Paraná¹⁸.

Na pesquisa de Bailão (2019) foram realizadas entrevistas, mobilizando a História Oral, com cinco pessoas que tiveram contato direto com a escola, guiada por um roteiro construído com palavras-chaves. Seus colaboradores foram três professores do colégio, uma diretora e um morador, também professor, que não atuou neste colégio mas acompanhou toda construção dessa instituição de ensino. Esses colaboradores residiam no patrimônio onde se encontra a escola.

Segundo a pesquisadora, nesse colégio há uma tentativa de valorização da identidade rural dos estudantes por meio de projetos, mas, também, assim como nas Escolas Rurais, há a preocupação da migração para a zona urbana, em outras palavras, migração para a cidade. Ao final de sua pesquisa, foi elaborado um produto educacional apresentado em formato de livro que se propôs a “[...] dialogar com professores que vivenciam, em suas práticas, o sutil limite entre o rural e o urbano, além de apresentar uma história protagonizada por uma escola que tem obtido bons resultados em avaliações externas, em nível nacional e que carece de registros” (BAILÃO, 2019, p. 16).

A pesquisa de mestrado de Paião (2019) também fez o uso da História Oral para o registro e trabalho com as narrativas. Sua dissertação é intitulada como “Memórias da Escola Itinerante ‘Maria Aparecida Rosignol Franciosi’: histórias do fazer uma *outra escola* no

¹⁶“Tal projeto aborda histórias de vida de professores de escolas do campo, processos históricos de criação de escolas do campo, currículos de matemática na educação do campo e formação de professores que atuam ou atuaram em escolas do campo do município de Londrina, Paraná” (BAILÃO, 2019, p. 14).

¹⁷“A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país” (BRASIL, 2002).

¹⁸ Essa Escola de Campo, ainda em vigência, oferta os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio e atende estudantes que residem em um raio de aproximadamente 15 km da instituição, em sua maioria filhos de agricultores e pecuaristas (BAILÃO, 2019).

movimento dos trabalhadores rurais sem terra” e teve como objetivo registrar as memórias da história da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi, durante seu tempo de funcionamento (2009-2016). Essa escola funcionava em um distrito no município de Londrina, Paraná, e foi uma Escola Itinerante¹⁹ localizada em um assentamento rural em área de reforma agrária, o Assentamento Eli Vive, região atualmente denominada de Assentamento Eli Vive I e II, distante 70km da sede do município de Londrina. Segundo Paião (2019, p.47),

A Escola Itinerante é parte da luta dos trabalhadores rurais por uma Educação do Campo, por uma educação que esteja orientada para a formação educacional que considera os sujeitos como sujeitos de direitos e, nesse âmbito, veem no direito à terra um dos direitos humanos fundamentais para uma existência com dignidade.

Este trabalho registrou as memórias da trajetória dessa Escola Itinerante produzidas a partir de entrevistas com sete colaboradores, sendo eles educadoras e educadores que trabalharam, organizaram e construíram essa escola. Como produto educacional dessa pesquisa, foi elaborado um livro designado ao trabalho pedagógico nas atuais escolas dos Assentamentos Eli Vive I e II, que, segundo Paião (2019, p. 182) “[...] ao contar a história da Escola Itinerante dos tempos de assentamento, aborda os tempos da ocupação das terras, dos diferentes lugares em que a comunidade esteve, do trabalho coletivo da comunidade ao construir e cuidar da escola [...]”.

Essas foram algumas pesquisas que mobilizaram a História Oral, em Educação Matemática, como recurso teórico metodológico para estudar Escolas Rurais. Conforme o surgimento de novas pesquisas, a História Oral vai se ampliando e ramificando nas mais diversas áreas do conhecimento, mais especificamente na Educação Matemática. Dos trabalhos apresentados nesta seção, mesmo seguindo os procedimentos da História Oral, cada um se desenvolveu de uma forma peculiar a cada objeto de pesquisa. É nesse sentido que muitos autores dizem que essa metodologia não é pronta e acabada.

¹⁹ Escolas Itinerante são escolas que acompanham o deslocamento das famílias Sem Terra e garante às crianças e adolescentes o acesso à educação e são construídas, organizadas e gerenciadas pela comunidade que compõe o assentamento (PAIÃO, 2019).

CAPÍTULO 2

2. RELATOS, (DES)ENCONTROS, (DES)ESPERANÇAS... E O FIO QUE CONDUZIU A REDE DOS COLABORADORES²⁰

Dando sequência na pesquisa, iniciamos a busca pelas fontes históricas. No município de Andirá, a princípio, os documentos das Escolas Rurais eram arquivados na Secretaria Municipal de Educação de Andirá. Em contato com o responsável por esse setor, recebi a informação de que as fontes históricas, as quais procurava, foram transferidas para a sala da documentadora²¹ que fica localizada em um dos prédios da Escola Estadual Durval Ramos Filhos. Ainda na busca por essas fontes, a documentadora confirmou a existência de alguns documentos de Escolas Rurais neste espaço.

A Escola Rural Água do Mandí é uma das escolas que possui fontes documentais mais escassas, e isso se dá, segundo a documentadora, devido ao processo de serem muito antigos e até então não terem local fixo para serem arquiado e que no decorrer dos anos, alguns documentos foram perdidos. Isso me fez quase desistir de estudar essa escola e escolher a que tivesse mais documentos disponíveis, todavia, refletindo sobre a situação, caso essa decisão fosse tomada, eu estaria contribuindo para que a história dessa escola fosse extinta de vez e não estaria de acordo com o propósito de pesquisa.

A intenção inicial com as fontes documentais era encontrar informações, caminhos e possíveis nomes de depoentes. Mesmo sem ter a intenção de analisá-las naquele momento, foram feitas fotocópias, para que em um segundo momento pudesse olhar para os detalhes que passassem despercebidos ou que só se fizessem necessários com o andamento da pesquisa.

As fontes históricas encontradas foram livros de chamadas que contemplam o período de 1947 a 1985 e um histórico escolar do ano de 1982. Esses documentos são apresentados com mais detalhe no próximo capítulo. Por meio desses livros de registros e do histórico escolar, compreendemos que a Escola Rural Água do Mandí permaneceu em funcionamento por quase quatro décadas, mas que sua autorização de funcionamento nº 2.962 é de 17 de novembro de 1982, informação apresentada no mesmo documento. Optamos nesse trabalho, por estudar a

²⁰ Este capítulo se constitui por relatos da pesquisadora, na intenção de apresentar o processo vivenciado em torno da coleta de dados necessária para o desenvolvimento do trabalho. Por isso, este texto está escrito na primeira pessoa do singular, diferente dos demais capítulos que compõem este relatório, que foram escritos na primeira pessoa do plural, pois os entendemos como textos produzidos em parceria com as orientações recebidas.

²¹ Conhecido também como documentadora escolar, sua função é a de tramitação de documentos entre os estabelecimentos de ensino do município e o Núcleo Regional de Educação e para isso há uma sala específica.

Escola Rural Água do Mandí durante todo seu tempo de funcionamento registrado nos livros de registros dos alunos, ou seja, de 1947 a 1985.

No histórico constava o nome dos possíveis colaboradores para aquele momento, o secretário Paulo Bueno de Godoy e a inspetora Creuza Perugini Galdino, pessoas consideradas fundamentais para o entendimento do funcionamento pedagógico dessa escola.

Por meio dos livros de registros, percebemos que a Escola Rural, ao longo de sua trajetória, recebeu vários nomes. Em 1947 era nomeada como “Escola Isolada de Fazenda São Sebastião”, em 1964 “Escola Isolada Água do Mandí” e a partir de 1970 passou a ser padronizada a nomenclatura “Escola Rural Água do Mandí”.

Com o acesso a essas fontes históricas, foi possível coletar uma extensa lista de nomes. A documentadora não sabia me responder muita coisa, em razão do cargo que ocupa dar-se através de indicação, sendo assim, contando com uma rotatividade de pessoas no cargo. Ela informou que a maioria daqueles professores, cujos nomes constavam nos livros, haviam falecido, infelizmente! Como critério de rede, ela sugeriu a filha da professora Paula Darci Del Padre Gomes²². Sua filha, Roseli Del Padre Gomes Feriatti, confirmou que sua mãe havia lecionado na Escola Rural Água do Mandí, todavia, esta não possuía quase nada sobre essa escola, apenas duas fotos, em razão de que o caderno que sua mãe usava foi doado ao Museu Municipal de Andirá.

Deslocando até o Museu, estava disponível um livro com informações do Município de Andirá. Nele constam registros de que houve um total de 20 (vinte) Escolas Rurais em funcionamento no município. As informações encontradas não nos revelam se essas escolas funcionavam todas na mesma época e nem apresentavam muitos detalhes do que aconteceu com elas. Mas e o caderno da professora Paula? Ninguém sabe! As pessoas que assumem a posição de responsável pelo museu são estagiários, geralmente, do curso de História²³, ou seja, semestralmente ou anualmente muda de estagiário e as informações/materiais acabam se perdendo. A estagiária que estava lá, naquele momento, relatou que antes havia um livro de fotos de escolas antigas do município, mas que este se perdeu após ser acidentalmente molhado, não sendo possível aproveitar nada e, por isso, acabou sendo descartado. Nesse museu tinha um jogo de cadeira e mesa de uma escola rural, mas sem informações do nome do doador, muito menos de que escola tinha vindo.

²² Essa professora faleceu em 2019, momentos antes do início da pesquisa.

²³ Anualmente a prefeitura de Andirá faz um processo seletivo para estagiários, esse processo seletivo permite que estudantes do Ensino Médio e Ensino Superior participem, independente da instituição de ensino.

Navegando na rede social *Facebook* foi encontrado um grupo denominado “Andirá Túnel do Tempo”. O objetivo desse grupo é resgatar todo tipo de lembrança da cidade de Andirá. Há registro de pessoas popularmente conhecidas na cidade, bares já extintos, escolas etc. Eu também buscava resgatar lembranças, então descrevi de forma sucinta minha pesquisa e perguntei se alguém tinha alguma informação sobre a Escola Rural Água do Mandí. Surgiram vários comentários relacionados a alunos que estudaram e sugestão de professores que lecionaram nesta escola.

A princípio, selecionei comentários pertinentes ao período a ser estudado, tentando entrar em contato com as pessoas sugeridas, por meio dessa mesma rede social, mas não obtive nenhuma resposta. A vontade inicial era de tentar um contato pessoal com essas pessoas, mas infelizmente, no ano de 2020, o mundo todo enfrentava a pandemia da Covid-19, o que impedia de ter contatos pessoalmente, principalmente com pessoas acima de 60 anos, por serem consideradas do grupo de risco. Com ou sem pandemia, a pesquisa precisava de progresso e, então, por meio dessa mesma rede social, entrei em contato com o secretário Paulo Bueno de Godoy, que se dispôs a ajudar, entretanto, alertando que não se recordava de quase nada sobre essa escola em específico. Além do mais, informou de que os livros daquela época foram armazenados em almoxarifados da prefeitura e sugeriu consultar a documentadora quanto à existência desses, porém, a documentadora informou que esses livros foram extintos.

Seguindo as normas de segurança, uso de máscara, álcool em gel e distanciamento, voltei a ter acesso às fontes históricas com o objetivo de escanear tudo e dar início à análise.

Por meio do meu pai, tive o contato com a inspetora Creuza Perugini Galdino, respeitando o distanciamento social, além do uso de máscara. Uma senhora muito simpática, que deu a informação de que foi inspetora dessa escola e que começou a trabalhar lá em meados de 1960 e lá permaneceu por vinte anos. Convidei-a para ser minha colaboradora e ela logo já aceitou, ficamos de agendar um dia e horário para a entrevista.

Com entrevista agendada com dois colaboradores e com as fotocópias dos livros de registros e histórico, a pesquisa passou a ganhar um rumo. Tendo em mãos uma boa quantidade de livros de registros que possui vários nomes de alunos, no entanto, as tentativas de procurar nas redes sociais por esses alunos, foram falhas.

Conversando com minha amiga Mariana²⁴ sobre a dissertação e a dificuldade de encontrar alunos que estudaram lá, ela comentou que sua mãe, Ana Maria estudou na Escola

²⁴ Mariana é sobrinha da Dona Licínia Vasconcelos, foi por meio dela que ficamos sabendo da existência dessa escola, conforme destacado na introdução deste relatório.

Rural Água do Mandí em 1975 e no mesmo momentos se dispôs a ser minha colaboradora. Enquanto isso permanecia aquela minha publicação no *Facebook* e eu sempre acompanhava os novos comentários, que em sua maioria se resumiam em “saúde”.

As pesquisas que mobilizam a História Oral acontecem de forma peculiar a cada pesquisador, em algumas pesquisas, ocorre de os colaboradores serem encontrados com facilidade, mas, em relação à presente pesquisa, os colaboradores foram encontrados ao longo de sua formulação, um pouco dessa dificuldade de acesso aos colaboradores foi por conta da pandemia. Por mais lacunar que seja o caminho, optei por continuar prezando pelo objetivo da pesquisa.

Com relação aos professores que lecionaram nessa escola, perguntei para a Dona Creuza se tinha conhecimento deles e gentilmente me deu detalhes de alguns. Ainda por meio do *Facebook*, obtive o contato com a professora Anna Maria que reside na cidade de Cornélio Procópio/PR. Essa professora se dispôs a ser minha colaboradora, mesmo tendo lecionado por pouco tempo na Escola Rural Água do Mandí.

Enquanto buscava por mais colaboradores, era feita uma análise dos livros de registros encontrados. Antes de começar a análise do trabalho como um todo, decidi rever todos os comentários da publicação que havia feito e novamente tentei contato com algumas pessoas. Tive retorno das alunas Maria Aparecida e Marilena e da professora Theresa, todas atenderam à entrevista.

A pesquisa precisava continuar e, para isso, era preciso encerrar a busca por colaboradores. No entanto, surgiram dúvidas sobre ter a quantidade de colaboradores suficiente para um trabalho que mobilizasse a História Oral. Das leituras feitas de trabalhos que fizeram o uso dessa metodologia, não encontrei registros que definissem a quantidade ideal de colaboradores para que as entrevistas se tornassem significativas. Fiz o possível na busca por colaboradores e de fontes históricas, acreditando que o que foi encontrado foi significativo para construir uma história da Escola Rural Água do Mandí!

2.1 Produto educacional

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, buscamos olhar para os diversos aspectos que de alguma forma contribuíram para o registro de uma história da Escola Rural Água do Mandí, aspectos presentes nas fontes históricas e nas narrativas e, para isso, foi produzido um conteúdo que retratasse uma história dessa escola.

O produto educacional fruto dessa dissertação, é um registro histórico que com base nas narrativas juntamente às outras fontes históricas, registram uma história de uma escola extinta em estrutura, mas presente na memória. Para Rizzatti *et al.* (2020, p. 04) “considera-se PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL (PE) na Área de Ensino, o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa”. Consideramos que este produto elaborado pode ser entendido como um acervo histórico dessa escola, pois reúne as informações que ainda estão disponíveis sobre ela e apresenta uma versão histórica do período de seu funcionamento. Para Rizzatti *et al.* (2020, p.5), um produto educacional visto como acervo pode contemplar “curadoria de mostras e exposições realizadas, acervos produzidos, curadoria de coleções, entre outros”.

O título desta dissertação remete à música “A casa”, composta como poema por Vinicius de Moraes e cantada por Antonio Pecci Filho (Toquinho). A inspiração para o poema surgiu por meio de visitas de Vinicius a seu amigo uruguaio Carlos Páez Vilaró que construía uma casa, hoje denominada Casapueblo. Essa inspiração também é exercitada na análise narrativa apresentada neste relatório e no produto educacional.

Cada vez que Vinicius visitava Casapueblo, a casa estava de um jeito, metade construída e metade em escombros, isso justifica os trechos:

Era uma casa
Muito engraçada
Não tinha teto
Não tinha nada
Ninguém podia
Entrar nela não
Porque na casa
Não tinha chão
Ninguém podia
Dormir na rede
Porque a casa

Não tinha parede [...].

Os primeiros passos nessa trajetória remetiam resumidamente a: “não há mais nada dessa escola”, “não há estrutura” e “não há fotos”²⁵. Perante as dificuldades encontradas para obter informações históricas dessa escola, intencionamos que o produto educacional deste trabalho composto pelo registro da história que nos foi possível escrever, contribuindo assim para a História da Educação local, sobretudo a educação rural. Com essa produção, nossa intenção é manter viva uma história dessa escola, nosso desejo é elaborar um registro histórico que remeta a uma história dessa escola, com o objetivo, também, de disponibilizá-lo ao museu da cidade de Andirá, visto que o museu é um dos lugares onde a história faz morada.

²⁵ As frases destacadas por aspas referem-se a frases ouvidas durante a trajetória dessa pesquisa, ditas por aqueles com que fazíamos contato em busca de informações.

CAPÍTULO 3

3. UM ESTUDO SOBRE AS FONTES HISTÓRICAS DA ESCOLA

Neste capítulo são apresentados alguns recortes e uma breve interpretação dos livros de registros e o histórico escolar disponibilizados pela documentadora, a fim de buscar por indícios que possam nos auxiliar na escrita da nossa narrativa sobre a escola.

As fontes históricas que encontramos da Escola Rural Água do Mandí totalizam 30 livros de registros que datam de 1947 a 1985 e um histórico escolar do ano de 1982. Segundo Costa *et al.* (2010, p. 43), as fontes históricas são “[...] contextualizadas e possuem conotação histórica à medida que reflete ou explica um fato e um tempo específico da produção humana”; nesse caso, se tratando principalmente da produção de professores e inspetores. Desta forma, essas fontes históricas nos permitiram realizar questionamentos e formulação de hipóteses sobre o funcionamento pedagógico da Escola Rural Água do Mandí, levando em consideração o contexto social e político da época.

Buscamos organizar essas fontes de modo que fosse possível uma análise considerando alguns procedimentos, apresentados por Costa *et al.* (2010, p.43), considerados básicos para esse tipo de análise, sendo eles:

1. verificar a relevância do documento para o entendimento do objeto de pesquisa, ou o assunto a ser estudado, classificando aquelas fontes consideradas principais e secundárias.
2. análise contextual: verificar e questionar os aspectos econômicos, sociais, políticos, psicológicos e institucionais que envolvem o documento produzido.
3. no caso das fontes escritas, constatar se foi elaborada pelo narrador ou se foi um fato contado a ele por outro sujeito, ou seja, verificar o foco narrativo.
4. realizar uma exaustiva leitura do documento para comparar os elementos internos dos textos e compreender a lógica interna do documento, para detectar possíveis contradições ou incoerências.

O objetivo deste capítulo não é apresentar todos os livros de registros, mas selecionar aspectos considerados relevantes para que o leitor possa entender como esses livros foram organizados, tanto na parte estrutural como pedagógica. Os livros de chamada da Escola Rural Água do Mandí foram, na verdade, o ponto de partida para a elaboração das narrativas que apresentamos nessa pesquisa, o fio que conduziu aos colaboradores.

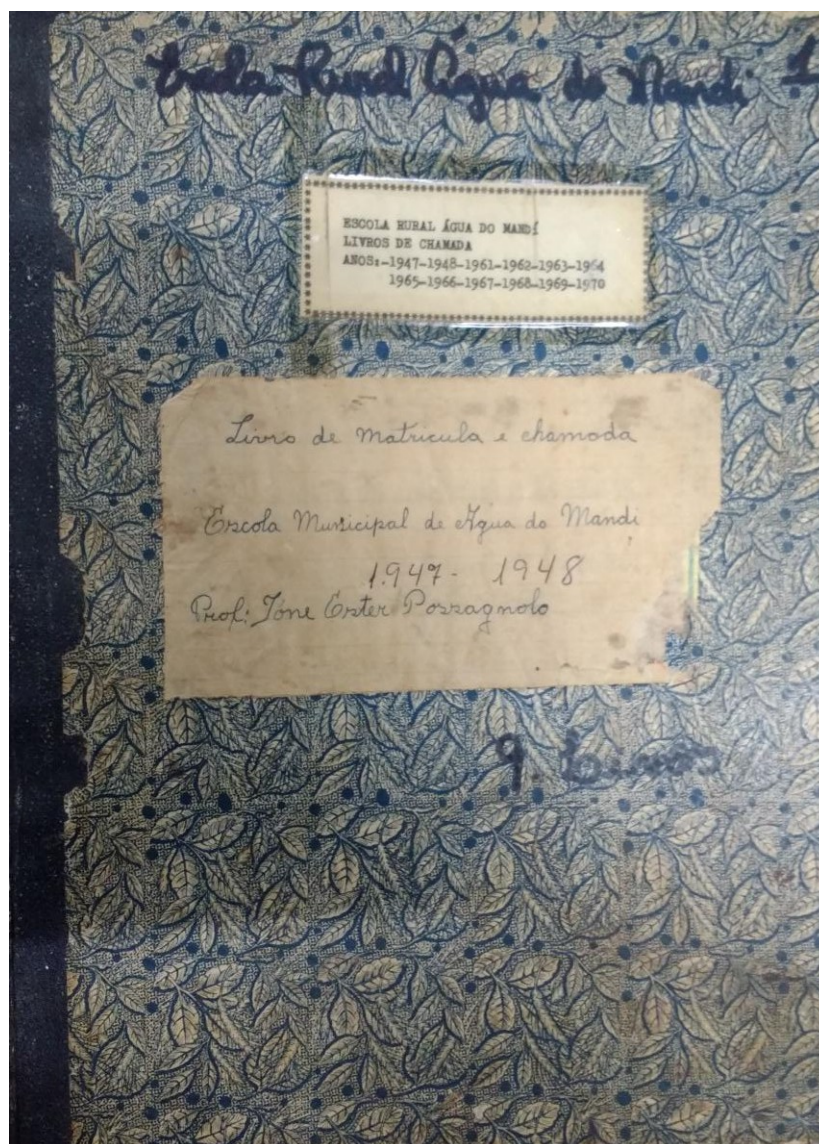
De acordo com Lima (2015), mapear e descrever as fontes históricas, permite a compreensão do “recorte investigativo”, além de direcionar a pesquisa. Nos recortes que escolhemos apresentar neste texto não foram rasurados os nomes de alunos, pais e professores por serem documentos de acesso públicos.

3.1 LIVRO REGISTRO

Os livros de 1947 a 1979, além de registrarem a chamada, serviam como registro de matrícula, mas em 1978 passaram a receber outro tipo de formatação. Os livros de 1978 e 1979, além de registrarem a matrícula e a frequência, passaram a ter um espaço para a inserção do plano de curso, conteúdo trabalhado ao longo do bimestre, detalhamento das avaliações e quadros estatísticos. De modo geral, entre 1947 a 1977, os livros eram estruturados em: capa, registro de matrícula e frequência. A partir de 1977, as páginas iniciais do livro continham orientações de preenchimento e, além da sequência apresentada anteriormente, havia um espaço para a inserção do conteúdo desenvolvido ao longo do semestre, sendo apresentados também, ao final do livro, quadros estatísticos. Após 1979, não há mais registro de matrícula nos livros, mas permanecem com estrutura semelhante. No decorrer desse capítulo buscamos mostrar e detalhar essas mudanças que aconteceram ao longo dos anos.

Na capa dos livros encontrados, em sua maioria, constam informações como nome do professor, ano de vigência e turno. No período de 1947 a 1977, o mesmo livro era utilizado para mais de um ano letivo, como mostrado na Figura 1. Esse tipo de uso permitia a menor movimentação de documentos, limitando-se a um livro por escola.

Figura 1 – Recorte da capa do livro de 1947-1970.



Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

Na figura 1, há uma etiqueta com informações sobre os anos letivos registrados neste livro (1947, 1948, 1961-1970). Nota-se que não possui informações dos anos de 1949 a 1960, em razão de não se ter encontrado outros livros de registros dos anos omitidos. Possivelmente essa etiqueta foi colocada para o arquivamento do livro, visto que suas informações diferem da escrita manual.

O registro de matrícula é posterior à capa do livro, seguido pelo registro de frequência, como se apresenta nas Figuras 2 e 3.

Figura 2 – Recorte de registro de matrícula do livro de 1947-1970.

Escola Isolada Água do Mandi

Mês de Fevereiro de 1967.

N.º de ordem	NOME DOS ALUNOS	Nacionalidade	FILIAÇÃO			
			Pai ou Responsável	Nacionalidade	Residência	Profissão
1	Ana Ap. Del Padre	bras.	Nelson Del Padre	bras.	Água do Mandi	lavadeira
2	Maria do Carmo Pinheiro	bras.	Urgel Pinheiro	bras.	Água do Mandi	lavadeira
3	Maricéia Floriano	bras.	José Floriano	bras.	Água do Mandi	lavadeira
4	Maria Silvia Rogério	bras.	Antônio Rogério	bras.	Água do Mandi	lavadeira
5	Maria Luiza Ibaniz	bras.	Carlos Ibaniz	bras.	Faz. Boa Esp.	lavadeira
6	Maria Ap. Tamboni	bras.	Alcides Tamboni	bras.	Água do Mandi	lavadeira
7	Antônio de F. Gimenes	bras.	João Gimenes	bras.	Água do Mandi	lavadeira
8	Admassi M. de Oliveira	bras.	João de Oliveira	bras.	Faz. Boa Esp.	lavadeira
9	Mabel Rosa	bras.	José Rosa	bras.	Faz. Boa Esp.	lavadeira
10	Ap. Lenir Rosa	bras.	José Rosa	bras.	Faz. Boa Esp.	lavadeira
11	Luiz Carlos Bernardino	bras.	João Bernardino	bras.	Água do Mandi	lavadeira
12	Nilce Romano	bras.	Cláudio Romano	bras.	Faz. Água Rica	lavadeira
13	M. do Socorro Queiroz	bras.	Antônio F. de Queiroz	bras.	Água do Mandi	lavadeira
14	Luiza de Fatima Soares	bras.	Asmar Virginio	bras.	Água do Mandi	lavadeira
15	Maurício Delizário	bras.	Pedro Delizário	bras.	Faz. Boa Esp.	lavadeira
16	José Ronaldo Floriano	bras.	José Floriano	bras.	Água do Mandi	lavadeira
17	Edmar Ap. Carrozza	bras.	Antônio Carrozza	bras.	Água do Mandi	lavadeira
18	Israel Petrin	bras.	Sebastião Petrin	bras.	Água do Mandi	lavadeira
19	Cláudio B. da Silva	bras.	João Brig. da Silva	bras.	Água do Mandi	lavadeira
20	Wilson Brig. da Silva	bras.	João B. da Silva	bras.	Água do Mandi	lavadeira
21	Carlos Roberto Macedo	bras.	José Macedo	bras.	Água do Mandi	lavadeira
22	José Carlos Machado	bras.	Luiz Machado Neto	bras.	Água do Mandi	lavadeira
23	Antônio Ap. Franquelin	bras.	João Franquelin	bras.	Água do Mandi	lavadeira
24	José Ap. Soares	bras.	Asmar Virginio	bras.	Água do Mandi	lavadeira
25	Maurício Aug. Almeida	bras.	Genésio A. Almeida	bras.	Água do Mandi	lavadeira

OBSERVAÇÕES: Visto em 25-2-67
 Maria M. Canhoto
 Insp. Aux. de Ensino

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

Para a matrícula, nessa época, era necessário preencher os campos contendo: nome do aluno, nacionalidade, pai ou responsável, nacionalidade do responsável, residência e profissão. Os nomes dos alunos eram separados por sexo, sendo que, em alguns livros, os nomes das meninas eram apresentados primeiro e, em outros, a divisão se dá ao contrário, levando a entender que tal divisão se dava por uma opção do professor. Observa-se que no campo “pai ou responsável”, consta apenas o nome do pai, considerando como hipótese que o pai era o principal responsável pela matrícula. Alguns livros eram assinados pela inspetora de ensino da época, como mostra a Figura 2, que em específico, foi vistado no início no ano letivo.

Nem todos os livros estão completos com as informações. Um exemplo, nessas duas últimas figuras 2 e 3, não há registro de turma e algumas colunas estão em branco, diferente da Figura 4. Esse fato pode ter ocorrido por falta de local apropriado para a indicação da turma, mas vale ressaltar, que em outros livros, a turma é indicada junto ao nome dos alunos. Outro fator relevante é a idade dos alunos, que possuem diferença de até 5 anos, havendo várias hipóteses para isso: cursando a série novamente, desistência ou até mesmo tendo iniciado os estudos tardiamente; todos cenários comuns para aquela época.

A Figura 4 é um recorte do livro de 1976-1977, em específico do mês de setembro de 1976. Os registros presentes nesse livro competem às turmas de 3^a e 4^a séries. Os dois primeiros blocos de frequência, separados por um espaço, correspondem a 3^a série, masculino e feminino, respectivamente. Após um espaço, são apresentadas a 4^a série masculino e 4^a série feminino. Notamos que há alunos de turmas distintas, mas com a mesma idade.

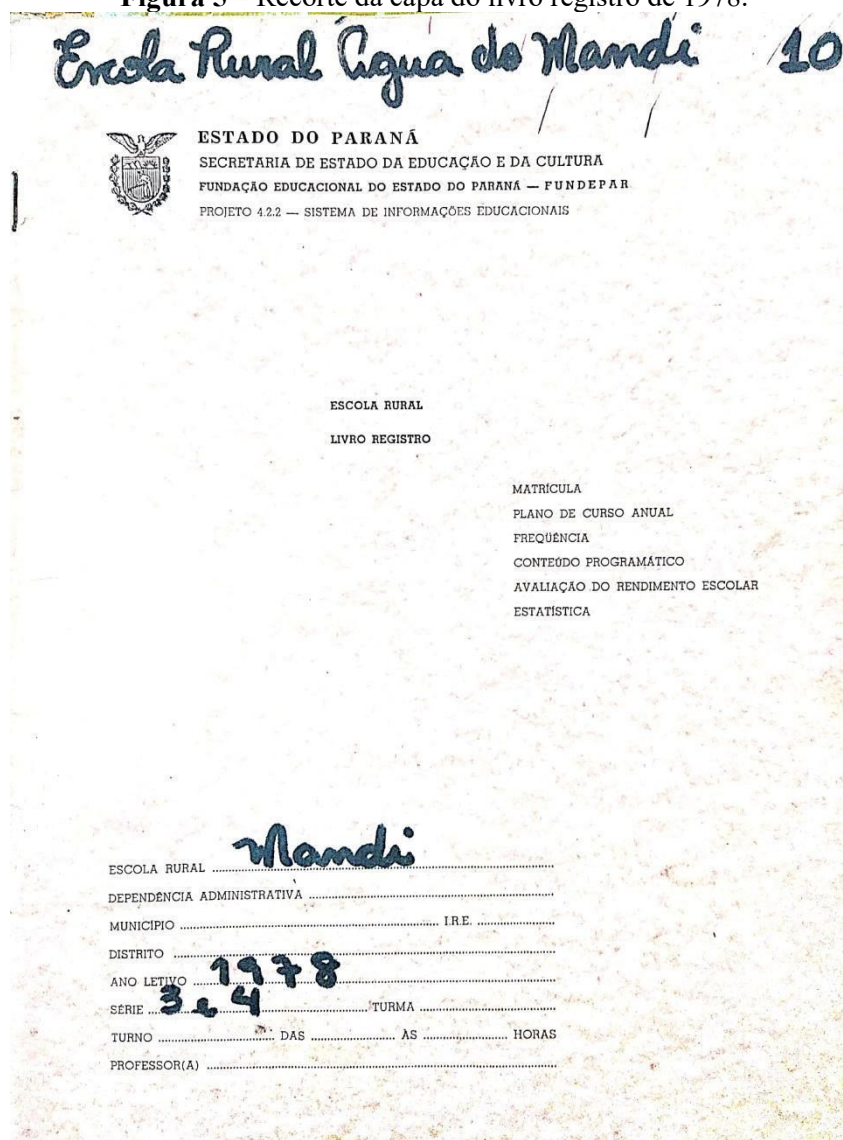
e Bases (LDB) para o ensino de 1º e 2º grau, nº 5.692 de 1971, foi implantada a disciplina de Estudos Sociais.

Mensalmente era feito o controle de frequência, apresentado na Figura 4, no final da folha, o que indica a preocupação com a (des)continuidade nos estudos. Após o ano de 1977 o resumo de frequência foi substituído por resumo estatístico mensal, apresentado mais adiante.

Os livros de registro de chamada e matrícula perpetuaram-se até o ano de 1979, no entanto, a partir desse ano os livros foram padronizados, as capas eram transparentes permitindo ler informações contidas na primeira folha. Além do mais, os livros passaram a ter orientações para seu preenchimento.

Os livros dos anos 1978 e 1979 apresentam informações em sua capa de forma que, na parte superior aparecem o timbre do Estado do Paraná acompanhado das escritas “Secretaria de Estado da Educação e da Cultura”, “Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR” e “Projeto 4.2.2 - Sistema de Informações Educacionais”, como mostra a Figura 5.

Figura 5 – Recorte da capa do livro registro de 1978.

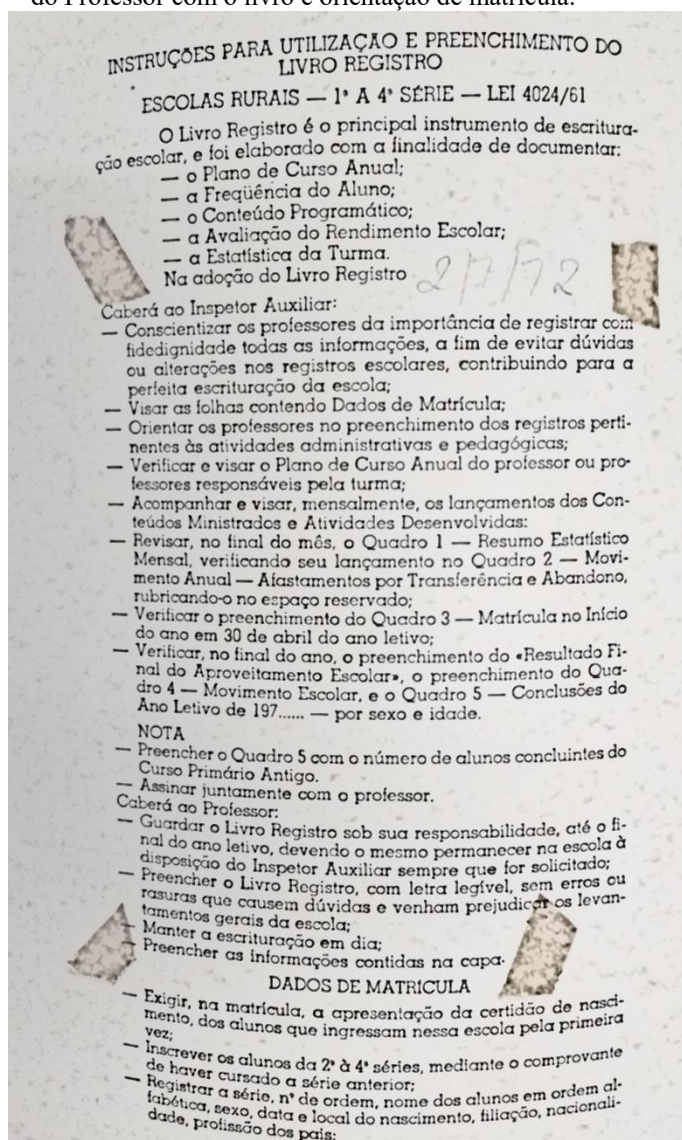


Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

A Figura 5 retrata a capa do livro registro de 1978. Observa-se à direita a descrição das finalidades desses livros: Matrícula, Plano de Curso Anual, Frequência, Conteúdo Programático, Avaliação do Rendimento Escolar e Estatística. A matrícula feita direta no livro registro permaneceu até o ano de 1979. Na parte inferior da capa é apresentada a indicação de preenchimento de informações que competem à instituição de ensino, sendo esse livro, um exemplo de que nem sempre o preenchimento era feito na íntegra.

A partir de 1978, começou a ser utilizado um livro por ano. No entanto, não havia regra, pois há 4 livros para um mesmo professor, mas também, um único livro para 4 turmas ou 2 turmas, como mostra a Figura 5.

Figura 6 – Recorte das instruções de preenchimento do livro registro de 1978 – Deveres do Inspetor Auxiliar e do Professor com o livro e orientação de matrícula.



Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

A Figura 6 é conseguinte à capa do livro registro. Observamos que inicialmente, após destacado o objetivo dessa página, há menção à lei nº 4.024 de 1961 no qual se entende que as instruções seguintes foram baseadas nessa legislação. Essa legislação mencionada é a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que constituiu diretrizes para o ensino primário, o qual era composto por no mínimo quatro séries, podendo ser ampliado para até seis séries (DE MEDEIROS; LIRA, 2016). De acordo com o artigo 25 dessa lei, o ensino primário tinha como objetivo “[...] o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social” (BRASIL, 1961, s/p)²⁷. No entanto, a LDB, de 1961, não teve longa vigência. Em 11 de agosto de 1971, essa legislação foi atualizada,

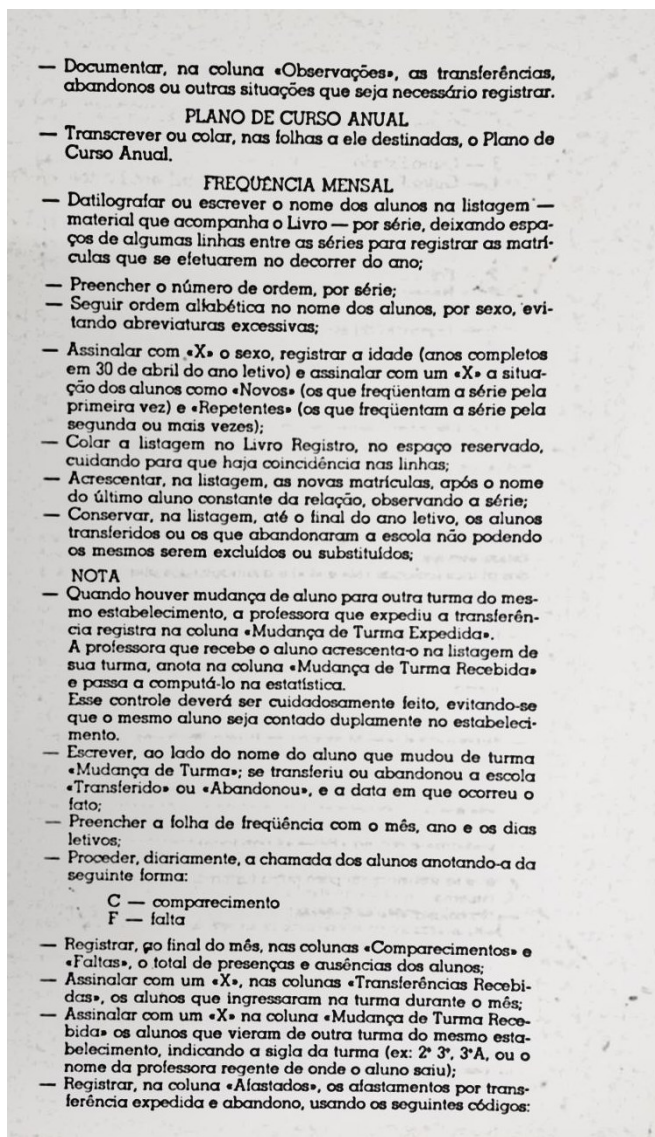
²⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm

sendo substituída pela vigência da LDB nº 5.692. Essa nova legislação alterou o ensino primário para o ensino de primeiro grau com duração de oito anos e estabelecia como obrigatória a matrícula das crianças com sete anos de idade nesse nível de ensino (BRASIL, 1971).

Vale destacar que as orientações do livro acima são do ano de 1978, sendo baseadas na LDB de 1961, no entanto, como descrito anteriormente, em 1971, essa legislação já havia sido atualizada. Consideramos que, na década de 1960, foram impressos uma grande quantidade de materiais e para que não houvesse desperdício, foram aproveitados, mesmo com atualização na LDB.

Observamos que os professores recebiam instruções para que no momento da matrícula, os nomes dos alunos fossem separados por sexo. Nos livros encontrados, não há indícios de que o currículo difere de meninos e meninas.

Figura 7 – Recorte das instruções de preenchimento do plano de curso anual e frequência mensal – Livro registro de 1978.



Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

A partir de 1977, os livros de registros passaram a ter um espaço para que os professores anotassem o conteúdo desenvolvido ao longo do bimestre e também as atividades desenvolvidas. Ao final do livro há um espaço para transcrever ou colar o plano de curso, mas em nenhum livro, dos quais tivemos acesso, foi feito o uso desse espaço.

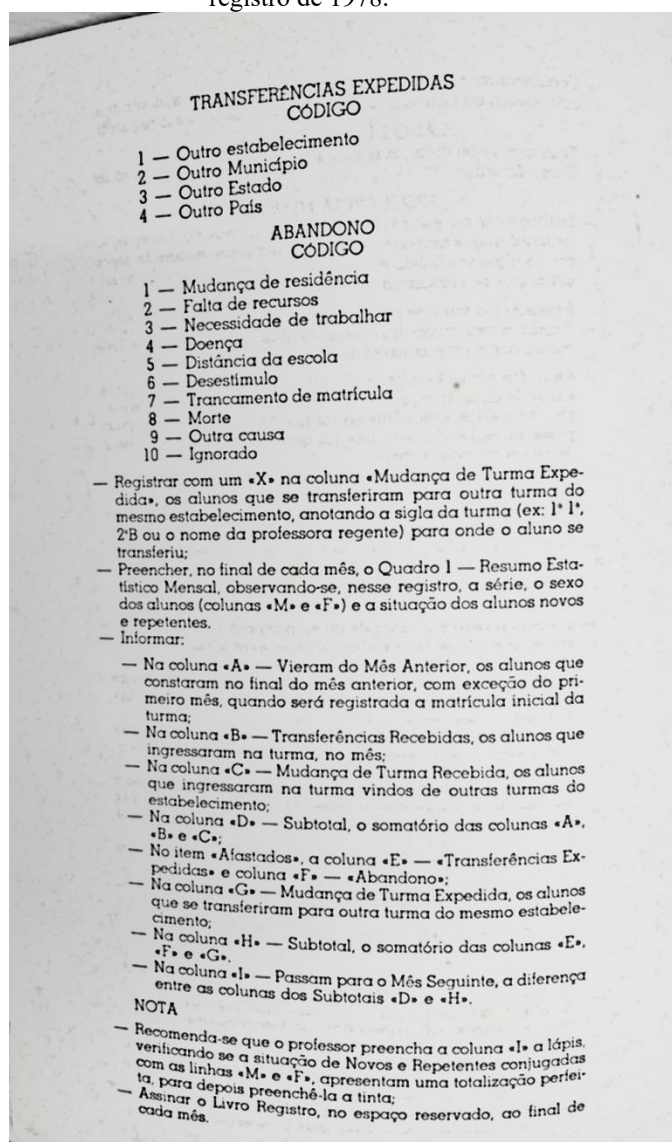
Também a partir de 1977 os nomes dos alunos passaram a ser organizados por ordem alfabética, mas ainda permaneceu a necessidade de informar o sexo da criança acompanhado da idade e se o aluno é novo, que acordo com a instrução são aqueles que frequentam a série pela primeira vez, ou se é repetente, que frequentam a série pela segunda ou mais vezes.

O item “nota” serve como uma observação ao professor, visto que em casos de transferências entre turmas deve haver o cuidado de registrar a transferência de uma turma e o

recebimento da transferência em outra turma, para que não houvesse duplicidade. Ao final de cada mês, o professor deveria fazer o registro da quantidade de faltas, presenças e afastamento.

A Figura 8 apresenta códigos que resumem algumas informações, facilitando ao professor o preenchimento dessas.

Figura 8 – Recorte das instruções de preenchimento para transferências expedidas e abandono – Livro registro de 1978.



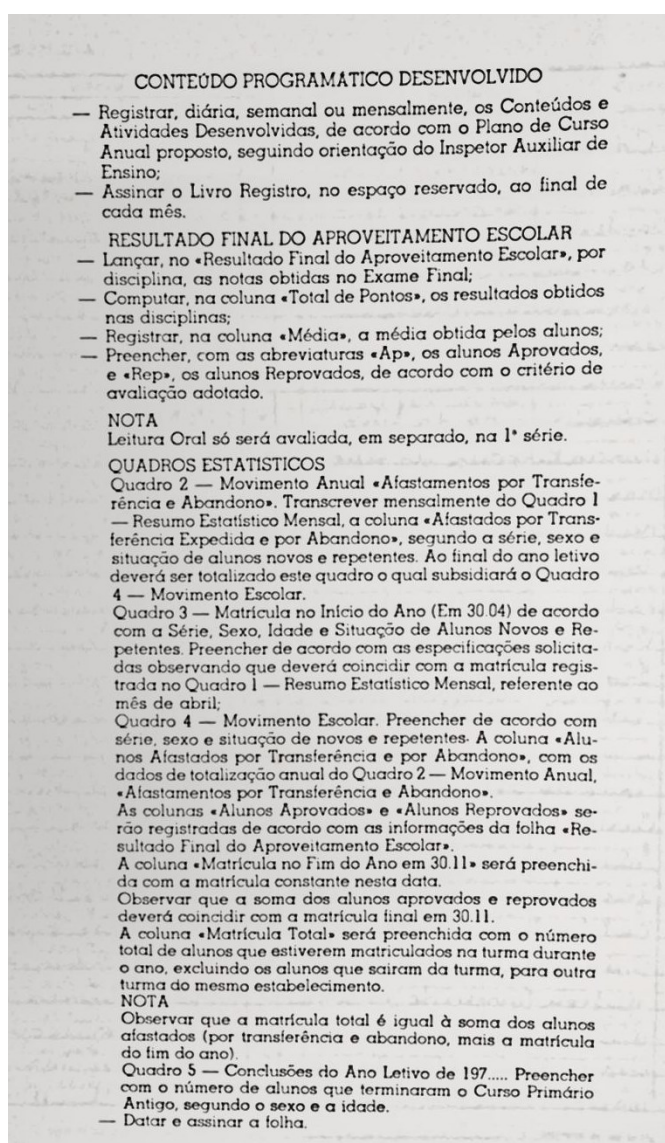
Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

Como dito anteriormente, a partir de 1978 os livros passaram a ter espaço para o registro diário, semanal ou mensal dos conteúdos e atividades, como mostra a instrução da Figura 9. As informações do ano letivo se resumiam em quadros estatísticos presentes ao final do livro, com exceção do quadro de resumo estatístico mensal mencionado na instrução da Figura 8, que se posiciona após a folha de cada registro de frequência.

O quadro de Resumo Estatístico Mensal, que faz referência a Figura 8, instrui o preenchimento de resumo de informações sobre a quantidade de alunos que vieram do mês anterior, transferências recebidas e expedidas, abandono e a quantidade de alunos que passaram para o mês seguinte. Notamos ainda, que permanece a preocupação da continuidade nos estudos.

Essa última página de instrução, retratada na Figura 9, apresenta detalhadamente a função de cada quadro com sua respectiva instrução de preenchimento.

Figura 9 – Recorte das instruções de preenchimento para o conteúdo programático e resultado final – Livro registro de 1978.



Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

Nos livros mais antigos era nítida a preocupação com o controle da frequência e matrícula dos alunos, fato que permaneceu nos novos livros. Observamos que em quase todos

os quadros estatísticos, mencionado na orientação da Figura 9, era necessário que o professor registrasse algo relacionado com a frequência e, em alguns casos, relacionado à matrícula.

Após as orientações são apresentados os dados de matrícula, como mostra a Figura 10 e 11 que se complementam.

Figura 10 – Recorte do registro de matrícula do livro de 1978.

		DADOS			
SÉRIE	Nº	NOME DOS ALUNOS (ORDEM ALFABÉTICA)	SEXO	NASCIMENTO	
				DATA	LOCAL
3º	1	Ana Cristina Lamboni	F	13/4/69	
	2	Líria Maria Vasconcelos	F	21/9/68	
	3	Maria Rosa Canova	F	13/1/66	
	4	Musa da Silva	F	7/9/65	
	5	Osimar Lamboni	M	14/2/68	
4º	1	Ana Maria Vasconcelos	F	27/3/64	
	2	Cícero Donizetti da Silva	M	14/12/63	14
	3	César Francisco Ignácio	M	5/8/68	10
	4	Edimar Silva Rocha	M	20/6/66	
	5	José Carlos Lupatelli	M	18/5/63	75
	6	Maria Regina Vasconcelos	F	11/5/65	
	7	Marcelo Rogui	M	01/4/66	12
	8	Ruth Ribeiro da Silva	F	23/5/65	
	9	Rubens Ribeiro da Silva	M	6/1/68	
		ASSINATURA DO PROFESSOR <i>Helena Angela R. Cruz.</i>			

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

Observamos que era registrado, também, o nome do pai e da mãe, bem como suas respectivas profissões, sendo comum à época, a mãe tendo a profissão de doméstica e não aparece mais a necessidade de incluir o endereço, como mostra a Figura 11.

Figura 11 – Recorte do registro de matrícula do livro de 1978.

DE MATRÍCULA				
	FILIAÇÃO	NACIONALIDADE	PROFISSÃO	OBSERVAÇÕES
PAI	Baluzia Zamboni	Braulino	lavrador	transf 23/3178
MÃE	Ana Vinhuo Zamboni	" "	doméstica	
PAI	Alvair Marco Vinuolles	" "	lavrador	
MÃE	Leonor Gonçalves Vinuolles	" "	doméstica	
PAI	Pedro Canova	" "	lavrador	
MÃE	Isabelia Gonçalves Canova	" "	doméstica	
PAI	Miguel Eduardo da Silva	" "	lavrador	
MÃE	Maria Macedo da Silva	" "	doméstica	
PAI	Antonio Zamboni	" "	lavrador	
MÃE	Aprouada de Nello Zamboni	" "	doméstica	transf 23/3178
PAI				
MÃE				
PAI				
MÃE				
PAI				
MÃE				
PAI				
MÃE				
PAI				
MÃE				
PAI	Jadir Vinuolles	Braulino	lavrador	
MÃE	Conceição Ap ^z de Oliveira	" "	doméstica	
PAI	Euaz da Silva	" "	lavrador	
MÃE	Benedta Silva, d. da Silva	" "	doméstica	
PAI	José Braulino Ignácio	" "	lavrador	
MÃE	Maria Cereia Ignácio	" "	doméstica	
PAI	Benedito José Rocha	" "	lavrador	
MÃE	Carmon da Silva Rocha	" "	doméstica	
PAI	Jadir Vinuolles	" "	lavrador	
MÃE	Conceição Ap ^z de Oliveira	" "	doméstica	
PAI	Sebastião Lupatelli	" "	lavrador	
MÃE	Maria Benedita Lupatelli	" "	doméstica	
PAI	Antonio Rogui	" "	lavrador	
MÃE	Ap ^z de Nello Rogui	" "	doméstica	
PAI	Luiz Ribeiro da Silva	" "	lavrador	
MÃE	Romilda Rinaldi da Silva	" "	doméstica	
PAI	Luiz Ribeiro da Silva	" "	lavrador	
MÃE	Romilda Rinaldi da Silva	" "	doméstica	
PAI				
MÃE				
PAI				
MÃE				
PAI				
MÃE				
PAI				
MÃE				

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

As folhas seguintes são de frequência e resumo estatístico mensal, apresentados na Figura 12 e 13 respectivamente, sendo repetida essa sequência por três vezes. Esse bloco (frequência, resumo estatístico mensal, frequência, resumo estatístico mensal, frequência, resumo estatístico mensal; conteúdo programático e atividades desenvolvidas) é finalizado com uma folha para a inserção do conteúdo programático e outra para as atividades desenvolvidas, se repetindo por quatro vezes, uma por bimestre e, ao final, são apresentados os quadros estatísticos.

Figura 12 – Recorte do registro de frequência e resumo estatístico - Livro de 1978.

FREQÜÊNCIA																																		
NOME DO ALUNO		MÊS		DE 1978		DIAS LETIVOS: 14		AFASTADOS																										
		DIAS		DIAS		COMPARTECIMENTOS		TRANSF. REÇENCIAS																										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
01	Ana Octávia Sambrani	F 19	X																															
02	Leila Maria Vinocelli	F 10	X																															
03	Maria Rosa Amara	F 12	X																															
04	Neusa da Silva	F 13	X																															
05	Amara Sambrani	M 12	X																															
06																																		
07																																		
08																																		
09																																		
10																																		
11	Ana Maria Vinocelli	F 14	X																															
12	Cecília Vinocelli da Silva	M 14	X																															
13	César Francisco Ignácio	M 10	X																															
14	Eduarda Silva Rocha	M 12	X																															
15	José Carlos Lupatelli	M 12	X																															
16	Maria Regina Vinocelli	F 13	X																															
17	Mozildo Pinheiro	M 11	X																															
18	Ruth Ribeiro da Silva	F 13	X																															
19	Ruth Ribeiro da Silva	M 10	X																															
20																																		
21																																		
22																																		
23																																		
24																																		
25																																		
26																																		
27																																		
28																																		
29																																		
30																																		
31																																		
32																																		
33																																		
34																																		
35																																		
36																																		
37																																		
38																																		
39																																		
40																																		
41																																		
42																																		
43																																		
44																																		
45																																		
46																																		
47																																		
48																																		
49																																		
50																																		

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

Figura 13 – Recorte do resumo estatístico - Livro de 1978.

1- RESUMO ESTATÍSTICO MENSAL																				
SÉRIE	NOVOS E REPETENTES	REPE. ANTERIOR	A VERAM DO MÊS	B TRANSF. REÇENCIAS	C SUBTOTAL A+B	D TRANSF. REÇENCIAS EXPEDIDAS	E AFASTADOS ABANDONO	F SUBTOTAL D+E	G PASSAM PARA O MÊS SEGUINTE G-F	SÉRIE	NOVOS E REPETENTES	REPE. ANTERIOR	A VIERAM DO MÊS ANTERIOR	B TRANSF. REÇENCIAS	C SUBTOTAL A+B	D TRANSF. REÇENCIAS EXPEDIDAS	E AFASTADOS ABANDONO	F SUBTOTAL D+E	G PASSAM PARA O MÊS SEGUINTE G-F	
30	ALUNOS NOVOS	M	1						1	ALUNOS NOVOS	M									
	ALUNOS REPETENTES	F	4						4		ALUNOS REPETENTES	F								
	TOTAL	M	1						1		TOTAL	F								
42	ALUNOS NOVOS	M	5						5	ALUNOS NOVOS	M									
	ALUNOS REPETENTES	F	3						3		ALUNOS REPETENTES	F								
	TOTAL	M	5						5		TOTAL	F								
48	ALUNOS NOVOS	M	3						3	ALUNOS NOVOS	M									
	ALUNOS REPETENTES	F	1						1		ALUNOS REPETENTES	F								
	TOTAL	M	3						3		TOTAL	F								

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

Notamos que os nomes dos alunos passaram a ser organizados por ordem alfabética, mas há um campo para a inserção do sexo, idade e informações para possíveis alunos novos ou repetentes.

A Figura 14 retrata o espaço de conteúdo programático em que deveria ser registrado o conteúdo semanalmente, no entanto, até o ano de 1980, essa página não era preenchida conforme seu objetivo. Na maioria dos livros, essas folhas estão em branco e há livros em que esse espaço foi utilizado para registro de nota dos alunos, como mostra a figura 14.

Figura 14 – Recorte do conteúdo programático e conteúdo ministrado- Livro registro de 1978.

MÊS: abril		CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
CONTEÚDOS MINISTRADOS		Port	mat	Es. soc	Trabalho
1ª SEMANA DE A	01 Ana Cristina Zamboni				
	02 Lúcia Marcia Vasconcellos	8,8	9,0	8,8	8,9
	03 Maria Rosa Canova	8,0	7,2	7,4	7,5
	04 Neusa da Silva	5,8	3,1	3,7	4,2
	05 Uliamar Zamboni				
2ª SEMANA DE A	11 Ana Maria Vasconcellos				
	12 Cícero Donizetti da Silva	7,8	7,0	8,4	7,7
	13 Cesar Francisco Ignácio	9,1	7,8	1,0	9,0
	14 Edimar Silva Rocha				
	15 José Carlos Lupatelli	6,9	7,6	7,6	7,4
	16 Maria Regina Vasconcellos				
	17 Marcelo Rogeri	7,2	6,7	7,2	7,0
	18 Ruth Ribeiro da Silva	7,9	7,8	7,6	7,8
	19 Rubens Ribeiro da Silva	7,6	7,6	5,1	6,8
3ª SEMANA DE A					
4ª SEMANA DE A					

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

Os livros de 1980 a 1985 não possuem a folha de registro de matrícula, mas o restante se mantém. Nessa nova versão, as folhas destinadas ao conteúdo programático são preenchidas

corretamente, porém o registro era feito conforme o conteúdo ministrado ao longo do bimestre e não mais semanalmente.

Observamos que em 1980 os alunos eram avaliados pelas disciplinas de leitura oral, português e matemática. Para os alunos da 2ª série em diante, acrescentava a disciplina de conhecimentos gerais e para a 3ª série exclui-se a disciplina de leitura oral, conforme figura 15.

Figura 15 – Recorte do resultado final do aproveitamento escolar – Livro registro de 1980.

RESULTADO FINAL DO APROVEITAMENTO ESCOLAR											
SÉRIE	NÚMERO	DISCIPLINAS						APROVADOS	REPROVADOS	OBSERVAÇÕES	
		LEITURA ORAL 1ª SÉRIE	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CONHECIMENTOS GERAIS	TOTAL DE PONTOS	MÉDIA				
1ª	1	50	8,2	9,3	-	159	7,9	X			
1ª	2	50	8,4	9,7	-	165	8,2	X			
1ª	3	não compareceu									
1ª	4	não leu							X		
1ª	5	não compareceu									
1ª	6	não compareceu									
1ª	7	-									
1ª	8	não compareceu									
1ª	9	não leu							X		
1ª	10	não compareceu									
1ª	11	50	8,6	9,6	-	164	8,2	X			
1ª	12	não compareceu									
1ª	13	80	7,0	8,6	-	161	8,0	X			
1ª	14	não leu							X		
1ª	15	80	9,2	8,9	-	175	8,7	X			
1ª	16	não compareceu									
2ª	1										
2ª	2	1,5	5,9	7,4	8,9	207	7,9	X			
2ª	3	1,6	5,2	5,8	6,0	186	5,2	X			
2ª	4	2,0	4,7	5,5	7,7	199	6,6	X			
2ª	5	1,4	6,5	4,5	6,8	192	6,4	X			
2ª	6							X			
2ª	7	1,8	6,2	6,0	9,2	232	7,7	X			
2ª	8							X			
2ª	9	1,8	4,1	5,8	9,0	207	6,9	X			
2ª	10	1,1	4,3	2,0	7,2	152	5,0		X		
3ª	1	-	8,5	4,6	7,0	207	6,7	X			
3ª	2	-	5,0	2,3	6,5	139	4,6	X	X		
3ª	3	-	5,7	7,0	8,5	212	7,0	X			
3ª	4	-	6,6	4,8	6,7	181	6,0	X			
3ª	5	-	6,5	4,5	7,5	185	6,1	X			
3ª	6	-	8,4	4,9	9,0	223	7,4	X			
3ª	7	-	6,5	3,1	8,2	178	5,9	X	X		
3ª	8	-	6,5	4,7	6,5	177	5,9	X			
3ª	9	-	7,8	5,7	6,9	204	6,8		X		
3ª	10	-	4,2	3,7	9,0	149	4,7				
3ª	11	-	6,8	6,5	8,5	219	7,3	X			

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

Uma hipótese a ser considerada é que a partir dessa série o aluno já saberia ler. Não foi possível fazer uma interpretação do cálculo da média dos alunos. A informação “Não compareceu” pode ser entendida como uma desistência ao longo do ano letivo ou uma simples ausência no dia da avaliação e/ou exame final e o “não leu” como uma consequência de o aluno não ter atingido os objetivos da professora. Esse tipo de anotação corresponde apenas a 1ª série, para as demais, não apresentavam justificativas, pois eram reprovados por não alcançarem a média. Da Figura 16 a 19 são apresentados os quadros estatísticos.

Figura 16 – Recorte de afastamento por transferência e abandono – Livro registro de 1980.

2 — MOVIMENTO ANUAL — AFASTAMENTOS POR TRANSFERÊNCIA E ABANDONO.

M E S	ALUNOS NOVOS E REPETENTES	S E X O	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		4ª SÉRIE	
			AFASTADOS		AFASTADOS		AFASTADOS		AFASTADOS	
			POR TRANSFE- RÊNCIA EXPEDIDA	POR ABANDONO	POR TRANSFE- RÊNCIA EXPEDIDA	POR ABANDONO	POR TRANSFE- RÊNCIA EXPEDIDA	POR ABANDONO	POR TRANSFE- RÊNCIA EXPEDIDA	POR ABANDONO
maio	NOVOS	M	-	-	1	1	-	-	-	-
		F	-	1	-	1	-	-	-	-
		T	-	1	1	2	-	-	-	-
	REPETENTES	M	-	-	-	-	-	-	-	-
		F	-	-	-	-	-	-	-	-
		T	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	M	-	-	1	1	-	-	-	-
		F	-	1	-	1	-	-	-	-
		T	-	1	1	2	-	-	-	-
	NOVOS	M								
		F								
		T								
	REPETENTES	M								
		F								
		T								
	TOTAL	M								
		F								
		T								
	NOVOS	M								
		F								
		T								
	REPETENTES	M								
		F								
		T								
	TOTAL	M								
		F								
		T								
	NOVOS	M								
		F								
		T								
	REPETENTES	M								
		F								
		T								
	TOTAL	M								
		F								
		T								
	NOVOS	M								
		F								
		T								
	REPETENTES	M								
		F								
		T								
	TOTAL	M								
		F								
		T								

ASSINATURA DO PROFESSOR *Anna Magalhães* VISTO DO INSPECTOR AUXILIAR DE ENSINO

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

O movimento anual serve para o registro dos alunos afastados, seja por transferência ou abandono, separados por sexo e contendo destaque aos alunos novos ou repetentes. Esse quadro era de preenchimento mensal.

Figura 17 – Recorte do controle de matrícula – Livro registro de 1980.

3 - MATRICULA NO INICIO DO ANO (EM 30/04/197....) DE ACORDO COM A SERIE, SEXO, IDADE E SITUAÇÃO DE ALUNOS NOVOS E REPETENTES.

SERIE	ALUNOS NOVOS E REPETENTES	SEXO	MENOS DE 7 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS	15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS	MAIS DE 18 ANOS	TOTAL	
1ª	NOVOS	M	1	1	1			1									5	
		F	2	2														4
		T	3	3	1			1										9
	REPETENTES	M			2	1	1											4
		F			2													4
		T			4	1	1											8
	TOTAL	M	1	1	3				1									5
		F	2	2	2													6
		T	3	3	5	1	1	1										11
2ª	NOVOS	M		2	2	1	1			1			1				6	
		F												1			1	
		T		2	2		1				1							4
	REPETENTES	M							1									1
		F												1				1
		T		2	2	1	1	1		1								7
	TOTAL	M		2	2	1	1	1			1			1				6
		F												1				1
		T		2	2	1	1	1		2								7
3ª	NOVOS	M				1	3	1	1								6	
		F						3	1	1							6	
		T				1	3	1	2									7
	REPETENTES	M																
		F																
		T																
	TOTAL	M				1	3	1	1									6
		F					3	3	1	1								6
		T				1	6	1	2									7
NOVOS	M																	
	F																	
	T																	
REPETENTES	M																	
	F																	
	T																	
TOTAL	M																	
	F																	
	T																	

VISTO DO INSPECTOR AUXILIAR DE ENSINO: _____

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

O quadro referente à Figura 17 servia como controle de alunos matriculados ao longo do ano letivo, permanecendo o critério de separá-los por sexo, alunos novos ou repetentes e por idade. Neste quadro é possível observamos também a oscilação da idade dos alunos em relação a mesma série. Na 1ª série frequentavam alunos com menos de 7 anos de idade até 11 anos, já a 2ª série era composta por alunos com idades entre 7 e 16 anos e na 3ª série tinha alunos com idade entre 9 e 12 anos. A legislação vigente nessa época era a LDB nº 5.692, de 1971, que exigia a idade mínima de 7 anos para o ingresso no ensino primário.

Figura 18 – Recorte dos dados do movimento escolar – Livro registro de 1980

4 – MOVIMENTO ESCOLAR

S E R I E	ALUNOS NOVOS E REPETENTES	S E X O	ALUNOS AFASTADOS		ALUNOS APROVADOS	ALUNOS REPROVADOS	MATRICULA NO FIM DO ANO - 30/11	MATRICULA TOTAL
			POR TRANSE- RENCIA	POR ABANDONO				
1º	NOVOS	M	-	-	1	2	3	1
		F	-	-	2	4	6	2
		T	-	-	-	-	9	3
	REPETENTES	M	-	-	1	5	4	0
		F	-	-	1	1	2	0
		T	-	-	2	2	4	0
	TOTAL	M	-	-	2	6	7	1
		F	-	-	3	5	8	2
		T	-	-	3	10	13	3
2º	NOVOS	M	1	1	5	1	5	7
		F	-	1	1	-	1	2
		T	1	2	6	1	7	9
	REPETENTES	M	-	-	-	1	1	1
		F	-	-	-	-	-	-
		T	-	-	-	1	1	1
	TOTAL	M	1	1	5	2	6	8
		F	-	1	1	-	1	2
		T	1	2	6	2	7	10
3º	NOVOS	M	-	-	5	-	5	5
		F	-	-	3	3	6	6
		T	-	-	8	3	11	11
	REPETENTES	M	-	-	-	-	-	-
		F	-	-	-	-	-	-
		T	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	M	-	-	5	-	5	5
		F	-	-	3	3	6	6
		T	-	-	8	3	11	11
4º	NOVOS	M						
		F						
		T						
	REPETENTES	M						
		F						
		T						
	TOTAL	M						
		F						
		T						

SIGNATURA DO PROFESSOR *Anna Maria Zeman* VISTO DO INSPECTOR AUXILIAR DE ENSINO

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

O quadro 4, exposto na figura 18, resume os dados do quadro 2, totalizando o número de alunos matriculados ao longo do ano letivo, isso inclui alunos afastados e matriculados até 30 de novembro do ano letivo.

Figura 20 – Recorte das instruções para o cálculo de nota – Livro registro de 1983.

RESULTADO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR ANUAL

Registrar na folha Resultado do Aproveitamento Escolar Anual, a série e o número dos alunos, de acordo com a lotagem.

Registrar, por matéria e bimestres as notas, obtidas pelos alunos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem);

A Coluna AV (Nota da Avaliação) será preenchida com a nota obtida no bimestre;

A coluna MB (Média dos quatro bimestres) será preenchida com a média obtida nos quatro bimestres, usando a fórmula:

$$MB = \frac{1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B}{4}$$

Nos Exames na coluna EL, 1ª série, (Exame de Leitura) será registrada a nota alcançada em leitura; na coluna EE, 1ª série, (Exame Escrito), será registrada a nota obtida no exame escrito. Usar a coluna RE (Resultado do Exame) para registro da nota de exames nas demais séries;

Serão convocados para prestarem Exames, ao final do ano letivo:

- os alunos de 2ª a 4ª séries que apresentarem frequência igual ou superior a 75% e média anual inferior a 60 (sessenta);
- os alunos de 2ª a 4ª séries que apresentarem frequência de 50% à 74% e média anual inferior a 81 (oitenta e um);
- todos os alunos de 1ª série.

No Resultado Final a coluna MA (Média Anual) será preenchida com o resultado do cálculo da média anual usando a fórmula:

$$MA = \frac{1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B + RE}{5}$$

e na 1ª série em Comunicação e Expressão, a fórmula:

$$MA = \frac{1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B + EL + EE}{6}$$

Na coluna RT (Resultado da Recuperação Terapêutica) será registrado o resultado obtido pelos alunos que submeteram-se a esse tipo de recuperação. A coluna RF (Resultado Final) será preenchida com o resultado obtido usando a fórmula:

$$RF = \frac{(MA \times 2) + RT}{3}$$

A Recuperação Terapêutica será realizada após o período letivo regular. Serão convocados para a Recuperação Terapêutica os alunos que:

- apresentarem frequência igual ou superior a 75% e média anual inferior a 50 e superior a 24;
- apresentarem frequência entre 50% e 74% e média anual inferior a 81 e superior a 24.

Serão considerados reprovados, sem direito a Recuperação Terapêutica, os alunos que:

- apresentarem frequência inferior a 50% e qualquer média anual;
- apresentarem frequência igual ou superior a 50% e média anual inferior a 25.

No Resultado Geral, as colunas 1, 2 e 3 serão preenchidas com os resultados obtidos pelos alunos em Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação às Ciências; as Faltas-Bimestres serão preenchidas nas colunas 1, 2, 3, 4 e T (Total) com o número de faltas por bimestres e a sua totalização;

A coluna Percentagem de Frequência será preenchida com percentual de frequência;

As colunas Aprovado e Reprovado, serão preenchidas com AP alunos aprovados e REP alunos reprovados, após esgotadas todas as possibilidades de recuperação, lembrando-se que o mínimo exigido para aprovação será a nota 50, por matéria;

NOTA:

Para a Aprovação ou Reprovação dos alunos consultar a publicação do Departamento de Ensino de 1ª Grau intitulada Sistema de Avaliação para os Estabelecimentos de Ensino da Zona Rural, e que substituiu a que constava do Plano de Implantação da Lei nº 5692/71 — Zona Rural, na parte referente à Verificação do Resultado Escolar, Etapa III — PROMOÇÃO.

Ao final do ano, totalizar os dias letivos, registrando-o no espaço indicado.

Assinar a folha.

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

A Figura 21 instrui que o cálculo das notas deve ser realizado por disciplinas e bimestres, além de apresentar detalhes de como deveriam ser feitos esses cálculos e informações sobre a recuperação, caso o aluno não tivesse atingido a média.

A diferença mais nítida entre os livros de 1980 a 1985 está nas capas. Em todos os livros, além do timbre do Estado do Paraná, permanece escrito “Secretaria de Estado da Educação” e em alguns consta a menção à “Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR²⁸”, como mostra a Figura 22. No centro da capa encontra-se padronizado a informação “Livro Registro” e em alguns livros acrescenta-se a escrita “Escola Rural”, e em outros essa escrita é substituído por “1º grau – 1ª à 4ª série”, não estando numa sequência cronológica.

²⁸ A Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR foi instituída em 1962 com a finalidade de construir prédios escolares para instituições públicas, fornecer equipamentos para as salas de aula e distribuir alimentação escolar

Figura 22 – Recorte da capa do livro registro de 1984.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – FUNDEPAR
SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

LIVRO REGISTRO
1º GRAU – 1ª À 4ª SÉRIE

PLANO DE CURSO ANUAL
FREQUÊNCIA
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR
ESTATÍSTICA

ANO LETIVO 1984

ESCOLA: Escola Rural Estadual Água do Mandí

COMPLEXO ESCOLAR:

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: Governo do Estado do Paraná

MUNICÍPIO: Araduaí DISTRITO:

SÉRIE: 1ª e 3ª TURMA: Nota TURNO: Diurno DAS 7:30 ÀS 11:30 HORAS

PROFESSORIA: Mara Aparecida Souza Pedro

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

Por meio dessas fontes históricas, foi possível observar informações que não são retratadas nas narrativas, mas que as complementam, auxiliando na compreensão de uma história da Escola Rural Água do Mandí.

Os livros de registros, em especial, alimentam as fontes históricas das Escolas Rurais do Norte Pioneiro, visto que são escassas as informações sobre esse tipo de documento. Esses livros nos permitiram compreender um pouco sobre a estruturação e o funcionamento pedagógico da escola rural Água do Mandí. Por essas fontes, podemos perceber que essa escola ofertava o ensino primário (o ensino de 1º grau que competia às 4 séries iniciais da escolaridade), no entanto, ao que parece pelos registros encontrados, não necessariamente essas quatro séries eram ofertadas em todos os anos de funcionamento dessa escola. Por meio desses

livros, também, podemos observar que essa escola funcionava no turno matutino e vespertino, mas não é possível afirmar se havia uma ordem cronológica para seu funcionamento em um único turno ou em ambos.

O preenchimento incompleto em algumas dessas fontes, principalmente os que são do período de 1947 a 1977 nos limitam a uma análise mais detalhada. Esse preenchimento com algumas lacunas ainda permaneceu nos livros mais novos, porém com menos frequência. Durante o período de 1949 a 1960, não foi encontrado livro registro que contemple essa época, no entanto, foi registrado o funcionamento dessa escola no período de 1951 a 1957, por meio da entrevista com a Professora Theresa dos Santos Jambersi²⁹.


3.2 HISTÓRICO ESCOLAR

O histórico escolar³⁰ encontrado junto com os livros de registros, data de 23 de dezembro de 1982. Nele possui informações relacionado ao aluno, como filiação, data de nascimento e escolas estudadas anteriormente. O modelo de histórico é impresso, mas as informações preenchidas são datilografadas, como mostra a figura 23.

²⁹ A entrevista com a professora Theresa dos Santos Jambersi está disponível no capítulo 4.

³⁰ Não conseguimos o contato com o “dono” do histórico escolar.

Figura 23 – Histórico escolar de 1982.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ESTABELECIMENTO
Escola Rural Água do Mandi

LOCALIDADE
Bairro Água do Mandi - município de Andaraí

ENTIDADE MANTENEDORA
Governo do Estado do Paraná

59ª SIRE

ATOS OFICIAIS
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: 2.962 de 17/11/82
Decreto ou Resolução (N.º e Data)
RECONHECIMENTO: *****
Decreto ou Resolução (N.º e Data)

ALUNO(A)
Gérgio Dias de Moura Filho

DATA DE NASC. 05/08/68

SEXO M

LOCALIDADE Andaraí

ESTADO PR

FILIAÇÃO
PAI: Gérgio Dias de Moura
MÃE: Lourdes Cruz de Moura

HISTÓRICO ESCOLAR ENSINO DE 1º GRAU

Carimbo do Estabelecimento
IAEP
Andaraí

SÉRIES	EDUCAÇÃO GERAL			ARTIGO 7º	FORMAÇÃO ESPECIAL	RESULTADO	ESTABELECIMENTO	MUNICÍPIO	Estado	ANO
	(1) COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	(2) ESTUDOS SOCIAIS	(3) CIÊNCIAS							
1ª	NC	NC	NC							
2ª	PD	PD	PD							
3ª	70	79	73							
4ª	69	70	75							
5ª	*****	*****	*****							
6ª	*****	*****	*****							
7ª	*****	*****	*****							
8ª	*****	*****	*****							

CURRÍCULO PLENO

EDUCAÇÃO GERAL

ARTIGO 7º

FORMAÇÃO ESPECIAL

RESULTADO

ESTABELECIMENTO

MUNICÍPIO

Estado

ANO

Observações:
1 = Resultado corrido em Comunicação e Expressão
2 = Resultado corrido em Estudos Sociais
3 = Resultado corrido em Ciências

Observações:
QUANTOS CONTEÚDOS FOREM TRABALHADOS DENTRO DAS ÁREAS QUANTO À INDICAR NAS RESPECTIVAS COLUNAS O NÚMERO CORRESPONDENTE A CADA UMA:
1 = Resultado corrido em Comunicação e Expressão
2 = Resultado corrido em Estudos Sociais
3 = Resultado corrido em Ciências

Nome e Assinatura do Aluno
Andaraí, 23 de dezembro de 1.982

Local e Data

Nome e Assinatura do Professor
Paulo Bueno de Godoy

Nome e Assinatura do Diretor
Creusa Perugini Galdino (F.H.C.)

O presente documento não contém emendas ou rasuras

Fonte: Fotografia de autoria da pesquisadora (2019).

Nessa época, entende-se que essa escola era de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, como mostra o timbre no canto superior direito da folha e também no campo entidade mantenedora. Em seguida, são apresentadas informações legais quanto à autorização de funcionamento, nessa época, pautadas pelo decreto/resolução nº2.962 de 17 de novembro de 1982.

No canto superior direito há o carimbo que corresponde a Inspetoria Auxiliar de Ensino Primário - I.A.E.P, o que poderia justificar a assinatura da Inspetora Creuza Perugini no campo destinado à assinatura do diretor, localizado na parte inferior da folha, acompanhado da assinatura do secretário.

As disciplinas cursadas ao longo do ano letivo, no histórico escolar, eram enquadradas nos eixos de Comunicação e expressão que englobam às disciplinas de Educação física e Educação artística; o eixo de Estudos sociais representa as disciplinas de Educação moral e cívica e a disciplina de Ensino religioso; a disciplina Ciências corresponde a Programas de saúde.

A menção à lei nº 4024/61 corresponde à época que não existia educação infantil, essa legislação abordava tal modalidade de ensino como educação pré-primária. Além do mais, o artigo 29 desta legislação retrata que o município era o responsável por fazer uma chamada anual para a realização de matrícula de alunos com sete anos de idade.

Essa fonte histórica permitiu a compreensão de como eram organizadas as disciplinas no histórico escolar, foi por meio desta, como já mencionado na seção anterior, que se obtiveram os nomes dos primeiros colaboradores, Paulo Bueno Godoy e Creuza Perugini, no qual são apresentados na próxima seção, junto das textualizações que correspondem às respectivas entrevistas realizadas com eles e demais colaboradores.

CAPÍTULO 4

4. OS CONTADORES DESSA HISTÓRIA: OS COLABORADORES

Para o presente trabalho, devido à pandemia do Covid-19, foi necessário um novo conceito de entrevista em relação a alguns colaboradores. Os roteiros foram elaborados baseados nas inquietações que surgiam conforme acontecia a busca por documentos históricos. Um roteiro foi estruturado em formato de perguntas e os demais com palavras/frases chave, além de uma pergunta no final. O roteiro de perguntas seguiu esse padrão para que fosse possível uma entrevista pontual, diferente dos demais roteiros construídos com palavras-chaves. Todos os roteiros foram entregues com mais de três dias de antecedência aos colaboradores. Nessas entrevistas, buscamos resgatar a memória que o colaborador tem sobre a Escola Rural Água do Mandi.

A princípio, a entrevista com a inspetora e com o documentador estava agendada para o mesmo dia. No entanto, por motivos de segurança, a entrevista com a Dona Creuza precisou ser marcada para outro dia, visto a necessidade de cuidados de sua irmã, que se encontrava em tratamento contra câncer, o que acarreta uma imunidade baixa, sendo mais suscetível ao Covid-19. Desta forma, Dona Creuza preferiu evitar contatos, mas se disponibilizou a participar da entrevista em modalidade online.

Com o secretário/documentador³¹ Paulo, a entrevista aconteceu de forma presencial, no dia 29 de setembro de 2020, em local aberto, respeitando o distanciamento de um metro e meio e com uso de máscara. Devido ao distanciamento e conseqüentemente ha incerteza da qualidade da entrevista, foi colocado um aparelho celular próximo ao documentador e um próximo a mim, ambos os aparelhos foram higienizados com álcool 70%, antes e depois da entrevista. O documentador estava ciente de todos esses cuidados que foram tomados. A entrevista aconteceu em forma de perguntas e respostas e teve duração de 37:17 minutos (trinta e sete minutos e dezessete segundos). O documentador relatou que nunca imaginaria dar uma entrevista sobre sua vida/carreira profissional.

As demais entrevistas aconteceram por meio de troca de áudio do aplicativo *WhatsApp*. Optamos por essa ferramenta, visto que era uma ferramenta de fácil acesso para os

³¹ A menção a essas duas palavras é devido ao fato de no histórico o colaborador Paulo constar como Secretário e na entrevista ter relatado que foi Documentador e não secretário.

demais colaboradores. Essa modalidade de entrevista “remota” permitiu entrevistar pessoas consideradas em grupo de risco para o COVID-19 e também pessoas de outros estados.

A entrevista com a Inspetora Creuza aconteceu no dia 20 de outubro de 2020. Nossa entrevista teve duração de uma hora e dez minutos. Vale ressaltar, que esse é o tempo de troca de áudios. Baseado no roteiro de entrevista que ela já tinha em mãos, eu mandava um áudio sobre qual assunto gostaria que ela falasse e imediatamente ela respondia. Os áudios ficaram com boa qualidade e não tivemos nenhuma interferência externa.

A entrevista com a professora Anna Maria e com a aluna Ana Maria, aconteceram do mesmo modo, expliquei o objetivo da entrevista e mandei o roteiro com antecedência. A entrevista com a professora Anna Maria teve duração de 56 (cinquenta e seis) minutos e foi realizada no dia 4 de novembro de 2020. Inicialmente, deixei livre para que a professora Anna organizasse os argumentos da forma que achasse melhor, mas ela preferiu que fosse fazendo as perguntas para ela. Apesar de ter lecionado na Escola Rural Água do Mandí por apenas um ano, sua entrevista foi de grande contribuição para a pesquisa, assim como as dos demais colaboradores.

A entrevista com a aluna Ana Maria teve duração de 1(uma) hora e aconteceu dois dias após a entrevista com a professora Anna, 6 de novembro de 2020. Essa entrevista seguiu o mesmo procedimento de troca de áudio pelo aplicativo *WhatsApp*. Dona Ana tinha muitas lembranças sobre a Escola Rural Água do Mandí, além disso, ela procurava explicar detalhadamente essas lembranças, contribuindo muito para essa pesquisa.

Com duração de 1 (uma) hora, a entrevista com a aluna Maria Aparecida aconteceu dia 14 de abril de 2021. O roteiro foi enviado com antecedência, mas assim como a aluna Marilena, optaram que eu fosse perguntando e elas respondendo. A entrevista com a aluna Marilena aconteceu no dia 26 de abril e também teve duração de 1 (uma) hora. Vale ressaltar que chegamos até essas duas alunas por meio de um comentário feito na minha postagem no grupo “Andirá Túnel do Tempo”, na rede social *Facebook*.

Finalizamos as entrevistas com a professora Theresa, que também foi encontrada por meio dessa mesma postagem mencionada no parágrafo anterior. Desde o início da nossa conversa, professora Theresa esteve sempre disposta a contar sua história com a Escola Rural Água do Mandí. Ela relatou que gostava de escrever sobre o passado, mas, sobre essa escola em específico, ainda não havia escrito nada. Com duração de 1 (uma) hora e 50 (cinquenta) minutos, esta entrevista aconteceu no dia 31 de julho de 2021. Dona Theresa detalhou minuciosamente as lembranças que tinha dessa escola. Assim como a maioria das entrevistas,

essa também aconteceu por meio de troca de áudios pelo aplicativo *WhatsApp* e conduzida com base no roteiro.

4.1 AS NARRATIVAS

4.2 TEXTUALIZAÇÃO 1 – DOCUMENTADOR PAULO BUENO GODOY

Nome: Paulo Bueno Godoy.

Relação com a Escola Rural Água do Mandí: Documentador do Estado (1982)³²

Data da entrevista: 29 de setembro de 2020.

Duração da entrevista: 37 minutos

Entrevista realizada de modo presencial.

Figura 24 – Fotografia de Paulo Bueno Godoy.



Fonte: Foto cedida pelo colaborador.

Eu me chamo Paulo Bueno Godoy, tenho 69 anos, sou Licenciado em Educação Física e aposentado há 10 anos, dei espaço para os outros (risos)! Depois de aposentado não tive mais nenhum contato com as escolas, chega em um ponto de saturação que não dá mais! Apenas como professor, eu atuei por 36 anos, dei aula de 1975 a 1980 como Professor Suplementarista³³ e depois passei a ser concursado. Nessa época, dar aula de Educação Física não era igual hoje que tem quadra de esportes, era embaixo do sol quente, todos disputavam a sombra de uma

³²Este ano corresponde ao ano do histórico escolar no qual encontramos esse colaborador.

³³ Segundo Machado (1987, p. 124) “[...] os professores suplementaristas são aqueles que recebem por hora-aula, sem direito a férias, ao décimo terceiro salário, a licenças etc.”

árvore. Comecei minha carreira como professor, dei aula em Icaraíma³⁴, depois Umuarama³⁵ e vim para Andirá assumindo o cargo de Documentador do Estado³⁶. Assim que foi criado esse cargo eu já assumi, fui documentador de 1993 até 2005. Teve anos em que exercia a função de professor e documentador, pois às vezes, não conseguia 40 horas/aula para completar o padrão, então eu lecionava em um turno e era documentador em outro. Para ser documentador era necessário ser professor. De 1981 a 1984 eu atuei como diretor da Escola Mário Zacarelli³⁷. Antes da existência do cargo de documentador, tinha o cargo de Inspetor³⁸ do Município e do Estado, mas quando foi criado o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho³⁹ localizado no município de Jacarezinho/PR⁴⁰, esses cargos foram extintos e criou-se o cargo de Documentador que era do Estado e o Município passou a ter um Secretário Municipal de Educação⁴¹. Com a criação desse núcleo foram extintas as regionais que antes eram em Cambará e Bandeirantes⁴². Minha função, basicamente, era de receber os malotes de documentos vindos da Secretaria de Estado da Educação (SEED) por meio do núcleo, ou seja, semanalmente a SEED mandava os malotes para o núcleo, o núcleo distribuía para os municípios e eu os repassava para todas as Escolas Estaduais e, também, quando tinha alguma relação com o município eu passava as informações. Além disso, eu conferia todos os relatórios finais das escolas, tanto municipais quanto estaduais e verificava todas as informações contidas nos Históricos Escolares, por esse motivo que tem minha assinatura nos históricos. Todos esses documentos passavam por mim para depois serem encaminhados para a coordenação da

³⁴Icaraíma é um município do Noroeste Paranaense que dista aproximadamente 645 km de Curitiba, sua população no último censo (2010), foi de 8.839 pessoas.

³⁵Umuarama é uma cidade localizada no Noroeste do estado do Paraná que dista aproximadamente 588km de Curitiba, sua população no último censo (2010), foi de 100.676 pessoas.

³⁶Segundo informações encontradas no site do Núcleo Regional do Paraná (acesso em 20/02/2021), cabe ao documentador à função de “[...] orientar quanto ao preenchimento de Históricos Escolares e demais documentos que compõem a pasta individual dos alunos. Também compete emitir a certidão de regularidade de estudos e orientar quanto ao preenchimento e encaminhar os relatórios finais”.

³⁷A Escola Estadual Mário Zacarelli é, atualmente, a única Escola Rural em funcionamento no município de Andirá, localizada no patrimônio Nossa Senhora Aparecida.

³⁸O Inspetor Escolar orienta e inspeciona de forma geral o processo administrativo e pedagógico das escolas.

³⁹Os Núcleos Regionais de Educação (NRE) de modo geral, são intermediadores de informações entre a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed) e as escolas públicas, sua função é orientar, acompanhar e avaliar o funcionamento da Educação Básica e suas Modalidades. Ao todo, no Estado do Paraná são 32 Núcleos Regionais de Educação. Antes de serem NREs, eram conhecidos apenas como Regionais, no entanto, concentrava um número menor de cidades, por exemplo, a Regional de Bandeirantes era responsável por Bandeirantes e Andirá, apenas.

⁴⁰Localizada no Norte do Paraná, Jacarezinho é equidistante de Curitiba cerca de 400km. Sua população no último censo (2010), foi de 39.121 pessoas.

⁴¹Cabe ao Secretário Municipal de Educação promover uma gestão que busque garantir educação pública e de qualidade para a população.

⁴²Cambará e Bandeirantes são cidades vizinhas a Andirá, Cambará dista aproximadamente 19 km de Andirá e Bandeirantes, aproximadamente 19 km, também.

documentação escolar. Nos malotes tinham documentos mais burocráticos, como por exemplo, portarias e decretos. O trabalho de analisar os relatórios finais e históricos de todas as escolas da cidade era cansativo, principalmente quando encerrava o ano letivo. Eu tinha até a chave da prefeitura porque, final de ano, eu ia às cinco horas da manhã trabalhar para dar conta de analisar todos esses documentos. Eu era documentador do Estado, mas tinha uma sala na Secretaria de Educação que ficava na prefeitura. A Secretaria de Educação era tipo uma Sede que se responsabilizava pelas Escolas Rurais e demais escolas. Apesar de ter a diferenciação de Escola Rural Municipal e Estadual, era o município que ajudava todas as escolas de modo geral, mas em algumas situações tinha ajuda do Estado para aquelas que se declaravam estaduais. Escolas Rurais de Andirá eram em grande maioria de responsabilidade do município e apenas três de responsabilidade do Estado, incluindo a Água do Mandí. O proprietário tinha o espaço abandonado na fazenda, que antes era um quatinho de guardar as coisas ou era do caseiro, que por algum motivo foi abandonada e, então, era feito um termo de comodato de imóvel⁴³ para o Município ou Estado. Esse documento ficava guardado na Secretaria da Educação. A única Escola Rural que eu lembro que foi construída, foi o Dalossi⁴⁴, o terreno foi doado e a prefeitura construiu. Minha função diante das Escolas Rurais, era praticamente toda a parte de secretaria, em outras palavras, eu fazia o que hoje faz um pedagogo. Eu ia até às Escolas Rurais, conferia os livros de chamada, por exemplo, e até escrevia boletim. Esse serviço era feito só para as Escolas Rurais Estaduais, as municipais eram de responsabilidade de alguém da Secretaria de Educação. Em meados de 1980 foram extintas praticamente todas as Escolas Rurais, agruparam uma grande parte no patrimônio⁴⁵, que é a Mario Zacarelli, outra parte foi parar no Cinza⁴⁶, que infelizmente pegou fogo, e também ficou o Dalossi, que não durou muito, pois as famílias, em sua maioria, mudaram para a cidade, fechando por falta de aluno. No início, tinha Escolas Rurais que funcionavam com o ensino multisseriado apenas com vinte alunos, era uma fila de carteira para cada série, nessa época, apesar dessas Escolas Rurais funcionarem em condições precárias, a aprendizagem realmente acontecia. Nessas escolas, o coitado do professor era o que fazia tudo, além da responsabilidade das aulas, preparava merenda e fazia a limpeza. Quando tinha muitos alunos, tinha um outro professor, então um dava aula para segunda e quarta série, o outro para primeira e terceira série. A maior parte das Escolas Rurais era em casa de colônia,

⁴³Termo de comodato é um tipo de empréstimo de um bem, mas que ocorre de forma gratuita, tipo uma doação.

⁴⁴Dalossi é o sobrenome de uma família que tem uma fazenda onde se encontrava a Escola Rural Escola Ângelo Dalossi.

⁴⁵O Patrimônio Nossa Senhora Aparecida é comumente chamado apenas de patrimônio e dista aproximadamente 12 km de Andirá.

⁴⁶Cinza é o nome do rio que passava próximo a Escola Rural Francisco Canhoto, esse rio ainda existe e é conhecido como Rio das Cinzas.

mas tinha escolas até no meio do pasto. Todas as Escolas Rurais recebiam o nome da fazenda ou bairro onde se localizavam, a Água do Mandí eu acredito que seguiu esse critério. Nas Escolas Rurais Estaduais, a merenda era fornecida pelo Estado e tinha escola que tinha que dividir o espaço da sala [de aula] com a cozinha. Os professores municipais eram contratados por meio de um teste seletivo e os do Estado, eram por meio de outro teste seletivo, mas ambos os testes não eram rigorosos, eram apenas para formalizar a contratação. Tinha professores que gostavam de lecionar nessas escolas, mas tinha uns que lecionavam nelas porque não tinha outra opção. Para lecionar nessas Escolas Rurais, normalmente os professores precisavam ter o Magistério, pelo menos. No entanto, tinham situações em que o professor não tinha essa formação, mas já era professor há anos, então o Estado fazia uma espécie de inventário para formalizar a contratação desses profissionais. Conforme a coisa foi evoluindo, surgiu a preocupação das pessoas de terem um diploma, então era feito um tipo de teste para regularizar a situação dos alunos que estudaram em Escolas Rurais, no entanto, devido aos anos que se passaram, não tinha nenhum documento que comprovava a tal escolaridade e aí, nesse caso, esses alunos faziam esse teste para conseguirem um diploma. Quando o aluno ia do sítio para estudar na cidade e não tinha documentação que comprovava essa escolaridade, o núcleo aplicava uma prova para a averiguação do conhecimento desse aluno, para dar início ao estudo na cidade. Quanto à regularização do funcionamento das Escolas Rurais, eu acho que até antes de 1980 o funcionamento era regido pela lei 4024/61⁴⁷, mas daí essas escolas forneciam apenas uma declaração de que o aluno estudou lá, depois foi criada a lei 5692/71⁴⁸, em que passou a ser obrigatória uma autorização de funcionamento. Mas até a quarta série era suficiente apenas a autorização de funcionamento, isso você vê em qualquer histórico, da quinta série em diante, se não me engano, era necessário além da autorização de funcionamento, o decreto de reconhecimento do curso. A grosso modo, para o ensino primário não tinha muita burocracia de funcionamento até o surgimento da lei 5692, depois disso, ou regularizava ou era extinto. Eu não sei se essas legislações surgiram para melhorar a qualidade do ensino, mas sei que foi através delas que os alunos passaram a ter um documento especificando sua trajetória escolar. Informações do tipo reprova de alunos, eram registradas nos livros de chamada, mas antes disso há tempos atrás, há uma história que a turma da Inspeção ia nas escolas no final do ano aplicar

⁴⁷ A lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1967 foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabeleceu diretrizes para o Ensino Primário que era composto por no mínimo quatro séries podendo ser ampliado para seis séries (BRASIL, 1961).

⁴⁸ A lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971, retrata que o Ensino Primário foi substituído pelo ensino de primeiro grau, e objetivava a formação da criança e/ou adolescente, preparo para o trabalho e para o exercício da cidadania, além de ter duração de oito séries. Essas duas leis citadas, nº 4024/61 e a de nº 5692/71 foram instituídas com o propósito de reorganizar e reformular o Ensino Brasileiro (BRASIL, 1971).

uns exames, mas não sei dar muito detalhes disso, porque não era da minha época (risos). Sobre os livros didáticos, tinha nas Escolas Rurais e era feito uma reunião na Secretaria de Educação para a escolha de qual coleção iriam utilizar. Os professores, se quisessem, poderiam participar. De modo geral, o ensino antes era outra coisa, nossa! Eu acordava 5 horas da manhã para ir para Assis⁴⁹ estudar, ficava lá até meio dia, isso de segunda a sábado e eu aprendi muito, mas eu aprendi mais mesmo, quando comecei a trabalhar, mas os alunos tinham interesse, era diferente, hoje não tem condições.

⁴⁹Assis é um município do interior do estado de São Paulo, localiza-se a oeste da capital do estado, distante 434 km de São Paulo e abriga uma população de aproximadamente 105 087 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE/2020.

4.3 TEXTUALIZAÇÃO 2 – INSPETORA CREUZA PERUGINI GALDINO

Nome: Creuza Perugini Galdino

Relação com a Escola Rural Água do Mandí: Inspetora Estadual de Educação (1982)⁵⁰.

Data da entrevista: 20 de outubro de 2020.

Duração da entrevista: 1 hora e 10 minutos

Entrevista realizada por áudio de aplicativo de mensagens.

Figura 25 – Fotografia de Creuza Perugini Galdino.



Fonte: Foto cedida pela colaboradora.

Eu me chamo Creuza Perugini Galdino, tenho 78 anos, atualmente estou aposentada, mas trabalhei como professora em várias escolas do município por 33 anos e, por 15 anos atuei como Inspetora Estadual de Educação do município de Andirá. Quando aposentei passei a exercer a função de vereadora, fui reeleita por quatro mandatos consecutivos. Sou Licenciada em Geografia, Pedagogia e após alguns anos, fiz um curso de especialização em Inspeção Escolar. Quando professora, eu lecionava Geografia, Educação Moral e Cívica e Economia política, que naquela época, constava no currículo. Assumi a administração das Escolas Rurais de Andirá no ano de 1970. Um padrão eu era professora e no outro eu era inspetora. Quando eu assumi, não havia muitas informações. Naquela época existiam 32 Escolas Rurais Municipais e Estaduais,

⁵⁰ Este ano corresponde ao ano do histórico escolar no qual encontramos esse colaborador.

se não me engano, era Patrimônio, Cinza e Mandí⁵¹. Não lembro ao certo, mas trabalhavam comigo mais três ou quatro pessoas. Eu sabia que na Escola Rural Água do Mandí, a dependência administrativa era do Governo do Estado do Paraná. Como o Estado pedia muito a metragem das escolas, eu levantei uma ficha das Escolas Rurais, ou seja, um resumo com informações sobre as escolas, ano de fundação, doação, metragem, número de alunos, nome dos professores, entre outras. Essas fichas eu deixei na Secretaria Estadual de Educação, mas não sei se esses dados ainda estão lá⁵². O terreno em que localizava a Escola Rural Água do Mandí foi doado pelo proprietário da fazenda. Era uma escola toda em alvenaria e funcionava em dois turnos, manhã e tarde. O 1º e 2º ano era com a professora Paula Darci⁵³ e o 3º e 4º ano era com a professora Licínia Vasconcelos⁵⁴. Esta escola, pode se dizer que era uma das melhores escolas da área rural, isso devido à dedicação dessas duas professoras. Elas moravam por ali na localidade, conheciam todos os alunos e suas dificuldades, amavam demais os alunos. Essas professoras se empenharam tanto em lecionar, que naquela época, as crianças eram educadas integralmente. Os alunos tinham um guarda-pó⁵⁵ e o uniforme era impecável. Elas se empenhavam muito em ensinar a grafia, então a caligrafia dos alunos era impecável, eles eram muito educados, os conteúdos curriculares na ponta da língua, todas essas qualidades eram percebidas pelos professores das escolas da cidade, pois os alunos iam para a cidade terminar os estudos. Elas faziam todos os esforços possíveis para ofertar um ensino de qualidade visando que os alunos não fossem marginalizados⁵⁶ ao migrarem para as escolas da cidade. A merenda era feita pelos professores no período da manhã e da tarde. O Governo do Estado do Paraná fornecia a merenda e a prefeitura municipal fazia a distribuição. Vinha muito arroz e macarrão, mas tinha também leite em pó, uma espécie de carne condimentada e algumas frutas. Às vezes as crianças levavam um pouco de arroz, macarrão, principalmente na semana da alimentação, em que cada aluno levava o que tinha em casa ou plantado no sítio. Inclusive, essas professoras eram as responsáveis também pela limpeza da escola, que normalmente era feita aos sábados, todavia, contavam com a ajuda de algumas mães que moravam nas proximidades. Nos sábados não tinha aula, mas era dia de dedicação a limpeza e em alguns desses dias aconteciam as

⁵¹ Patrimônio faz referência a Escola Rural Mario Zanarelli, Cinza a Escola Rural Francisco Canhoto e Mandí a Escola Rural Água do Mandí.

⁵² Segundo informações, na Secretária da Educação não tem mais nada das Escolas Rurais.

⁵³ Infelizmente a professora Paula Darci já faleceu.

⁵⁴ A professora Licínia também já faleceu, no entanto, foi por meio de uma entrevista feito pela sobrinha dela, que ficamos sabendo da existência dessa escola.

⁵⁵ Guarda-pó normalmente é de tecido branco, é uma espécie de vestido com manga, seu comprimento que era até o joelho.

⁵⁶ Nesta frase, a palavra “marginalizado” significa não serem discriminados por morarem/estudarem na zona rural.

reuniões das inspetorias⁵⁷. Quando eu comecei a trabalhar como Inspetora, os materiais de limpeza eram comprados pela prefeitura, depois de um tempo o governo mandava uma pequena verba de acordo com a quantidade de aluno para ajudar na compra desses materiais. Como esse dinheiro não dava, a prefeitura complementava. Essa compra era feita por um departamento da prefeitura. Sobre a minha função de inspetora, tinha uma sala na antiga prefeitura, um tipo de secretaria. Tínhamos o cadastro de todas as escolas com informações de quantidade de alunos, nome dos professores e outras a respeito da escola. Inicialmente éramos subordinados a Bandeirantes⁵⁸ e depois, a Jacarezinho. As visitas às escolas eram feitas com transporte da prefeitura e aconteciam pelo menos uma vez ao mês. Nossa função era orientar os professores no preenchimento do livro de chamada, fazer a conferência desse preenchimento, além disso, nas visitas conversávamos com os alunos, olhávamos os cadernos, conversávamos com o professor para averiguar se estava conseguindo cumprir com o cronograma e após fazíamos um termo de visita relatando tudo que aconteceu. A gente tinha um organograma⁵⁹ para fazer as visitas. Naquela época, as inspetoras de Bandeirantes eram muito dedicadas, inclusive, quando possível, elas vinham até as Escolas Rurais de Andirá. Quanto à formação dos professores, nem todos tinham magistério, mas com o tempo, foram se aperfeiçoando. Elas tinham um livro chamado Diário de Classe, nesse livro elas anotavam detalhadamente todo o planejamento das aulas, inclusive, elas anotavam até os exercícios que seriam trabalhados. Era difícil um professor da zona rural que fosse displicente⁶⁰. Mesmo os professores que tinham dificuldades em lecionar, sempre demonstravam interesse em se aperfeiçoar. A inspetoria ofertava alguns cursos básicos, que explicavam como tinham que ser os conteúdos e como deveriam ser desenvolvidos. A avaliação final dos alunos da zona rural era organizada pela inspetoria. Nós pegávamos os conteúdos que foram ministrados durante todo o ano letivo, em hipótese alguma selecionávamos conteúdos fora do cronograma e elaborávamos uma prova para cada série. Normalmente elas eram aplicadas pela inspetoria. Usávamos um mimeógrafo⁶¹ a tinta para

⁵⁷ Nessas reuniões, a equipe de Inspetoria Estadual de Educação socializavam sobre as visitas que foram feitas até aquele momento.

⁵⁸ Quando ela assumiu a função de inspetora, o núcleo responsável era de Bandeirantes, depois passou a ser o de Jacarezinho.

⁵⁹ Organograma é um tipo de gráfico que representa a estrutura formal de uma organização, pode ser conhecido como Mapa Conceitual.

⁶⁰ Professor irresponsável, que não se empenha no que faz.

⁶¹ Mimeógrafo é um instrumento utilizado para fazer cópias, pode-se dizer que foi uma das primeiras “impressoras” no meio educacional. Primeiramente o professor transcreve a atividade no papel extenso que é colocado no cilindro do mimeógrafo. É necessário colocar um pouco de álcool em um reservatório específico, para que aogirar o cilindro o papel extenso solte uma tinta que carimba a transcrição no papel sulfite que fica embaixo do cilindro.

passar as provas, eram feitas em estêncil⁶². Essas provas eram para serem aplicadas no mês de novembro, no entanto, esse mês é muito chuvoso e o mimeógrafo era a álcool, devido à estação chuvosa, as provas não secavam, além disso, borrava tudo, então essas provas eram aplicadas no mês anterior. Após alguns anos o Governo do Estado forneceu um mimeógrafo à tinta. As notas dos alunos eram baseadas nas avaliações feitas em sala e nessa avaliação final, ou seja, inicialmente fazia uma média das avaliações em sala, o resultado final era somado com essa avaliação final e dividido por dois, essa é a nota final do aluno que ia para o boletim. A extinção das Escolas Rurais no município de Andirá se deu por conta do êxodo rural⁶³, devido a estes acontecimentos e também para acabar com as classes multisseriadas, o Governo do Estado do Paraná nuclearizou as Escolas Rurais, ou seja, todas as Escolas Rurais do município se resumiram em apenas três Escolas Rurais, a do Cinza, do Mandí e o Mário Zacarelli. Todas as crianças da região eram levadas no Mandí e o 4º ano do Mandí era ofertado no Mário Zacarelli, o município levava os alunos para lá, antes as crianças vinham para a cidade. As pessoas que moravam na comunidade próxima à escola do Cinza, vinham para a cidade cursar o 4º ano. Essas três escolas que restaram passaram a ter uma melhor estrutura, tinha até uma zeladora⁶⁴. Eu achei muito bom esse processo de nuclearização, porque já não tinha muito alunos nas Escolas Rurais. Quando eu entrei, as salas eram numerosas, mas com o passar dos anos foram diminuindo a quantidade de alunos, porque os pais foram se mudando para a cidade, então havia uma despesa grande para o Governo do Estado manter essas escolas com poucos alunos. Quanto a esse decreto de funcionamento, ela só recebeu por causa da nuclearização. Quando essa escola foi extinta, eu já não trabalhava mais como inspetora. Gostaria de complementar essa entrevista com o nome de algumas pessoas que fizeram a diferença na educação dessa escola, sendo professores quando a Água do Mandí foi fundada, Alexandre Del Padre, Getúlio Del Padre, Ruth Possagnolo de Melo, Íone Possagnolo e Ione Possagnolo Iasbik. Tenho conhecimento desses professores, pois quando eu entrei tinha boletim assinado por eles e quando eu assumi trabalhei por aproximadamente quinze anos com as professoras Paula Darci Del Padre e a Maria Licínia Vasconcelos. Acho injusto não citar o nome das pessoas que trabalharam comigo como inspetora, cito a professora Iolanda Dias Godoy, a professora Palmira Geralo Julião e o professor Paulo Bueno de Godoy. Quando se fala nessa escola a primeira coisa que vem é uma saudade imensa de um tempo que não volta mais. Essa escola era localizada em um local que

⁶² Papel extenso é um tipo de papel em que num dos lados possui uma camada de tinta ou pigmento transferível, geralmente por contato. Qualquer coisa que colida com o lado oposto deste papel faz a tinta transferir.

⁶³ Migração do povo da zona rural para a cidade em busca de uma melhor qualidade de vida.

⁶⁴ Pessoa que fazia a limpeza e naquela época também preparava a merenda.

tinha uma paisagem linda, era uma escola pintada na cor branca, mas não com tinta, com cal. Chegando à escola, aquela criançada toda esperando cantando ou estavam em sala de aula e quando a gente chegava éramos recebidos com palmas. É essa a lembrança que tenho dessa escola!

4.4 TEXTUALIZAÇÃO 3 – PROFESSORA ANNA MARIA ZANONI

Nome: Anna Maria Zanoni

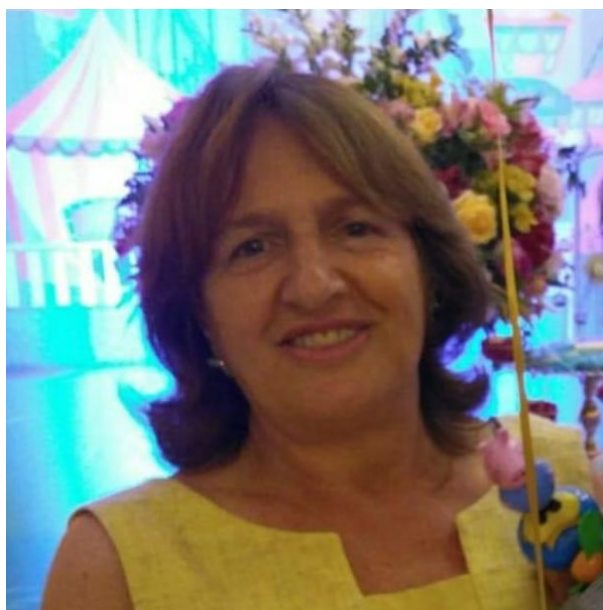
Relação com a Escola Rural Água do Mandí: Professora (1980)⁶⁵

Data da entrevista: 04 de novembro de 2020.

Duração da entrevista: 56 minutos.

Entrevista realizada por áudio de aplicativo de mensagens.

Figura 26 – Fotografia de Anna Maria Zanoni.



Fonte: Foto cedida pela colaboradora.

Eu me chamo Anna Maria Zanoni, tenho 63 anos, sou formada em Ciências Biológicas, pós-graduada em Educação Especial e Orientação Educacional e, por último, fiz a faculdade de Artes Visuais. Eu trabalhei nessa escola por um ano, se não me engano, foi no ano de 1980. Lembro que funcionava apenas no turno da manhã e apesar de estar localizada em uma fazenda conhecida, era uma escola precária, só havia uma sala de aula com uma lousa bem pequena, que era dividida em quatro partes, porque tínhamos quatro turmas. Tinha uma cozinha precária, não tinha biblioteca e os alunos iam para a escola de guarda-pó. A situação era tão precária que não tinha nem água encanada, os alunos buscavam água na mina, além disso, o fogão era a lenha e os alunos buscavam lenha para que eu preparasse a merenda, porque não vinha pronta. Foi difícil dar aula nessa escola, porque tinha que conciliar a função de professora com a de merendeira e ainda tinha que fazer a limpeza. Os alunos me ajudavam na limpeza e até mesmo

⁶⁵ Ano que a professora Anna foi professora na Escola Rural Água do Mandí.

a fazer a merenda, algumas alunas ajudavam a lavar a louça, ficava brilhando! Apesar de ajudarem, sempre tinha a preocupação de ficarem próximo ao fogo. Eu morava em Andirá, ia para essa escola com transporte terceirizado pela prefeitura, saía de casa 6h30 da manhã, inclusive ia de veraneio⁶⁶. A respeito da minha formação, estava concluindo o magistério⁶⁷. Eu era a única responsável pela escola, tinha a inspetoria que aparecia lá de vez em quando, mas pelo menos durante o tempo que trabalhei lá, não fizeram nenhuma visita, só apareciam final de ano para ver se alguém ficou para recuperação. Eu aplicava essa prova de recuperação, ela servia para tentar recuperar os alunos que não atingiram a média. Eu dava uma única avaliação por bimestre, no final se ele não tivesse atingido a média, fazia essa recuperação, mas nesse ano que dei aula lá, ninguém reprovou. Comecei e terminei com a mesma quantidade de alunos. Ainda mais, naquela época os alunos só recebiam nota por meio de avaliação, não é igual hoje que tem nota de caderno e comportamento. Na sala tinha quatro turmas, as cadeiras eram de sentar dois alunos juntos e cada fileira representava uma turma. O quadro era dividido em partes que correspondia a cada turma, mas aqueles alunos colaboravam bastante, eles tinham interesse em aprender. Hoje é o professor o responsável por elaborar o planejamento, mas naquela época eu recebia o conteúdo pronto da Inspetoria, eu só seguia o que eles mandavam e utilizava o livro como material de apoio. Os alunos não tinham material nenhum, na verdade, nem eu tinha, só tinha o giz, o quadro e a vontade de ensinar e eles, a vontade de aprender. A lembrança que eu tenho dessa escola, é que apesar das condições precárias, eu gostava de dar aula lá, os alunos respeitavam bastante, outra lembrança não tão agradável que eu não esqueço, é que um dia eu estava na frente dando aula e uma barata sentou em mim, eu pulei tanto, mas tanto que esmaguei a barata (risos)!

⁶⁶ Veraneio é um tipo de automóvel.

⁶⁷ Magistério é um curso técnico profissionalizando que preparam professores para lecionar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Atualmente esse curso é conhecido como Formação Docente.

4.5 TEXTUALIZAÇÃO 4 – ALUNA ANA MARIA VASCONCELOS

Nome: Ana Maria Vasconcelos

Relação com a Escola Rural Água do Mandí: Aluna (1975-1977)⁶⁸

Data da entrevista: 06 de novembro de 2020.

Duração da entrevista: 1 hora.

Entrevista realizada por áudio de aplicativo de mensagens.

Figura 27 – Fotografia de Ana Maria Vasconcelos.



Fonte: Foto cedida pela colaboradora.

Eu me chamo Ana Maria Vasconcelos, tenho 56 anos, morei na Fazenda Água do Pacu⁶⁹ e estudei na Escola Estadual Água do Mandí, hoje sou trabalhadora rural e aposentada. Comecei a estudar nessa escola em meados de 1975, estudei da primeira à terceira série. Ia para a escola com o meu tio, mas quando ele não podia levar, ia a pé. Eu comecei a estudar meio velhinha, com 10 anos e fiz só até a terceira série, a quarta série eu fiz só por três meses, parei por vários motivos: tinha que trabalhar, mas também mamãe achava muito longe para ficar indo a pé, além disso, tinha muito moleque. A escola funcionava em dois turnos, manhã e tarde, eu estudava de tarde. Quando eu chegava da escola, às vezes ia buscar meu irmão que mamãe levou para trabalhar, depois voltava para ajudar nas coisas de casa, como por exemplo, lavar roupa na mina, ou se não, eu ia trabalhar na roça, carpir soja, colher algodão, colher soja, essas coisas de

⁶⁸ Ano que a professora Anna foi professora na Escola Rural Água do Mandí.

⁶⁹ A Fazenda Água do Pacu dista aproximadamente 10km da Escola Rural Água do Mandí.

roça. A estrutura dessa escola era uma única sala, uma cozinha e não tinha banheiro, tinha uma privada⁷⁰. Minha tia Maria⁷¹ que dava aula para gente, era professora e merendeira. Cada dia uma menina ia lavar a louça na mina, porque não tinha água encanada, além disso, para fazer a merenda, cada aluno levava o que tinha em casa, uns levavam chuchu, outros cenoura, batata, cebola, etc., além de levar o prato para comer. Lembro que de manhã era terceira e quarta série e a tarde, era primeira e segunda série, eu estudava à tarde, tinha uma lousa preta para a primeira série e a verde era da segunda série, e apanhávamos (risos)! A tia Maria era brava, puxava orelha, jogava apagador, dava livrada na cabeça, tínhamos que falar certinho com ela. O dever de casa tinha que ser feito, a hora que chegava na escola ela pedia para ir lá na frente fazer no quadro e se não soubesse, ali mesmo você apanhava. Eu como não era boba, levava uma colinha na mão (risos). Apesar de brava ela era uma professora sensacional, tudo que eu sei, aprendi com ela, ensinava muito bem! A gente ia para a escola de guarda-pó branco, o material tinha que comprar, então a gente trabalhava para comprar um material melhorzinho, uma capinha para encapar os cadernos. Eu tinha muita vontade de ter aquelas canetinhas, mas não tinha. Na escola tinha alguns cadernos do governo, quando acabava o nosso durante o ano letivo, a tia Maria dava. A gente ia para a escola com o que tinha, às vezes de chinelo e até mesmo descalço. Nas aulas de matemática ela passava as continhas de dividir, de vezes, de mais, de menos, de emprestar, algarismo romano, ensinava até a ver hora. Não tinha calculadora, mas régua tinha, a gente desenhava círculo, quadrado, essas coisas. Tinha tarefa para casa, se não fizesse ficava de castigo. A tia Maria guardava o material dela em um armarinho, pura barata! Quem não fizesse a atividade, ficava de castigo atrás desse armário ou então ajoelhada perto da lousa em caroço de milho, mas eu nunca passei por isso, acho que porque era minha tia, mas outros eu já vi ficar. As carteiras eram de sentar em dois, então eu sentava com minha prima. Uma vez a tia Maria escreveu ‘Escreva o nome dos pais’, eu escrevi o nome da minha mamãe e do meu pai e minha prima não prestou atenção e copiou de mim, mas era o nome dos meus pais. Quando a tia Maria viu, nossa, brigou um monte com ela (risos). Não tinha reunião na escola, mas final do ano tinha o exame, que era uma recuperação para os que não atingiram a média, reunia o pessoal que estudava à tarde para fazer tudo de manhã e ia uma professora de Andirá para aplicar essa prova. Ela ficava andando pela sala junto com a tia Maria, depois a tia Maria corrigia as provas e tinha que ir buscar o boletim na casa dela. A tia Maria era professora,

⁷⁰ Privada nessa época era entendida como uma espécie de cômodo isolado, geralmente de madeira, distante da residência, que possui um buraco no chão.

⁷¹ A Tia Maria é a Dona Licínia Vasconcelos. Naquela época, não aceitava batizar a criança que não tivesse nome de algum Santo, por esse motivo incluíram o nome de Maria, mas na certidão é apenas Lecínia Vasconcelos.

faxineira e merendeira, ela enchia o quadro de exercício e ia fazer a merenda. Nós tínhamos um livro de matemática que ficava na escola, tinha umas perguntas “Raciocínio e Solução” que você tinha que raciocinar e fazer as continhas. O dia que a tia Maria estava brava, ela vinha com o livro batendo na cabeça de cada um, toing! toing! toing! toing!⁷² (risos). Ela cobrava leitura silenciosa, é assim: você fazia a leitura com a mente, daí a tia Maria passava do seu lado e perguntava o que você leu, então você tinha que ler de verdade. Quando se fala nessa escola eu lembro que ela era pintada de amarela, a lousa era verde e preta, as carteiras eram de madeira e se sentava junto com outra pessoa, tinha um pote de água na sala, um fogão na cozinha. Lembro também, do armarinho do castigo. Tinha uma estrada que descia, tinha a árvore figueira, enquanto a tia Maria não chegava, ficávamos brincando no barranco.

⁷² Figura de linguagem para representar o barulho que fazia ao bater o livro na cabeça.

4.6 TEXTUALIZAÇÃO 5 – ALUNA MARIA APARECIDA

Nome: Maria Aparecida Bertesin

Relação com a Escola Rural Água do Mandí: Aluna (1973)⁷³

Data da entrevista: 14 de abril de 2021

Duração da entrevista: 1 hora e 5 minutos

Entrevista realizada por áudio de aplicativo de mensagens.

Figura 28 – Fotografia de Maria Aparecida Bertesin



Fonte: Foto cedida pela colaboradora.

Meu nome é Maria Aparecida Bertesin, tenho 59 anos, moro em Sorocaba-SP e sempre trabalhei em casa de família como empregada doméstica. Eu morei em Andirá enquanto criança, mas em meados de 1976 me mudei para Sorocaba. Meus pais faleceram e meu irmão era o responsável por mim, então ele veio para Sorocaba para trabalhar e eu vim junto. Eu estudei na Escola Rural Água do Mandí em meados de 1973, eu tinha 12 anos, estudei lá por pouco tempo, 4 ou 5 meses, porque minha mãe faleceu e não deu para que continuasse os estudos, pois me mudei para Sorocaba. Esse foi meu primeiro e único contato com a escola, depois disso nunca mais voltei a estudar, o pouco que eu sei é de muito esforço meu. O estudo lá era bom, eu lembro até hoje da minha primeira cartilha Caminho Suave e um caderninho de caligrafia, eu amava. O caderno de caligrafia era compridinho e tinha duas linhas para a gente treinar as letras do alfabeto para depois aprender a juntar as palavras. Eu morava no sítio do

⁷³ Ano que a professora Anna foi professora na Escola Rural Água do Mandí.

Nelson Del Padre e essa escola não era dentro do sítio, ela ficava situada em uma fazenda vizinha, eu ia a pé para a escola porque era pertinho. Essa escola era engraçada “risos”, era de tijolinho, as janelas eram de madeira, daquelas que abre em duas partes e tinha duas portas, às vezes a gente estava dentro da escola e as vacas vinham e colocavam a cabeça dentro da sala, porque a escola ficava no pasto, então corríamos acariciar a cabeça da vaca, mas a professora ficava brava (risos). As portas eram de tramela, às vezes quando chovia forte, os bezerros entravam na escola para se esconder da chuva e quando a gente chegava lá, a gente ajudava a professora a limpar as sujeiras que eles faziam. Essa escola tinha só uma sala e uma cozinha bem pequena que cabia só um fogãozinho. Na época o governo mandava um pacote de leite em pó, então a professora fervia a água para fazer aquele leite. Quando ia fazer alguma coisa, por exemplo, no frio a professora queria fazer uma sopa e nós levávamos de casa, a professora escrevia no papel o que precisava e cada um levava um pouquinho e o que sobrava a professora dava pra gente levar para a casa. Na escola não tinha água para beber, tinha que pegar da mina, acho que andava uns 10 minutos para chegar até ela e como eu e minha colega Madalena éramos as mais velhas da sala, éramos as responsáveis por buscar a água e lavar as vasilhas da merenda. A escola por não ter segurança, entrava qualquer pessoa lá e às vezes levavam o leite em pó embora e a gente ficava sem. Antigamente usávamos privada, mas para ir à privada tinha que prestar atenção, às vezes quando os animais estavam soltos, a professora ia com a gente porque tinha vaca brava, a privada era para menino e menina, ia um de cada vez, a professora ficava controlando. Lembro que antes de chegar à porteira, tinha uma árvore e a gente ficava esperando a professora ali embaixo da árvore, lembro que era pouca criança. A gente a esperava porque tinham animais soltos. Eu não lembro muito bem o horário certo da aula, mas no período da tarde, mas lembro de que não terminava muito tarde porque a professora ia a pé para a casa dela. Em relação à sala, lembro que era pequeno, o chão era de tijolinho, tinha um quadro negro na parede e tinha uma mesinha bem antiga. A carteira era uma por aluno, lembro que tinha um espaço para colocar a bolsinha da gente, porque não tinha mochila, era uma bolsinha de pano, até porque era pouco material. Às vezes para apontar lápis, tinha que sair um pouco para fora para poder apontar. Minha professora era a Maria Aparecida Vasconcelos, era muito bonita, mas era muito brava, ela explicava umas duas vezes, se não entendesse ela ficava brava. Ela tinha uma unha que todos nós tínhamos medo, ela passava esmalte vermelho, às vezes ela só pegava com a ponta da unha no braço ou na pontinha da orelha e dava uma apertadinha “risos”, daí a gente tinha que aprender. O único uniforme que tinha era um guarda-pó, parece muito com a roupa de enfermagem. Eu nunca fiquei de castigo, mas tinha castigo, se desobedecesse a professora, ela deixava no canto, mas as crianças não eram como hoje que são muito rebelde,

era uma geração calma. Não tinha reunião, se passasse de ano a professora falava que passou de ano, era só isso mesmo. Eu não sei se tinha boletim de nota porque eu não estudei até o final do ano, mas eu não peguei nada dessa escola quando parei de estudar. Sobre a matemática, eu não sei fazer conta direito, tenho um pouco de dificuldade, uso mais a calculadora. Apesar de eu ter ficado pouco tempo nessa escola, tenho muita lembrança boa, uma vez eu com a minha amiga Madalena, a gente se amava muito, não se largava, mas uma vez ela ficou muito brava comigo e ela queria me cortar com uma gilete, porque não tinha apontador, usava pedaço de gilete, fiquei com muito medo. A hora que eu saí da escola, a mãe dela estava vindo da roça, contei para a mãe dela que ela queria me cortar com a gilete, ela apanhou a hora que chegou em casa. Eu tenho muita saudade da minha amiga Madalena, mas nunca mais a vi, só ficou na memória.

4.7 TEXTUALIZAÇÃO 6 – ALUNA MARILENA

Nome: Marilena Aparecida Del Padre Toledo

Relação com a Escola Rural Água do Mandí: Aluna (1966)⁷⁴

Data da entrevista: 26 de abril de 2021

Duração da entrevista: 1 hora.

Entrevista realizada por áudio de aplicativo de mensagens.

Figura 29 – Fotografia de Marilena Aparecida Del Padre Toledo



Fonte: Foto cedida pela colaboradora.

Meu nome é Marilena Del Padre Toledo, estou com 62 anos, atualmente moro em Diamantina no Mato Grosso, saí de Andirá em 1976. Não estou trabalhando e nem aposentada, porque os livros de determinada escola que dei aula sumiram e infelizmente não consegui comprovar esse tempo de trabalho. Meu avô era o dono da fazenda Água do Mandí, onde ficava localizada essa escola, mas eu estudei lá por um ano, 1966, cursei somente a terceira série, primário na época. Depois voltamos para a cidade Andirá, porque minhas irmãs estudavam na cidade e moravam em casa de parente, então minha mãe resolveu voltar para Andirá. O nome dessa escola tem relação com o nome da fazenda do meu avô e também passava um riozinho na parte de baixo da fazenda que era chamado Rio Mandí. Eu estudava nessa escola no período da manhã, era uma única sala de aula, primeira e segunda série ficava em uma parte da sala e terceira e quarta série em outra parte, mas era tudo em uma sala só. A minha tia Paula Darci Del Padre era quem

⁷⁴ Ano que a aluna Marilena estou na Escola Rural Água do Mandí.

dava aula, mas tinha outra professora que não lembro o nome, ficavam as duas coordenando as quatro turmas. Na frente da escola tinha um local descoberto, um gramado, depois passava a estrada e mais para baixo tinha um pasto e atrás da escola era bem arborizado. A estrutura dessa escola era de material, tinha um telhado bom, tinha três salinhas, a sala de aula, uma sala menor que era para a merenda, que era o leite e alguma bolacha que vinha do governo e a cozinha. O banheiro era o mato, mas como eu morava bem ao lado, eu ia ao banheiro na minha casa. Nosso material e uniforme vinham do Governo do Estado, me parece que uma camiseta branca e um short marinho para os meninos e para as meninas uma saia, o material era gerido pela minha tia e ficavam guardados na minha avó, porque ali não tinha segurança. Os livros eram de português e matemática, não lembro se tinha das demais áreas, vinha caderno, lápis, borracha, tudo certinho, pelo menos na minha época nunca faltou material para os alunos. Tínhamos um caderninho com a tabuada para as aulas de matemática, tínhamos também régua, aprendíamos ângulos, essas coisas, a professora ensinava bem matemática e eu adoro essa matéria, então era uma aula que me interessava bastante. Vinha para gente um tal de lápis cópia, era só para dia de prova, era um lápis que se você apagasse manchava tudo de azul, então a prova era feita com lápis comum e depois vinha passando por cima esse lápis cópia, borrava tudinho a prova quem tentasse apagar. Não lembro de castigo, as professoras eram firmes, mas não enérgicas, elas sabiam levar a turma, mas é claro que se ultrapassasse, era um bilhetinho ou encontrava a mãe pelo caminho e falava. O ensino acontecia como na cidade, tinha prova, diário escolar das presenças em que eram lançadas as notas e atas de reuniões. Essas reuniões aconteciam com os pais para conversar sobre os alunos, porque, por exemplo, eu e meu primo tínhamos orientações em casa, mas os outros que eram filhos de colonos passavam o dia todo em casa ou na roça junto com os pais, então as professoras orientavam um acompanhamento melhor para aqueles que pudessem cobrar mais as tarefas, cobrar o caderno, olhar a conservação do material e se tivesse algum caso mais grave, a professora chegava até a ir à casa dos pais para conversar. Tenho lembrança boa dessa escola, porque ali não tinha filho de patrão, filho de empregado, a gente se tratava super bem. Saía dali e ia aquela turma toda embora, cada um ia ficando em uma parte do caminho, a hora do recreio era muito divertida, todo mundo era amigo, os pais se conheciam, a gente brincava muito. Naquela época a gente era criado solto, na hora do recreio a gente corria, brincava, qualquer coisa virava uma bola, era uma época tão sossegada que você não tinha medo de nada, só das vacas que às vezes escapavam do pasto e vinham (risos), mas era uma época muito boa em que todos eram amigos, não tinha diferença nenhuma.

4.8 TEXTUALIZAÇÃO 7 – PROFESSORA THERESA

Nome: Theresa dos Santos Jambersi

Relação com a Escola Rural Água do Mandí: Professora (1951-1957)⁷⁵

Data da entrevista: 31 de julho de 2021

Duração da entrevista: 1 hora e 50 minutos.

Entrevista realizada por áudio de aplicativo de mensagens.

Figura 30 – Fotografia de Theresa dos Santos Jambersi



Fonte: Foto cedida pela colaboradora.

Meu nome é Theresa dos Santos Jambersi, moro em Curitiba e sou aposentada já faz uns anos. Eu fui professora da Escola Rural Água do Mandí, mas cada Escola Rural tinha apenas uma professora, comecei a lecionar lá em março de 1951 e parei em março de 1957. Nasci e morei ali na fazenda que era da minha *nonna*⁷⁶, passado um tempo minha *nonna* e meus tios adquiriram uma casa na cidade de Andirá, então tínhamos a casa no sítio e na cidade. Com 9 anos eu fui para a cidade para estudar e no final de semana a gente ia para o sítio. O nome Água do Mandí faz referência ao riozinho que nasce ali na fazenda e vai até o Rio Cinza, então vai passando por todos os outros sítios abaixo e como essa escola fica na fazenda, por isso o nome Escola Rural Água do Mandí. No começo, essa escola funcionava de manhã das 8h às 12h e depois da 1h às 5h ou 4h da tarde, não estou bem lembrada. Eram muitos alunos, teve época de

⁷⁵ Ano que a professora Anna foi professora na Escola Rural Água do Mandí.

⁷⁶ *Nonna* é uma palavra italiana para se referir a avó.

70 alunos, por isso era dividido em dois turnos, de manhã funcionava segunda e terceira série e de tarde apenas primeira série. Mas antes, quando foi criada, tinha muito mais alunos, porque tinham sítios que não tinham escola, então concentrava a quantidade de alunos. Com o passar dos anos foi diminuindo a quantidade de alunos e devido a isso, a prefeitura de Andirá informou que não pagaria mais dois períodos, por isso passou a funcionar só de manhã, então ficou bem acumulado, porque ficou primeira, segunda e terceira série de manhã, a quarta série era ofertada na cidade. Essa escola constava de uma sala grande em alvenaria coberta com telhas, mas não era forrado e tinham 6 janelas, um quadro negro e em anexo, tinha uma saleta onde a gente guardava alguns materiais de limpeza e tinha um filtro com água. Não tinha banheiro, quando os alunos tinham necessidades tinham que fazer no meio do cafezal. Os alunos mais velhos eram escalados para no sábado me ajudar a limpar a escola, eles pegavam água no riozinho que era longe dali e a traziam para fazer limpeza. Esses alunos também eram responsáveis por buscar água na mina para colocar no filtro, todos bebiam dessa água. Tinha aluno quase da minha idade, uns tinha 12, 13 anos e eu tinha apenas 14 anos. As carteiras eram de dois alunos ou então tinha umas que cabiam 4 ou 5 alunos. A gente dividia as turmas por fileiras mesmo e o quadro negro também, passava dois riscos, dividindo em 3 espaços, um para cada série. O ensino era geral, cada turma com seu respectivo conteúdo, mas depois eu ia na carteira ensinar um por um. O recreio era às 10h, quem moravam mais longe trazia o lanchinho, eu e meus primos subíamos para casa que ficava há uns 300, 400 metros mais ou menos da escola para almoçar, era costume no sítio almoçar cedo. Em meia hora a gente almoçava e voltava para a escola. Merenda escolar não existia, a merenda entrou na escola muitos anos depois, ali não tinha nem cozinha, nada dessas coisas. Sobre os alunos que moravam longe, alguns moravam até 5 km de distância da escola, alguns iam a cavalo, um ou outro tinha bicicleta, mas a maioria ia a pé, o interessante é que alguns iam descalços, não sei se era falta de costume de usar calçado ou se não tinham calçado. O uniforme dos alunos era chamado de guarda-pó que era uma espécie de jaleco. O das meninas eram abotoados nas costas com um cintinho que amarrava atrás e o dos meninos eram abotoados na frente. Esse uniforme, geralmente era feito de saco de farinha, porque naquele tempo a farinha vinha em saco de tecido, como as mães alvejavam muito bem, os deixavam mais branco e faziam esse uniforme. As crianças vinham limpinhas, a gente cuidava muito da higiene, passava uma revista nos alunos, para isso era escolhido um aluno mais asseado para ser o monitor, não lembro, mas acho que acontecia uma vez na semana, olhava as unhas, os dentes, se o cabelo estava em ordem e se a roupa estava limpa, isso acontecia no tempo que eu estudei e no tempo que eu lecionei. A participação da família era quase nula, só em caso de necessidades que era comunicado à família, por exemplo, se o aluno tivesse

pioelho. Mas a família em si, infelizmente não tinha grande participação na escola. Era difícil para os pais, porque eles trabalhavam muito e depois da roça tinham o serviço doméstico para fazer. Uma vez eu montei uma apresentação variada de atividades artísticas/culturais, aí sim os pais vieram para assistir. Eu também preparava as crianças para a primeira Comunhão, preparei várias turmas, naquela época a maioria era católica, nesse preparo e nessa primeira Comunhão os pais tinham maior participação. Essa preparação era feita depois do horário escolar e, quando estavam preparados, marcava-se com o padre a confissão e a Comunhão. Não me lembro agora, mas parece que o padre ia na fazenda no sábado ouvir a confissão, mas a Comunhão acontecia cidade na Igreja Matriz, no domingo, era um dia muito legal! As crianças se vestiam de branco, eu e minhas tias fazíamos coroinha para colocar na cabeça das meninas! Os pais vinham no começo do ano fazer a matrícula dos alunos, eu que fazia a matrícula, não pegava muitos dados, só o básico e depois conforme os alunos passavam de ano, a matrícula já era praticamente automática. Havia muita evasão escolar, o ano agrícola era diferente do ano letivo, então os pais muitas vezes, tinham que mudar de fazenda/sítio, então os alunos iam embora também, até mesmo antes do exame final, era uma judiação, porque praticamente perdiam o ano. Para lecionar eu tinha o primeiro ano de ginásio, concluí o primeiro ano do ginásio em 1950. Esse foi o primeiro ano que teve ginásio na cidade de Andirá então eu fui da primeira turma, eu não tinha outra formação. Depois, quando a escola passou a ser Estadual a Secretaria de Educação do Estado do Paraná mandava, às vezes, alguns professores para fazer cursinhos e a gente foi se especializando. Mas na verdade eu fui ensinar aquilo que eu tinha aprendido e eu conseguia fazer isso, porque eu sempre gostei muito de ler, inclusive os alunos mais velhos dizem que aprenderam muito comigo, ontem mesmo uma prima minha, advogada, disse que foi muito bem alfabetizada por mim. Com o tempo eu me especializei em alfabetização, mas comecei ali do nada, sem formação específica, mesmo porque, na cidade quem tinha o curso de magistério eram praticamente duas professoras só. Eu fui contratada pela prefeitura, naquela época era difícil pessoas que tivessem um pouco de conhecimento para trabalhar nas escolas. Como a professora anterior a mim se casou, minha *nonna*, que era a minha avó que me criou disse para que eu voltasse para o sítio, para que eu pegasse essa vaga de professora, porque até então eu estudava na cidade. Além do mais, o ginásio passou a funcionar a noite e minha *nonna* não queria que eu estudasse a noite. Eu assumi a vaga de professora na Escola Rural Água do Mandí, mas passado um tempo chamaram a atenção de que eu como menor de idade não poderia estar trabalhando, então meu tio assinava por mim, como se fosse um tutor, daí eu continuei lecionando pela prefeitura. Após uns 5 anos que eu trabalhava, em 1956, o prefeito da cidade dessa época conseguiu nomeação para várias professoras das Escolas Rurais, e passamos da

prefeitura para o estado, fomos nomeadas pelo estado. Além da alfabetização, tinha outras disciplinas que eram Matemática, Português, História e Geografia, era assim, o básico correspondente a cada turma. Apesar de muita matéria, a gente ensinava todo o conteúdo até a criança aprender, Geografia por exemplo, estudava o mapa do Brasil inteiro, estados e capitais, até a terceira série eles já sabiam essas coisas. Os alunos aprendiam muita coisa que hoje eu percebo que não sabem, não sei se é vantagem ou não. Naquela época chamávamos a Matemática de Aritmética, ensinávamos, por exemplo, algarismo romano, inicialmente era ensinado o básico, por conseguinte, era ensinado como os números são formados. As crianças tinham que desenhar os mapas no caderno, elas tinham um caderno de cartografia onde faziam os desenhos, era tudo manual, não tinha nenhum material de apoio, tudo feito na “raça”. Não existia calculadora, a gente ensinava a dividir e multiplicar por 3, 4 algarismos. Isso tudo a gente começava a ensinar lá do começo, pegando na mão da criança para ensinar a fazer as letras, porque tinha alunos que não sabiam nem a segurar lápis, era muito precário a vida de algumas crianças, assim como tinham alunos com um desenvolvimento e condição melhor, filhos de sitiantes, por exemplo. Com o auxílio de um barbante e giz, eu representava o caderno de caligrafia no quadro negro. Eu pegava um pedaço de barbante, passava giz nele e dois alunos esticavam esse barbante no quadro, eu pegava esse barbante só com as pontas dos dedos e o soltava, ele batia no quadro e deixava registrado a linha de giz. Eu fazia as letras no decorrer dessas linhas e os alunos as reproduziam no caderno de caligrafia. Não havia livros didático, apenas livros de leitura; contos e literatura, além do mais, nessa escola tinha um calendário de meses, em tamanho grande e ali tinha algumas estampas, por exemplo, animais, crianças correndo, brincando, etc., e os alunos faziam algumas atividades com bases nessas estampas. Eles deveriam descrever características de determinada estampa, construir uma história com base na estampa, é isso, a gente tinha que improvisar, nem nas escolas da cidade tinha livros didático ou outro material de apoio aos professores. A inspetora de ensino era como uma diretora que cuidava das Escolas Rurais, mas frequentavam a escola apenas no final do ano para avaliar as crianças, era até um sufoco, tanto para o professor quanto para a criança. O dia que estava marcado o exame final, a inspetora vinha fazer uma verificação oral, a gente ficava nervosa. Uma vez ao mês ou a cada dois meses, essas inspetoras faziam reuniões com os professores para nos orientar quanto ao conteúdo das matérias desenvolvidas no mês seguinte ou no bimestre, podíamos até consultá-las se tivéssemos alguma dificuldade. Esse exame final era para verificar se os alunos estavam aptos a passarem de ano. A gente fazia a provinha escrita, a inspetora vinha e examinava essas provinhas e oralmente os alunos. Era difícil, os alunos tremiam, porque eles não estavam acostumados com pessoas diferentes, de repente chega uma

equipe para fazer perguntas, cobrar leitura, fazer contas, ainda mais na frente da inspetora e de forma individual. Apesar do nervosismo, era bom que eles avaliavam o que havia sido ensinado, depois dessa avaliação os professores ficavam aliviados e felizes, porque a maioria era aprovado, isso acontecia em todas as Escolas Rurais. Os alunos faziam fila, tinha aquela disciplina para entrar na sala, cantava-se o hino nacional e outros hinos conhecidos na época, tinha até um hinário, que era um livretinho com os hinos, a gente procurava aprender por ali. Eu procurava manter o ritmo que tinha quando eu estudei. Ao falar sobre essa escola, vem muitas saudades daquele tempo. Era muita felicidade ver os alunos aprovados, porque tinha alunos que entravam na escola sem saber segurar um lápis, mas depois saía escrevendo, lendo corretamente, era uma felicidade. Naquele tempo não existia o pré, eles iam direto para a primeira série, então tudo que eles sabiam era mérito deles e da gente! Era uma felicidade ver o resultado do seu trabalho, isso ninguém tira da gente! Eu gostaria de agradecer por essa oportunidade, de contar essa história, eu gosto muito de contar esses acontecimentos, sinto feliz de ter me convidado para essa entrevista!

CAPÍTULO 5

5. SOBRE A ELABORAÇÃO DE UMA ANÁLISE

Para esta análise, considerando a experiência narrada, buscamos, perante as várias versões, já que sempre se apresentam com lacunas de informações, compreender e unificar as informações, atribuindo um significado sem intervir no modo autêntico dos relatos dos entrevistados. Por meio das leituras das entrevistas e olhando para as fontes históricas oficiais encontradas, elaboramos uma análise das narrativas, de modo a registrarmos uma história da Escola Rural Água do Mandí, no período de 1947 a 1985.

Segundo Cury (2007, p. 16) o ato de narrar é importante, visto que por meio dele se conta e transmite com palavras as “[...] lembranças da memória no tempo”. A lembrança dos fenômenos vividos oferece àquele que narra a oportunidade de detalhar e sistematizar lembranças que, por vezes, tendem a ser esquecidas.

A narrativa pode recriar os acontecimentos de uma determinada época como se fossem presentes, nos dando imagens do passado. Narrar não é simplesmente contar uma história, é contar a nossa história ou uma história da qual também fomos personagens, olhando para alguns dos aspectos a sua volta, como por exemplo, o entusiasmo do entrevistado ao contar sua trajetória, a tristeza ao se recordar de determinados acontecimentos e até mesmo o silêncio perante algumas questões. As interpretações feitas com bases nas narrativas são retomadas em diferentes momentos e o próprio processo narrativo é, segundo Clandinin e Connelly (1991, p. 272), “uma narrativa, um historiar, rehistoriar e rehistoriar novamente” quantas vezes foram necessárias.

Cury (2007, p. 20) por sua vez, retrata que:

As narrativas oferecem em si a possibilidade de uma análise, se concebermos análise como um processo de produção de significados a partir de uma retro-alimentação que se iniciaria quando o ouvinte/leitor/apreciador de um texto se apropria deste texto, de algum modo, tecendo significados que são seus, mesmo que produzidos de forma compartilhada, e constrói uma trama narrativa própria que serão ouvidas/lidas/vistas por um terceiro que retorna ao início do processo.

A análise desse trabalho foi realizada, portanto, com base na análise narrativa que pauta-se “[...] em casos particulares (ações e eventos), mas cuja análise (narrativa, em sentido estrito) produz a narração de um enredo ou argumento, por meio de uma história narrativa que se torna dados significativos” (BOLÍVAR, 2002, p. 13).

Neste tipo de narrativa, o pesquisador apresenta os elementos de uma história agregando significados aos relatos, com a intenção de expressar verdadeiramente a voz dos

entrevistados. Neste contexto, objetivou-se destacar o caráter único de cada narrativa, propiciando uma compreensão de sua diversidade, bem como a peculiaridade de cada indivíduo e, com isso, buscou-se elaborar uma história da Escola Rural Água do Mandí, tomando relatos de colaboradores, na maneira significativa e singular de cada um, atrelado às fontes históricas.

5.1 Era uma escola muito engraçada... : uma narrativa

A história que contarei foi construída a partir do que ouvi e do que eu encontrei da Escola Rural Água do Mandí. Mas antes de conhecer essa escola, vamos voltar em 1927, ano em que foi construída uma Estação Ferroviária numa zona rural do Norte Pioneiro, denominada Ingá, que faz jus a uma espécie de fruta silvestre abundante naquela região. Conforme os anos passavam, essa região passou a ser povoada e, aos poucos, passou de zona rural para urbana, mas ainda assim permanecia o nome da Estação Ferroviária. A transformação dessa região para município ocorreu em 1943 e, como consequência, recebeu uma nova nomenclatura: Andirá! Não permaneceu o nome Ingá devido ao fato de no Estado da Paraíba ter um município com esse nome, mas Andirá é uma palavra indígena que designa uma espécie de Morcego, animal esse atraído pelos frutos do ingá. Andirá é o município em que foi construída a Escola Rural Água do Mandí.

Sempre tem um antes, antes da história da escola, a história da cidade, e nesse antes, sempre uma história, mas para contar uma história é necessário estabelecer um início, o início da história da Escola Rural Água do Mandí se dá em 1947.

ERA UMA ESCOLA
MUITO ENGRAÇADA
NO MEIO DO PASTO
COM AS VACADAS

A zona rural do município de Andirá era povoada por famílias numerosas, que fixaram suas raízes na terra e dali retiraram seu sustento. Era muito pouco a frequência com que as famílias iam para a cidade, transporte não era tão comum como hoje. Devido a esse e tantos outros fatores, as escolas eram construídas nas proximidades das fazendas, não tinham estrutura específica, às vezes eram construídas do zero ou então adaptavam um local sem uso para uma escola. Não foi diferente com a Escola Rural Água do Mandí. O terreno foi doado pelo dono da Fazenda São Sebastião, que até então, era um local em desuso. As Escolas Rurais eram

nomeadas ou de acordo com o nome da fazenda ou aspectos característicos a ela, nesse caso, “*Água do Mandí faz referência ao riozinho que nasce ali na fazenda*” (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 87).

QUE TINHA TETO
MAS NÃO TINHA TUDO
ERA UMA ESCOLA
COM ALUNO SORTUDO
E PROFESSORES
QUE FAZIAM DE TUDO

Toda feita de tijolinhos à vista, chão bruto, com apenas dois cômodos, coberta com telhas de barro, mas isso não era incômodo. As portas eram de tramela que nem sempre resistiam a fortes chuvas, muito menos aos gados que ali rodeavam e quando as vacas escapavam do pasto, colocavam a cabeça dentro da sala de aula, o foco da aula se tornava outro, acariciar a cabeça da vaca, distrações da aluna Maria Aparecida que “*às vezes a gente estava dentro da escola e as vacas vinham e colocavam a cabeça dentro da sala, a gente corria acariciar a cabeça da vaca, a professora ficava brava (risos)*” (trecho da entrevista da aluna Maria Aparecia, p. 83). Quanto às características da localização dessa escola, não era exceção, o documentador Paulo ressalta que “*a maior parte das Escolas Rurais eram em casa de colônia, mas tinham escolas até no meio do pasto*” (trecho da entrevista do documentador Paulo, p. 70)

TODOS PODIAM
FAZER PIPI
NO CAFEZAL
LOGO ALI

Organizada em apenas dois cômodos, sala de aula e uma espécie de almoxarifado, que com o tempo se tornou a cozinha. Assim como na música, não tinha pinico ali e nem mesmo estrutura para banheiro ou encanamentos sanitários, “*quando os alunos tinham necessidades tinham que fazer no meio do cafezal*” (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 88) ou para quem morava nas proximidades, corria para a casa utilizar o banheiro. O chão fora da escola era de terra, não havia muro ao seu redor, tinha árvores e barrancos, distração da aluna Ana Maria e de seus amigos, “*enquanto a tia Maria⁷⁷ não chegava, ficávamos brincando no barranco*” (trecho da entrevista da aluna Ana Maria, p. 81)

⁷⁷ Tia Maria faz menção a Dona Licínia.

A Figura 31 representa uma das poucas fotos, cuja disponibilidade nos foi possível, da fachada da Escola Rural Água do Mandí. Quanto aos elementos que a compõe, temos apenas a informação de que uma das professoras é Paula Darci Del Padre já falecida.

Figura 31 – Fotografia da possível fachada da Escola Rural Água do Mandí



Fonte: acervo privado da Roseli Del Padre, filha da professora Paula Darci Del Padre.

TODOS PODIAM
SE ORGANIZAR NAS CADEIRAS
PORQUE ALUNOS DE VÁRIAS TURMAS
SENTAVAM EM FILEIRAS

Na sala de aula haviam carteiras duplas, “*eram de dois alunos ou então tinha umas que cabiam 4 ou 5 alunos*” (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 88). O professor se dedicava um pouco a cada fileira/turma, passava de carteira em carteira esclarecendo as dúvidas.

A leitura era feita silenciosamente e quando os alunos menos esperavam, a professora estava ali ao lado questionando o que havia lido. Os alunos ficavam sempre atentos, mas nem tão atentos assim para aqueles que copiavam a atividade do amiguinho sentado ao lado, e algumas vezes eram punidos com castigos ou com um puxão de orelha que acontecia no sentido literal da palavra, “*uma vez a tia Maria escreveu ‘escreva o nome dos pais’, eu escrevi o nome*

da minha mamãe e do meu pai e minha prima não prestou a atenção e copiou de mim, mas era o nome dos meus pais. Quando a tia Maria viu, nossa, brigou um monte com ela (risos)” (trecho da entrevista da aluna Ana Maria, p. 80).

O conteúdo era ministrado no quadro negro dividido em partes, seguindo o número de turmas presentes. Se houvesse quatro turmas, quatro divisões, uma para cada turma, respectivamente.

Na base do improvisado, os professores se viravam como podiam, no caso da professora Theresa, se virava com um barbante para representar as linhas do caderno de caligrafia no quadro *“eu pegava um pedaço de barbante, passava giz nele e dois alunos esticavam esse barbante no quadro, eu pegava esse barbante só com as pontas dos dedos e o soltava, ele batia no quadro e deixava registrado a linha de giz”* (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 90). Além do foco na alfabetização, eram ensinados outros conteúdos relacionados à Matemática, Português, História e Geografia, o básico correspondente a cada turma.

O acesso a novas tecnologias, como a calculadora, não existia, mas o caderninho de tabuada e régua não podiam faltar, materiais comuns nas aulas de matemática! A aluna Ana Maria relata que *“nas aulas de matemática a tia Maria passava continhas de dividir, de vezes, de mais, de menos, de emprestar, algarismo romano, ensinava até a ver hora”* (trecho da entrevista da aluna Ana Maria, p. 80).

Apesar das dificuldades, os alunos e as professoras se divertiam com o pouco que tinham. Diferente de alunos, professor e vacas que frequentavam a escola apenas em dias letivos, as baratas se faziam presente todos os dias, moravam ali mesmo na sala, atrás do armário e saía de vez em quando para atazanar os professores e divertir os alunos, *“um dia eu estava na frente dando aula e uma barata sentou em mim, eu pulei tanto, mas tanto que esmaguei a barata (risos)!”* (trecho da entrevista professora Anna Maria, p. 78).

O ensino era na modalidade multisseriado, em que cada fileira correspondia a uma série, *“eram muitos alunos, teve época de 70 alunos”* (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 88). Em conformidade com os documentos e com os relatos, durante todo o tempo de funcionamento, foi ofertado o ensino primário, conhecido também como ensino de 1ª a 4ª série, o que atualmente se remete aos anos iniciais do ensino fundamental.

Não havia livros didáticos e sem formação específica para lecionar, a professora Theresa fazia do calendário um material para lhe ajudar, *“nessa escola tinha um calendário de meses, em tamanho grande e ali tinha algumas estampas, por exemplo, animais, crianças correndo, brincando, etc., e os alunos faziam algumas atividades com bases nessas estampas. Eles*

deveriam descrever características de determinada estampa ou construir uma história” (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 90).

Na época de 1951, em que a professora Theresa foi professora, ainda não era ofertada nessa escola a 4ª série, para cursar essa série era necessário que os alunos se deslocassem até a cidade. Há evidências nos livros de registros da implantação da 4ª série a partir do ano de 1972.

Para comportar a quantidade numerosa de alunos, a escola era dividida em dois turnos, manhã e tarde, mas não necessariamente funcionavam os dois turnos simultaneamente. A professora Theresa afirma que *“com o passar dos anos foi diminuindo a quantidade de alunos e devido a isso, a prefeitura de Andirá informou que não pagaria mais dois períodos, por isso passou a funcionar só de manhã, então ficou bem acumulado, porque ficou primeiro, segundo e terceiro ano de manhã”* (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 88). De acordo com as fontes históricas, essa escola funcionou nos turnos matutino e vespertino simultaneamente, mas também funcionou só um turno, dependia da demanda de alunos.

Conforme os anos passaram, essa escola evoluía lentamente e mantinha a rotina diária do canto do hino nacional, sempre organizados em filas.

Em meados de 1973 essa escola passou a ter uma privada, que é uma espécie de cômodo isolado, geralmente de madeira, com um buraco no chão: *“para ir até a privada tinha que prestar atenção, às vezes quando os animais estavam soltos, a professora ia com a gente porque tinha vaca brava, a privada era para meninos e meninas, ia um de cada vez, a professora ficava controlando”* (trecho da entrevista da aluna Maria Aparecida, p. 83).

A presença de banheiros era uma exigência muito maior do que o espaço que foi doado, mas água seria o básico e esse básico também não lhes era fornecido. Água canalizada foi uma realidade distante durante todo o tempo de funcionamento dessa escola, para ter acesso a água, talvez não tão potável assim, os alunos se deslocavam até a mina e a traziam para armazená-la em um filtro de barro. Os alunos mais velhos eram considerados os mais responsáveis, por isso eles eram os encarregados por essa função.

Na hora da refeição, a união fazia a força. Os alunos levavam um pouco do que tinham em casa e a professora dividia sua profissão com a de merendeira.

De acordo com os relatos, de alguma forma os alunos eram alimentados ou se alimentavam na escola. Quem morava próximo à escola tinha o prazer de ir para casa se alimentar, como relata a professora Theresa, *“quem morava mais longe trazia seu lanchinho, eu e meus primos subíamos para casa que ficava há uns 300, 400 metros mais ou menos da escola para almoçar”* (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 88).

Na década de 1960, os alunos e professores se tornaram totalmente responsáveis pelas refeições feitas na escola, “*cada aluno levava o que tinha em casa, uns levavam chuchu, outros, cenoura, batata, cebola, etc.*” (trecho da entrevista da aluna Ana Maria, p. 80), de preferência era preparado algo prático e rápido. O espaço para o preparo da merenda era no almoxarifado que, com adaptações, se tornou a cozinha. A professora Anna Maria relata que “*o fogão era a lenha e os alunos buscavam lenha para que eu preparasse a merenda*” (trecho da entrevista da professora Anna Maria, p. 77). A partir do ano de 1966, o governo do Estado do Paraná passou a ajudar com leite e bolacha, mas ainda que com menos frequência, os alunos ajudavam com alimentos.

TODOS PODIAM
ENTRAR NELA SIM
PORQUE SUA HISTÓRIA
NÃO TERÁ UM FIM

Todos os alunos dessa escola moravam nas proximidades da fazenda, talvez nem tão próxima assim, mas cada um procurava uma maneira mais acessível e viável de se deslocar até a escola, “*tinha alunos que moravam até 5 km de distância da escola, alguns iam a cavalo, um ou outro tinha bicicleta, mas a maioria ia a pé*” (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 88).

Algumas crianças não tinham calçado, seja por condições financeiras mais precárias ou até por hábito de andar descalço... Essa questão do calçado passava despercebido na hora do recreio, momento de diversão, momento em que qualquer objeto virava brinquedo, entre si, todos se tratavam da mesma forma, sem distinção de sexo, classe social ou idade, “*não tinha filho de patrão, filho de empregada, a gente se dava tão bem... a gente corria, brincava, qualquer coisa virava uma bola, era uma época tão sossegada que você não tinha medo de nada, só das vacas que às vezes escapavam do pasto e vinham (risos), mas era uma época muito boa em que todos eram amigos, não tinha diferença nenhuma*” (trecho da entrevista da aluna Marilena, p. 86).

Não foi nada fácil lecionar nessa escola, a professora Anna Maria, por exemplo, saía de casa às 6h30 da manhã com o objetivo de ensinar, mesmo tendo apenas o giz em mãos. Apesar da precariedade, o respeito dos alunos toma frente em sua narrativa, isso que a fazia gostar de lecionar nessa escola.

MAS NINGUEM PODIA
SER ATREVIDO
PORQUE O RESPEITO DE CASA

ERA CONCEBIDO

Essa escola funcionou por meio da colaboração dos alunos e professores, onde a união permanecia mesmo aos sábados, dia que era dedicado para a limpeza da escola. Quando chovia, a porta não dava conta de segurar os animais que buscavam por abrigo e então os alunos, nesses dias, ajudavam a professora a manter a sala organizada. Para isso, eram escalados os alunos mais velhos e, em especial, as meninas mais velhas designadas para lavarem a louça, atribuindo a elas desde cedo a função de doméstica, função exercida pela maioria das mães nessa época.

Esses são reflexos da sociedade naquela época em que os homens tinham mais direitos em relação às mulheres. Nos livros de registros vimos a necessidade de separar o nome dos alunos por gênero (masculino e feminino) e não da forma como ocorre habitualmente nos dias atuais. Essa forma de diferenciação entre os nomes dos alunos perpetuou até 1977 que, apesar da evolução desses livros, os nomes dos alunos passaram a ser organizados em ordem alfabética, no entanto, para cada respectivo nome era obrigatório preencher o sexo, sendo isso uma instrução do Estado.

Escola pequena, sem luxo algum, mas que nas narrativas se faz presente uma valorização comum.

Figura 32 – Fotografia da sala de aula da Escola Rural Água do Mandí.



Fonte: acervo privado da Roseli Del Padre, filha da professora Paula Darci Del Padre.

No tempo em que a professora Theresa lecionou, ela foi a única professora da turma. No entanto, na narrativa da aluna Marilena, em específico na década de 1960, foi relatado que as turmas eram divididas para dois professores de forma que cada professor ministrava o conteúdo para duas fileiras, complementa o documentador Paulo *“quando tinha muitos alunos, tinha um outro professor, então um dava aula para segunda e quarta série, o outro para primeira e terceira série”* (trecho da entrevista do documentador Paulo, p. 69).

O uniforme era o famoso “guarda-pó”, a professora Theresa relata os detalhes desse uniforme que, na maioria das vezes, eram confeccionados pela mãe, *“geralmente era feito de saco de farinha, porque naquele tempo a farinha vinha em saco de tecido, como as mães alvejavam muito bem, os deixavam mais branco e faziam esse uniforme...o das meninas eram abotoados nas costas com um cintinho que amarrava atrás e o dos meninos eram abotoados na frente”* (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 91).

Quanto à formação dos professores, eram raros os que tinham o magistério. Geralmente quem exercia essa função ensinava o que havia aprendido, a especialização acontecia ao longo do tempo, por outro lado, *“quem já era professor há anos, o Estado fazia uma espécie de inventário para formalizar a contratação”* (trecho da entrevista do documentador Paulo, p. 70). Apesar das dificuldades da época, os professores mesmo sem formação específica, se dedicavam à profissão, iam de carteira em carteira esclarecendo as dúvidas.

Durante o ano letivo os professores recebiam a visita da inspetora de ensino, cuja função era *“orientar os professores no preenchimento do livro de chamada, fazer a conferência desse preenchimento, além disso, nas visitas conversávamos com os alunos, olhava os cadernos, conversava com o professor se estava conseguindo cumprir com o cronograma e após as visitas fazíamos um termo de visita relatando tudo que aconteceu”* (trecho da entrevista da inspetora Creuza, p. 74).

Mensalmente, ou a cada dois meses, eram feitas reuniões com a inspetoria de ensino para orientar os professores sobre os conteúdos a serem ministrados nos próximos meses e até mesmo esclarecerem suas dúvidas. Ao final do ano a inspetoria de ensino elaborava o exame final, com o propósito de definir se o aluno ia ou não para a próxima série, havendo uma prova para cada turma. Para a produção desse exame era utilizado o mimeógrafo, mas evitava-se seu uso em dias chuvosos, devido à umidade relativa do ar que atrapalhava a secagem dos papéis.

No dia do exame, os professores e alunos ficavam apreensivos, pois era posto em prática tudo aquilo que havia sido ensinado/apreendido, por outro lado *“depois dessa avaliação os professores ficavam aliviados e felizes, porque a maioria era aprovado”* (trecho da entrevista

da professora Theresa, p. 91). Se aprovado, não havia a necessidade de o aluno ser matriculado novamente, suas informações permaneciam as mesmas para o próximo ano letivo. Com relação à primeira matrícula, havia a necessidade de os pais irem até a escola para formalizarem, para isso, era necessário nome do aluno, nacionalidade, nome do pai ou responsável, residência e profissão, *“não pegava muitos dados, só o básico e depois conforme os alunos passavam de ano, a matrícula já era praticamente automática”* (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 89)

O registro de matrícula era feito pelo professor no próprio livro de chamada até o ano de 1979, por conseguinte a matrícula deixou de ser registrada no livro registro. As inspetorias de ensino, em suas visitas, acompanhavam o preenchimento desses livros de registros, em algumas vezes, deixavam registrado sua assinatura e quando necessário, algum recado para o professor.

Essa escola era frequentada por alunos dos mais variados contextos sociais e de diferentes idades, alunos que eram dedicados não apenas nas tarefas da escola, mas em casa, nos afazeres domésticos e na roça, com a labuta dos pais. Era dela que saía o sustento da família, mas também era ela um dos grandes motivos do êxodo rural, ou seja, a agricultura que ajudava, os prejudicava, *“havia muita evasão escolar, o ano agrícola era diferente do ano letivo, então os pais muitas vezes acontecia de terem que mudar de fazenda/sítio, então os alunos iam embora também, até mesmo antes do exame final, era uma judiação, porque praticamente perdiam o ano”* (trecho da entrevista da professora Theresa, p. 89).

Os alunos que conseguiam completar o ciclo nessa escola, eram locados para as escolas da cidade para dar continuidade nos estudos, levavam consigo a educação que haviam recebido em casa e os ensinamentos da escola. As professoras faziam todos os esforços possíveis para ofertar um ensino de qualidade, mesmo com pouco recurso, visando que os alunos não fossem discriminados por morarem/estudarem na zona rural. O respeito pelo professor era ensinado no ambiente familiar, além do mais, esses alunos destacavam-se pela boa caligrafia.

ERA ZELADA
COM MUITO CUIDADO
POIS ERA ÚNICA, ALI
COM SIGNIFICADO.

Os pais tinham uma rotina corrida, então não conseguiam estar sempre presentes nas poucas reuniões escolares, mas na primeira Comunhão os pais tinham maior participação. Os

padres se deslocavam até a zona rural para ouvir a confissão dos alunos. A primeira comunhão é onde se encerra um ciclo e começa outro, mas na história dessa escola, o mesmo não acontece.

A Casapueblo que inspirou a música “A casa” tornou-se um museu, lugar onde a história faz morada, já na Escola Rural Água do Mandí os tijolinhos viraram pó que complementam o plantio de cana, mas apesar da estrutura física ser extinta, essa sua história será contada!

ESSA ESCOLA...

ERA UMA ESCOLA
MUITO ENGRAÇADA
NO MEIO DO PASTO
COM AS VACADA

QUE TINHA TETO
MAS NÃO TINHA TUDO
ERA UMA ESCOLA
COM ALUNOS SORTUDO
E PROFESSORES
QUE FAZIAM DE TUDO

TODOS PODIAM
FAZER PIPI
NO CAFEZAL
LOGO ALI

TODOS PODIAM
SE ORGANIZAR NAS CADEIRAS
PORQUE ALUNOS DE VÁRIAS TURMAS
SENTAVAM EM FILEIRAS

TODOS PODIAM
ENTRAR NELA SIM
PORQUE SUA HISTÓRIA
NÃO TERÁ UM FIM

MAS NINGUEM PODIA
SER ATREVIDO
PORQUE O RESPEITO DE CASA
ERA CONCEBIDO

ERA ZELADA
COM MUITO CUIDADO
POIS ERA ÚNICA, ALI
COM SIGNIFICADO.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa foi minha primeira pesquisa no âmbito da Educação Matemática, resgatar uma história da Escola Rural Água do Mandí foi um tanto quanto desafiador. Neste momento passamos a usar a escrita na primeira pessoa do singular, visto que, essas considerações estão relacionadas a experiência da pesquisadora.

Uma história é constituída de muitas lembranças que permanecem na memória, mas que na maioria das vezes são ocultas ou perdem suas características com o passar dos anos, mas mesmo que os anos passem, essa pesquisa contribuirá para que uma história dessa escola seja contada. Esse é um dos potenciais da História Oral ao produzir narrativas, contar e registrar histórias e, nesse caso, esse trabalho fortalece as histórias das Escolas Rurais no Norte Pioneiro do estado do Paraná.

Foram tantas as buscas incansáveis em rede social sobre alguma informação dessa escola ou até mesmo uma foto e em quase todas as buscas e respostas, não obtive sucesso. Com as fontes históricas não foi diferente, a Escola Rural Água do Mandí é uma das Escolas Rurais com informações mais escassas na sala da documentadora e no museu do município.

Durante a elaboração do referencial metodológico, não encontrei informações suficientes que abordassem a quantidade mínima ou máxima de colaboradores para que uma pesquisa se tornasse significativa no âmbito da História Oral. Escolher outra escola seria colaborar para a extinção dessa e não atender meu objetivo inicial de pesquisa. Mesmo perante as diversas dificuldades, optei por continuar e como fruto desse esforço vejo o resgate de uma história de uma Escola Rural já extinta fisicamente.

Dessa escola, se quer há os tijolinhos que davam sustento a ela, mas essa pesquisa permitiu resgatar essas características que estavam presentes nas memórias dos colaboradores, os tijolinhos, características das carteiras, aspectos da sala de aula, adversidades do entorno da escola, dentre tantos outros aspectos e ainda mais, com essa pesquisa foi possível o registro de acontecimentos históricos ligados à época, como a distinção dos alunos por gênero e o êxodo rural. Por meio desse trabalho, gerações futuras conhecerão uma história dessa Escola Rural, mesmo que ausente na memória.

Essa Escola Rural funcionou por mais de quarenta anos, em épocas com até mesmo 70 alunos divididos entre carteiras em uma única sala, e mesmo que funcionasse em turnos distintos, possuía uma quantidade numerosa de alunos, que na maioria dos anos, era o professor o único responsável por eles, não só exercendo a função de professor. Cada aluno fazia o possível para ir até essa escola, mesmo que descalço. Melhores condições sanitárias chegaram

com o tempo, mas ainda o básico, como água potável encanada nunca existiu. Essa foi uma realidade de mais uma Escola Rural, que mesmo perante às adversidades, possuía um ensino respaldado no respeito, companheirismo, determinação, e o principal, conhecimento.

Dentre tantos fatores relacionados a essa escola, um deles tomou frente: as narrativas das professoras, que mesmo com pouco recurso, permaneceram com a força de vontade em ensinar seus alunos e, juntos, transpor as barreiras.

A história apresentada neste trabalho corroborou o principal objetivo desta pesquisa: criar um registro histórico por meio das narrativas e uma complementação por meio de fontes históricas documentais, registrando uma história, com olhares à época.

Por fim, este trabalho teve como fruto um produto educacional na modalidade de acervo histórico no qual registra uma história dessa escola, que será disponibilizado ao museu da cidade de Andirá, com o intuito de compor seu acervo, além de contribuir com as pesquisas de Escolas Rurais do Norte Pioneiro registrando/resgatando mais uma história.

REFERÊNCIAS

- BAILÃO, T. M.; **Narrativas sobre o Colégio Estadual do Patrimônio Regina: uma história ainda não contada**. 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina.
- BARALDI, I. M.; RIOS, D. F.; História Oral e Educação Matemática: práticas de pesquisas. **Perspectivas da Educação Matemática**, 2019, v. 12, n. 29, p. 292-300.
- BAREIRO, E.; **Políticas educacionais e Escolas Rurais no Paraná 1930-2005**. 2007. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciência) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- BOLÍVAR, A. (2002).; “¿De nobis ipsis silemus?”: Epistemología de la investigación biográfico-narrativa en educación. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**, 4 (1). Disponível em: <<https://redie.uabc.mx/index.php/redie/article/download/49/91/239>>. Acesso em: 20 de jan de 2021.
- BRASIL.; **Lei nº 4.024, 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em 20 de fev de 2021.
- BRASIL.; Lei nº 5.692, 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm>. Acesso em 20 de fev de 2021.
- BRASIL.; M. E. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012**. Disponível em http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf. Acesso em 9 de ago de 2021.
- CLANDININ, J.; CONNELLY, M. Narrative and story in practice and research. In: SCHON, D. (Ed.). *The reflective turn: case studies of reflective practice*. Nova Iorque: **Teachers College Press**, 1991. p. 258-281.
- CURY, F. G.; **Uma narrativa sobre a formação de professores de Matemática em Goiás**. 201 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- DE OLIVEIRA, R. D.; MARTINS-SALANDIM, M. E.;. Estranhando uma escola: Orlando, contribuições para a História da Educação Matemática Brasileira. **Anais do ENAPHEM- Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática-ISSN 2596-3228**, n. 4, 2018.
- FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, 2000, n.14, p. 19-34.
- GARNICA, A. V. M.; **Cartografias contemporâneas: mapeando a formação de professores de matemática no Brasil – 1.ed.** Curitiba: Appris, 2014.

GARNICA, A. V. M.; História Oral e Educação Matemática: de um inventário a uma regulação. **Zetetiké**, 2003, v. 11, n. 1, p. 9-56.

GARNICA, A. V. M.; História Oral e História da Educação Matemática: considerações sobre um método. In: **Trabalho apresentado no I Congresso Ibero Americano de História da Educação Matemática, Covilhã, Portugal**. 2011.

GARNICA, A. V. M.; Manual de História Oral em Educação Matemática: outros usos, outros abusos. **Guarapuava: SBHMat**, 2007, v. 16 [s/n].

LIMA, R.; **História do Ensino Primário Rural em Cianorte-PR (1950- 1990)**. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2015.

GARNICA, A. V. M.; Registrar oralidades, analisar narrativas: sobre pressupostos da História Oral em Educação Matemática. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, 2010, 29-42.

MACHADO, L. C. T.; Da educação rural à educação do campo: conceituação e problematização. In: **Educere XIII Congresso Nacional de Educação. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação–SIRSSE. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA/UNESCO)**. ISSN. 2017. p. 2176-1396.

MACHADO, L. Z.; Estado, escola e ideologia. **São Paulo: Brasiliense**, 1987.

MARTINS-SALANDIM, M. E.; **A interiorização dos cursos de matemática no estado de São Paulo: um exame da década de 1960**. 2012. 374 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MARTINS-SALANDIM, M. E.; **Escolas Técnicas Agrícolas e Educação Matemática: história, práticas e marginalidade**. 2007. 265f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MARTINS-SALANDIM, M. E.; Resgate histórico da formação e atuação de professores da escola rural: um estudo no oeste paulista. **Relatório de Iniciação Científica, Unesp/Bauru**, 2003.

MATUCHESKI, S.; **Diferenciação e padronização: um estudo sobre o Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná**. 2016. 458 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro.

MELO, S. N. D.; **Educação no Campo e Educação Rural: distinção necessária para compreensão da realidade geográfica**. 2011. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Rio Claro.

MIGUEL, M. E. B.; A formação do professor para as Escolas Rurais no Paraná no contexto das políticas de educação nacionais e internacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 43, p. 21-31, 2011.

NAKAMURA, M. E. F. P.; História Oral para a produção de narrativas sobre uma proposta educacional pública paulista nos anos de 1960. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 12, n. 29, p. 313-333, 2019.

OLIVEIRA, R. D.; MARTINS-SALANDIM, M. E.; Estranhando uma escola: Orlando, contribuições para a História da Educação Matemática Brasileira. **Anais do ENAPHEM- Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática-ISSN 2596-3228**, n. 4, 2018.

OUTEIRO, M. T.; MATTOS, L. M. S.; **Escolas do campo no estado do Paraná: Uma visão de desenvolvimento**. 15 f. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/73693744-Escolas-do-campo-no-estado-do-parana-uma-visao-de-desenvolvimento.html>> . Acesso em 30 jul 2020.

PAIÃO, C. A.; **Memórias da escola itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”:** histórias do fazer uma outra escola no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. 2019. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2019.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relação dos Municípios do Estado Ordenados Segundo as Mesorregiões e as Microrregiões Geográficas do IBGE - Paraná – 2012**. 2012b. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf. Acesso em 29 set. 2021.

PARANÁ.; **Núcleo Regional de Educação**, s/a. Estrutura e Documentação Escolar. Disponível em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=75#:~:text=Ao%20Setor%20de%20Documenta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar,e%20encaminhar%20os%20relat%C3%B3rios%20finais>>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

RAMOS, J. A.; et al.; **Andirá no cinquentenário de seu Rotary Club**. Departamento de imprensa do estado do Paraná, 2017.

RIZZATTI, I. M.; et al.; Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <[file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/12657-49093-3-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/12657-49093-3-PB%20(2).pdf)>. Acesso em: 20 de set. de 2021

SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. ;**História Oral na sala de aula**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SCHELBAUER, A. R. CORRÊA, R.L. T.; **Expansão e modalidades de escola primária rural no estado do Paraná: iniciativas de governos estadual e federal de 1930-1960**. 2017.

SCHELBAUER, A. R.; Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). In: SOUZA, R. F. de; ÁVILA, V. P. da S.de (Orgs.). Dossiê: representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. **História da Educação**. [online].Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, maio/ago. 2014.

SILVA, C. S.; **Escolas Rurais como espaços formativos: vozes de professores que atuaram na região de Borebi/SP**. 2018.

SOUZA, G. S.; ANDRADE, M. M.; O sermão, o hino e a ordem do dia: memórias de uma escola isolada rural. *BRAZILIAN ELECTRONIC JOURNAL OF MATHEMATICS*, 1(1), 88-104. <https://doi.org/10.14393/BEJOM-v1-n1-2020-50125>. 2020.

SOUZA, G. S.; **Da fuligem à edificação do Grupo Escolar Rural Usina Bandeirantes: narrativas que contam história(s)**. 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2019.

SOUZA, G. S.; **Memórias da primeira década de funcionamento da Casa Escolar Rural Ormezeze: uma narrativa**. 2017. p. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Licenciatura em Matemática. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SOUZA, L. A.; **História oral e educação matemática: um estudo, um grupo, uma compreensão a partir de várias versões**. 2006. 674 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

THOMPSON, P.; **A voz do passado**. Trad. LólioLorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ZANDOMENIGHI, R. A.; MENEZES, J. J. O.; História Oral em Educação Matemática como metodologia: algumas reflexões e articulações. **Anais do Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática**, 2016, 10.1.

ANEXO

Ficha de Avaliação de Produto/Processo Educacional

Adaptado de: Rizzatti, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em 14 de dezembro de 2020.

Instituição de Ensino Superior	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Programa de Pós-Graduação	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática (PPGMAT)
Título da Dissertação	“Era uma escola muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada...”: uma narrativa sobre a escola rural Água do Mandí
Título do Produto/Processo Educacional	Registro Histórico de uma escola muito engraçada: Escola Rural Água do Mandi
Autores do Produto/Processo Educacional	Discente: Juliana de Melo
	Orientador/Orientadora: Mirian Maria Andrade Gonçalez
	Outros (se houver):
Data da Defesa	08/12/2021

FICHA DE AVALIAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL (PE)

Esta ficha de avaliação deve ser preenchida pelos membros da banca do exame de defesa da dissertação e do produto/processo educacional. Deve ser preenchida uma única ficha por todos os membros da banca, que decidirão conjuntamente sobre os itens nela presentes.

<p>Aderência: avalia-se se o PE apresenta ligação com os temas relativos às linhas de pesquisas do Programa de Pós-Graduação.</p> <p><u>*Apenas um item pode ser marcado.</u></p> <p>Linhas de Pesquisa do PPGMAT:</p> <p><i>L1: Formação de Professores e Construção do Conhecimento Matemático</i> (abrange discussões e reflexões acerca da formação inicial e em serviço dos professores que ensinam Matemática, bem como o estudo</p>	<p>() Sem clara aderência às linhas de pesquisa do PPGMAT.</p> <p>(x) Com clara aderência às linhas de pesquisa do PPGMAT.</p>
---	---

<p>de tendências em Ensino de Matemática, promovendo reflexões críticas e analíticas a respeito das potencialidades de cada uma no processo de construção do conhecimento matemático nos diferentes níveis de escolaridade);</p> <p><i>L2: Recursos Educacionais e Tecnologias no Ensino de Matemática</i> (trata da análise e do desenvolvimento de recursos educacionais para os processos de ensino e de aprendizagem matemática, atrelados aos aportes tecnológicos existentes).</p>	
<p>Aplicação, aplicabilidade e replicabilidade: refere-se ao fato de o PE já ter sido aplicado (mesmo que em uma situação que simule o funcionamento do PE) ou ao seu potencial de utilização e de facilidade de acesso e compartilhamento para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.</p> <p><u>*Apenas um item pode ser marcado.</u></p> <p>A propriedade de aplicação refere-se ao processo e/ou artefato (real ou virtual) e divide-se em três níveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) aplicável – quando o PE tem potencial de utilização direta, mas não foi aplicado; 2) aplicado – quando o PE foi aplicado uma vez, podendo ser na forma de um piloto/protótipo; 3) replicável – o PE está acessível e sua descrição permite a utilização por outras pessoas considerando a possibilidade de mudança de contexto de aplicação. <p>Para o curso de Mestrado Profissional, o PE deve ser aplicável e é recomendado que seja aplicado.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> PE tem características de aplicabilidade, mas não foi aplicado durante a pesquisa.</p> <p><input type="checkbox"/> PE foi aplicado uma vez durante a pesquisa e não tem potencial de replicabilidade.</p> <p><input type="checkbox"/> PE foi aplicado uma vez durante a pesquisa e tem potencial de replicabilidade (por estar acessível e sua descrição permitir a utilização por terceiros, considerando a possibilidade de mudança de contexto de aplicação).</p> <p><input type="checkbox"/> PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade (por estar acessível e sua descrição permitir a utilização por terceiros, considerando a possibilidade de mudança de contexto de aplicação).</p>
<p>Abrangência territorial: refere-se a uma definição da abrangência de aplicabilidade ou replicabilidade do PE (local, regional, nacional ou internacional). Não se refere à aplicação do PE durante a pesquisa, mas à potencialidade de aplicação ou replicação futuramente.</p> <p><u>*Apenas um item pode ser marcado e a justificativa é obrigatória.</u></p>	<p><input type="checkbox"/> Local</p> <p><input type="checkbox"/> Regional</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Nacional</p> <p><input type="checkbox"/> Internacional</p> <p>Justificativa (<i>obrigatória</i>): se trata da construção de uma narrativa de uma escola rural, contribuindo para a História da Educação Rural em âmbito nacional e regional.</p>

<p>Impacto: considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado no sistema relacionado à prática profissional do discente (não precisa ser, necessariamente, em seu local de trabalho).</p> <p><u>*Apenas um item pode ser marcado.</u></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> PE não utilizado no sistema relacionado à prática profissional do discente (esta opção inclui a situação em que o PE foi utilizado e/ou aplicado em um contexto simulado, na forma de protótipo/piloto).</p> <p><input type="checkbox"/> PE com aplicação no sistema relacionado à prática profissional do discente.</p>
<p>Área impactada</p> <p><u>*Apenas um item pode ser marcado.</u></p>	<p><input type="checkbox"/> Econômica;</p> <p><input type="checkbox"/> Saúde;</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Ensino;</p> <p><input type="checkbox"/> Cultural;</p> <p><input type="checkbox"/> Ambiental;</p> <p><input type="checkbox"/> Científica;</p> <p><input type="checkbox"/> Aprendizagem.</p>
<p>Complexidade: compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do PE.</p> <p><u>*Podem ser marcados nenhum, um ou vários itens.</u></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> O PE foi concebido a partir de experiências, observações e/ou práticas do discente, de modo atrelado à questão de pesquisa da dissertação.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> A metodologia apresenta clara e objetivamente, no texto da dissertação, a forma de elaboração, aplicação (se for o caso) e análise do PE.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Há, no texto da dissertação, uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teóricos e metodológicos empregados na dissertação.</p> <p><input type="checkbox"/> Há, no texto da dissertação, apontamentos sobre os limites de utilização do PE.</p>
<p>Inovação: considera-se que o PE é inovador, se foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original. A inovação não deriva apenas do PE em si, mas da sua metodologia de desenvolvimento, do emprego de técnicas e recursos para torná-lo mais acessível, do contexto social em que foi utilizado ou de outros fatores. Entende-se que a inovação (tecnológica, educacional e/ou social) no ensino está atrelada a uma mudança</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> PE de alto teor inovador (desenvolvimento com base em conhecimento inédito).</p> <p><input type="checkbox"/> PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos preestabelecidos).</p> <p><input type="checkbox"/> PE com baixo teor inovador (adaptação de conhecimentos existentes).</p>

de mentalidade e/ou do modo de fazer de educadores.	
Membros da banca examinadora de defesa	
Nome	Instituição
Mirian Maria Andrade Gonzalez	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Línyla Natássia Sachs Camerlengo de Barbosa	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Analete Regina Schelbauer	Universidade Estadual de Maringá

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista – Inspetora

Identificação

Informações a respeito da Escola Rural Água do Mandí

- Responsável pelo prédio
- Horário de funcionamento dessa escola
- Estrutura
- Equipe Escolar
- Alunos
- Merenda
- Uniforme
- Material escolar
- Reformas

Função da Inspetora

- Primeiro contato com essa escola
- Cargo de Inspetora
- Formação
- Livro de visitas
- Locomoção até a escola

Ensino

- Organização da sala de aula
- Séries
- Formação dos professores
- Auxiliar de sala
- Planejamento de Aula
- Planejamento de Conteúdo
- Evasão
- Extinção dessa escola

Decreto/resolução de funcionamento

- No dia 17/11/1982 a Escola Rural Água do Mandí passou a ter uma autorização de funcionamento, após esse ano, você sabe dizer se isso ocasionou alguma diferença nessa escola?

Lembranças

- Qual a melhor lembrança que a Senhora tem dessa escola?

Roteiro de Entrevista – Secretário

Identificação

Função de Secretário

- Por quanto tempo exerceu a função de Secretário da Educação?
- O que fazia um Secretário da Educação me meados de 1980?
- Qual sua ligação com as Escolas Rurais?

Informações a respeito das Escolas Rurais

- Naquele tempo havia uma equipe que administrava para cada Escola Rural? (Diretor, pedagogo, secretário, assistente administrativo)
- Como os professores eram contratados? Exigia uma escolaridade específica?
- Como era a construção das Escolas Rurais?
- O que era necessário para uma Escola Rural funcionar? (quantidade mínima de alunos, professor)
- Uma situação: a comunidade rural “constrói” uma Escola Rural, como essa informação chega aos órgãos competente e como eles agem?
- Existia alguma Sede responsável pelas Escolas Rurais do município de Andirá?
- Como as Escolas Rurais o informava sobre acontecimentos relacionado ao ensino? (Ex: reprova de alunos, matrículas, relatório anual)

Ensino

- Era fornecido livros didáticos para as Escolas Rurais? Como eram escolhidos?

Decreto/resolução de funcionamento

- No dia 17/11/1982 a Escola Rural Água do Mandí passou a ter uma autorização de funcionamento, antes disso, não tinha nenhum documento que regia o funcionamento dessa escola? O que significava ter uma autorização de funcionamento?

Roteiro de Entrevista – Professora

Identificação

Informações a respeito da Escola Rural Água do Mandí

- Nome Água do Mandí
- Horário de Funcionamento
- Estrutura dessa escola
- Matrícula
- Biblioteca
- Refeições
- Reformas
- Uniformes

Função de Professora

- Primeiro contato com essa escola
- Formação
- Locomoção até a escola
- Disciplinas
- Auxiliar
- Planejamento das aulas
- Planejamento dos conteúdos
- Capacitação

Ensino

- Frequência
- Alunos
- Calendário escolar
- Hino Nacional
- Organização da sala de aula
- Séries
- Disciplinas
- Material
- Aulas de Matemática
- Participação da comunidade
- Castigo

- Evasão

Ensino de Matemática

- Aulas de Matemática
- Conhecimento básico
- Avaliação
- Critério de avaliação
- Tarefa
- Material de apoio: calculadora, régua, compasso, etc.

Lembranças

- Qual a melhor lembrança que a Senhora tem dessa escola?

Roteiro de Entrevista – Aluna

Identificação

Informações a respeito da Escola Rural Água do Mandí

- Nome Água do Mandí
- Horário de Funcionamento
- Estrutura dessa escola
- Sala de Aula
- Refeições
- Reformas
- Uniformes
- Hino Nacional

Sobre ser aluno nessa escola

- Ano de estudo
- Série
- Locomoção até a escola
- Material de estudo
- Professores
- Castigo
- Participação da família

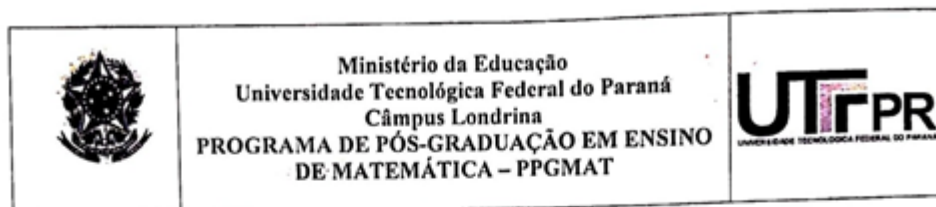
Aulas de Matemática

- Lembranças das aulas de matemática
- Tarefa
- Materiais específicos para as aulas de matemática
- Avaliação

Lembranças

- Qual a melhor lembrança que a Senhora tem dessa escola?

Cartas de Cessão de Direitos

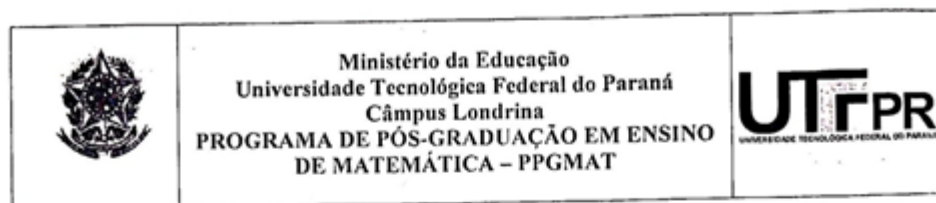


CARTA DE CESSÃO

Andirá, 28 de dezembro de 2020

Eu, Paulo Bueno Godoy, RG n.º. ~~12345678~~, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 29 de setembro de 2020, transcrita e elaborada sob forma de texto, para Juliana de Melo, usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, desde a presente data.



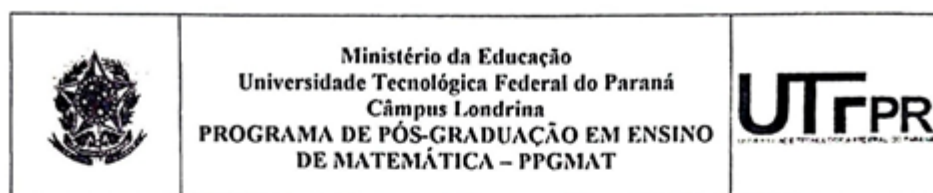


CARTA DE CESSÃO

Andirá, 28 de dezembro de 2020

Eu, Creuza Perugini Galdino, RG nº. [REDACTED], declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 20 de outubro de 2020, transcrita e elaborada sob forma de texto, para Juliana de Melo, usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, desde a presente data.

[REDACTED]

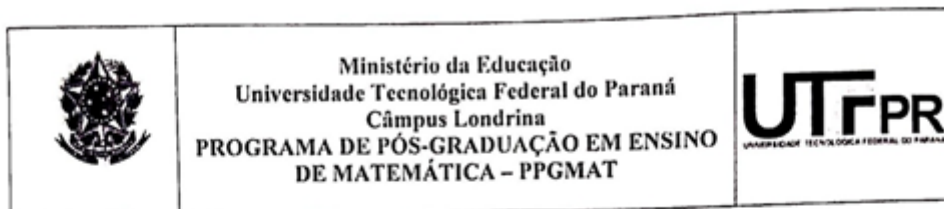


CARTA DE CESSÃO

Cornélio Procópio, 10 de dezembro de 2020.

Eu, Anna Maria Zanoni, RG nº. [REDACTED], declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 04 de novembro de 2020, transcrita e elaborada sob forma de texto, para Juliana de Melo, usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, desde a presente data.

[REDACTED]

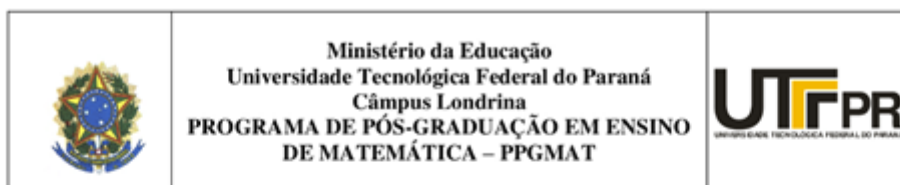


CARTA DE CESSÃO

Andará, 28 de dezembro de 2020


Eu, Ana Maria Vasconcelos, RG nº. [REDACTED], declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 06 de novembro de 2020, transcrita e elaborada sob forma de texto, para Juliana de Melo, usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, desde a presente data.

[REDACTED]
_____tura

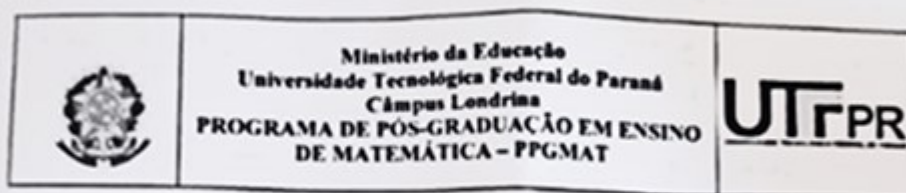


CARTA DE CESSÃO

Sorocaba, 02 de agosto de 2021

Eu, Maria Aparecida Bertesin, RG n.º. , declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 14 de abril de 2021, transcrita e elaborada sob forma de texto, para Juliana de Melo, usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, desde a presente data.

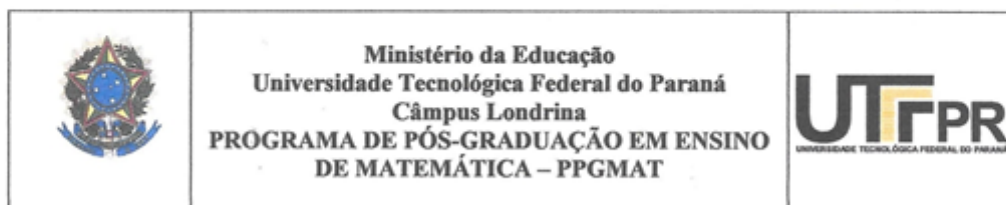




CARTA DE CESSÃO


Diamantino, 02 de agosto de 2021

Eu, Marilena Del Padre Toledo, RG nº [REDACTED] declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 26 de abril de 2021, transcrita e elaborada sob forma de texto, para Juliana de Melo, usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, desde a presente data.



CARTA DE CESSÃO

Curitiba, 09 de setembro de 2021

Eu, Theresa dos Santos Jambersi, RG n° , declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 31 de julho de 2021, transcrita e elaborada sob forma de texto, para Juliana de Melo, usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, desde a presente data.

_____  _____